



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço social – SER  
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso – TCC  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Lúcia do Pinto Leal

## **No “bate porta”: *A trajetória das travestis, em situação de prostituição, em Taguatinga.***

Douglas Aparecido da Silva Gomes

Brasília, DF – 2009



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço social – SER

## **No “bate porta”: *A trajetória das travestis, em situação de prostituição, em Taguatinga.***

**Douglas Aparecido da Silva Gomes**

Trabalho de conclusão de curso  
exigência acadêmica como  
requisito do Departamento de  
Serviço Social para obtenção do  
grau de Assistente Social.

“Todos aqueles que a partir de hoje  
aderem ao ponto de vista  
universalístico estão tranquilos; o  
universo é feito de falsos intelectuais.  
O verdadeiro intelectual, isto é,  
aquele que se colhe no desajuste,  
inquieta: o universal humano está por  
fazer-se.” (Jean-Paul Sartre)

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lúcia do Pinto Leal.**

Brasília, DF – 2009.

## FICHA CATALOGRÁFICA

GOMES, Douglas Aparecido da Silva.

No “bate porta”: A trajetória das travestis, em situação de prostituição, em Taguatinga.

Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade de Brasília – UnB, Departamento de Serviço Social – SER, 2009.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Lúcia do Pinto Leal.

## **Agradecimentos**

Inicialmente quero ressaltar que toda a forma de agradecimento torna-se injusta e mínima, pois, não há palavras que possam expressar na quantidade devida o apoio concedido de todos(as) que me ajudaram a construir, a desenvolver e a “concluir” esse trabalho monográfico.

Quero, contudo, compartilhar os meus sinceros afetos e amor primeiramente aos meus familiares. À minha mãe, Maria Gerismar, querida, e que tanto esteve ao meu lado durante toda a minha trajetória como pessoa, cidadão, e no mais recente cargo como profissional da área social. Ao meu estimado pai, José Gomes, que mesmo com todos os seus valores, conceitos, e visões de mundo, nunca insinuou ou aceitou que destinassem uma palavra que me desfigurasse como seu amado filho. A minha irmã, Luiza Helena (Neni), que em todos os momentos soube me escutar e compartilhar ternas gargalhadas e choros nas minhas mais adversas situações, assim como companheira de tardes de reflexão acerca das problemáticas sociais. Ao meu irmão, Walter Gomes, que desde o momento que iniciei a minha vida acadêmica foi, e é, um espelho de compromisso ético com a análise crítica e filosófica da vida, da sociedade. Ao meu sobrinho e irmão menor, Pedro Henrique, que ao presenciar minhas angústias, em sua simplicidade, tentava-me acalantar, e aos(as) meus(minhas) outros(as) sobrinhos(as) Anna Lethícya e Geovanne. Por fim, ao Luck, o meu amigo, e filho, há mais de 11 ótimos anos.

Quero compartilhar desse momento e agradecer ao Márcio Marques, o “Branco”, um companheiro íntegro, que sempre esteve prontamente a minha disposição, destinando-me exclusividade, segurança, paciência e carinho, quando tanto necessitava, em meio as minhas questões acadêmicas e pessoais, que dominavam os meus pensamentos e tirava-me o sono.

Não poderia faltar os agradecimentos, em destaque, aos(as) meus(minhas) amigos(as) eternos(as), Agda Fonseca, Devs Oliveira, Luciana Cordeiro, e Pedro Vianna, que ao longo de diversas caminhadas, descobertas, conflitos, surpresas, as adversidades e diversidades, estiveram sempre ao meu lado, podendo contar com oportunos desabafos, conselhos, debates fervorosos sobre assuntos referentes as minhas investidas profissionais, acadêmicas e de objetivos pessoais. A vocês eu destino as honestas estimas, e afirmo que irmão(ã) ganha-se ao decorrer da trajetória de vida.

Aos(as) meus novos(as) amigos(as) Maria Eduarda (Duda), ao Léo, a Michelli, a Diana, a Danielle, ao Luppy, e todas as outras travestis, pois, se não houvesse me acolhido e aberto o espaço para a minha participação, essa monografia seria inviável durante esse quase 1 ano de convívio nas ruas, nas casas, nas vidas de cada uma e que, com certeza, cada convivência influenciou na minha maneira de ver o mundo, fortalecendo-me enquanto um profissional sempre mais atuante para combater as injustiças sociais, infelizmente, ainda tão existentes.

A Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ailta Barros, minha amiga e professora, que demonstrou ser um modelo de um profissional comprometida com uma leitura intelectual mais expansiva, para além dos muros da aparência efêmera que possa se destinar a uma primeira visão sobre a questão social, cobrando-me uma postura de maior dedicação pessoal com os objetivos a qual me inserido.

Ao assistente social, mestrando em Política Social, e amigo, Ricardo Soares, por ter me abrilhantado com as suas boas idéias desde o projeto monográfico, quando, na hora das dúvidas, soube ler atenciosamente minhas escritas e conceder sua boa análise.

A minha estimada orientadora Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Lúcia do Pinto Leal e ao Prof. Dr. Mário Ângelo que ao longo da minha cruzada na graduação em Serviço Social inspiraram-me em sempre ter uma postura ética, politizada, e eternamente crítica sempre com humildade e na procura de uma incansável sede de justiça social e cidadania efetiva à todos(as) essencialmente aqueles(as) que sofrem com a expansão de uma política neoliberal segregatória que desmantela a existência da razão democrática em nossa sociedade.

A Domingas e ao Djair, pelas disponibilidades e cordialidades em me atender nos mais diversos períodos.

Aproveito para agradecer a todos(as) que estão e/ou já passaram pelo grupo KLAUS – DIVERSIDADES, onde tive a grande alegria de ser um dos seus primeiros membros fundadores, e que a cada dia mais se fortalece como um grupo acadêmico/político que procura um pensar e fazer diferente, aprofundando-se em um debate combativo aos preconceitos e/ou discriminações destinado ao público LGBT, demonstrando constituir um espaço de importante aprendizagem e contribuição profissional, acadêmica e pessoal a todos(as) que passam por suas atividades.

Por fim, ao universo da espiritualidade, que me desencadeia a energia para caminhar, mesmo quando os meus pés encontram-se doloridos.

## Resumo

Esta monografia buscou estudar a trajetória para a prostituição de travestis na cidade-satélite de Taguatinga chamando como centro para o debate categorias como: corpo sexual, identidade de gênero e sexual, gênero, sexualidade, sexo. Procurou apontar alguns fatores que influenciam as travestis para uma prática profissional como trabalhadoras sexuais e saber dos seus motivos para esse desempenho. Contou com um olhar sobre a gama de vulnerabilidade em que se dá esse exercício e seus sujeitos. Elegeram como objetivos específicos analisar as formas de inserção desse público no ambiente de prostituição; averiguar se os processos de transformação do corpo material para a instalação da sua identidade de gênero sofrem de influência da indústria do sexo; e identificar as vulnerabilidades que estão expostas no ambientes de prostituição. Contou com a base de uma teoria feminista de autoras clássicas e contemporâneas, com as correntes pós-estruturalistas e da fonte de um saber *queer*, onde os olhares produzidos a partir desses arcabouços constrói uma base crítica, política e combativa às regras normativas que universalizam uma formatação genérica concebida através de um ideal de ser humano inexistente produzindo a vulnerabilidade aqueles(as) que não sucumbem aos seus ditados. Realizaram-se seis entrevistas semi-estruturadas com travestis que se prostituem além de contar com contribuições da observação participativa nos dois locais denominados como os principais pontos para a disponibilidade de serviços sexuais. Foi percebido que o desempenho dessas atividades por travestis constitui um cenário social dinâmico, recheado de conflitos, interesses, descobertas, auto-afirmações, que se costuram interiormente nas relações de poder e nos vínculos afetivos entre seus participantes. O trabalho sexual por travestis foi percebido como permeando uma processualidade dentro da dinâmica das mudanças corpóreas e da aplicação de novas práticas, as quais ambas não se contem no jogo da cultura política heteronormativa patriarcal, já que esta hierarquiza os indivíduos de acordo com as proximidades ao modelo de aceitação machista que reproduz as perversidades de uma moral dominante tradicional e conservadora. O rompimento as regras do “natural eterno” esbarra com o projeto divulgado por um sistema capitalista neoliberal que se arma como imperativo a reprodução despolitizada de seus integrantes, almejando congelar qualquer indício de mudança, incluindo o copo e seus símbolos agregados sócio-culturalmente.

**PALAVRAS-CHAVES:** Corpo; Gênero; Identidade; Norma; Prostituição; Travesti.

## SIGLÁRIO

AL – Alagoas.

ANIS – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

APA – *American Psychiatric Association* (Associação Americana de Psiquiatria).

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

AIDS – *Acquired Immune Deficiency Syndrome* (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida).

BR – Rodovias Federais Brasileiras.

CEMAB – Centro de Ensino Médio Ave Branca.

CF – Constituição Federal.

CFM – Conselho Federal de Medicina.

CID – Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionadas com a Saúde (*International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems* – ICD).

CMI – Centro de Mídia Independente.

DF – Distrito Federal.

DSM – *Diagnostic and the Statistical Manual of Mental Disorders* (Manual Diagnóstico e Estatístico de Desordens Mentais).

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos.

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

EPCL – Estrada Parque Ceilândia.

EPCT – Estrada Parque Contorno

EPNB – Estrada Parque Núcleo Bandeirante.

EPTG – Estrada Parque Taguatinga.

ESTRUTURAÇÃO – Grupo Homossexual de Brasília.

EUA – Estados Unidos da América.

GDF – Governo do Distrito Federal.

GGB – Grupo Gay da Bahia.

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

GLTB – Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais.

GLTTB – Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.  
JK – Juscelino Kubitschek.  
KLAUS – Grupo Universitário de Promoção da Cidadania LGBT.  
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais.  
LGBTTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.  
LODF – Lei Orgânica do Distrito Federal.  
MP – Ministério Público.  
MS – Ministério da Saúde.  
NOVACAP – Companhia de Urbanização da Nova Capital.  
ONG – Organização Não-Governamental.  
OMS – Organização Mundial de Saúde.  
PL – Projeto de Lei.  
PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos.  
QC – Quadra Central.  
RA – Região Administrativa.  
RS – Rio Grande do Sul.  
SCS – Setor Comercial Sul.  
SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos.  
SEDUMA – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.  
SP – São Paulo.  
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.  
UCB – Universidade Católica de Brasília.  
UnB – Universidade de Brasília.



Dedico a minha monografia aos(as) LGBTs que, infelizmente, não estão mais presentes devido as ações fóbicas que calaram suas bocas, mas nunca conseguirão apagar a sede política que reverbera por mudanças na direção de uma sociedade que respeita efetivamente a diversidade.

## Sumário

<b>Introdução</b>	12
<b>Capítulo 1 – Problematizando a questão das fobias aos(as) LGBTs.</b>	15
1.1 TRAVESTIfobia: um fator de vulnerabilidade e desrespeito aos direitos sociais, civis e humanos de travestis.	17
1.2 TRAVESTIfobia à Brasília: Um breve contexto da realidade no DF.	22
1.3 Metodologia.	29
<b>Capítulo 2 – Ser travesti ou Si travestir: Uma breve abordagem histórica, política e cultural.</b>	33
2.1. O universo <i>trans</i> como denúncia ao “natural”.	38
2.2. O Gênero, o sexo, a sexualidade e o corpo: <i>questões, relações e limites</i> .	44
2.3. Dos desafios por uma despatologização institucional e social.	54
<b>Capítulo 3 – Realizando o desenho da localidade da pesquisa: uma história de Taguatinga.</b>	57
3.1. “Pontos” em Taguatinga: <i>Guetos sócio-espaciais?</i>	61
3.2. Nas noites em Taguatinga.	67
3.2.1. Da Rua da Alegria ao <i>Playtime</i> : <i>longas histórias (não) registradas</i> .	69
3.2.1.1. Batendo porta em Taguatinga: <i>Os clientes</i> .	71
3.2.1.2. Batendo porta em Taguatinga: <i>O programa como intimidade</i> .	75
3.2.1.3. Batendo porta em Taguatinga: <i>Da organização ao preço do serviço</i> .	77
3.2.1.4. Batendo porta em Taguatinga: <i>Estando na noite</i> .	78
3.2.1.5. Batendo porta em Taguatinga: <i>Dos policiais e moradores</i> .	79
<b>Capítulo 4 – Perfil das travestis em Taguatinga: Uma trajetória?</b>	82
4.1. Dos dados: <i>Do geral ao específico</i> .	83
4.1.1. Apresentação geral dos dados.	83
4.1.2. Família, Escola e Trabalho Sexual: <i>as trajetórias comuns de cada caso</i> .	88
	10

4.1.3.O corpo material: <i>entre a dinâmica da constituição pessoal e o trabalho sexual.</i>	99
4.1.4. <i>Nunca dê as costas para a “rua”.</i>	105
<b>Capítulo 5 – Notas (In)concluídas: <i>Qual cidadania?</i></b>	109
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b>	105
<b>ANEXOS</b>	122

## Introdução

O corpo é o palco da questão social. Não há como separar essa categoria das atuais e históricas considerações acerca das problemáticas sociais, do plano político e econômico, dos direitos que cercam o(a) cidadão(ã), da legalidade, do respeito a autonomia do sujeito, o que irão conclamar a consolidação da igualdade na diversidade.

As regras sociais instaladas nos símbolos (gênero, sexo, sexualidade, orientação sexual, raça, etnia) que marcam o corpo material, o aprisiona, passando este a ter existência após ser traduzido culturalmente, de forma valorativa, os seus elementos que (re)criam a diferença a partir da instalação de uma identidade. O corpo material que transgride a esses ditames – porque o corpo é sujeito vivo – surge como um cenário de disputas e desafios nessa desconsolidação da ordem instalada no discurso sobre a égide do natural porque não quer ser notado como objeto. Em meio a sua vida, o corpo sexual se materializa sendo um resultado histórico da subjetividade vivenciada pelo indivíduo.

Como o corpo não é objeto morto, a monografia trata das manipulações realizadas por sujeitos que se redesenham, ao próprio compasso, o corpo sexual, onde se reconfigura os jogos dos gêneros permutando-os com as práticas sexuais. Retira do plano do privado para ganhar as ruas do público através de casos em que este se demonstra ser o espaço do trabalho sexual um local destinado tanto para a aquisição de renda quanto para a formação de novos vínculos sociais que, tendo seus integrantes estruturados dentro deste contexto, constituem em um importante grupo social para fora dele devendo se apropriar dos espaços políticos para enfrentar as violências e vulnerabilidades no que cerne essa realidade.

Falar sobre as travestilidades é ressaltar a própria pluralidade que se vivencia no gênero ao qual muito cedo os indivíduos tornam-se licenciados a existir traduzidos através dessa categoria, pois, como vastamente divulgados nas ciências humanas, o indivíduo é um ser cultural sendo transformado por ela e esta pode ser transformada por ele(a).

É na corrente de transformação que o universo *trans* apresenta-se como denuncia aos limites de compreensão do gênero, do sexo, da sexualidade, do corpo, em que este conjunto de elementos torna-se uma amostragem concreta, e não apenas abstrata, de como é fornecido por uma cultura heteronormativa recheada de relações de poderes que se humaniza ou se abjetiva – uma vez em que o abjeto é o confronto ao

reproduzido através da identidade do humano genérico universal – quem pertence ou se afasta dessas castas de normalidade.

Entre os objetivos desse trabalho, não há evidentemente a intenção de esgotar as análises, nem mesmo de elaborar definições a respeito da realidade destes sujeitos. Esse estudo foi mais um profundo e crítico exercício que buscou refletir sobre o âmbito da violência que cerca a violação dos direitos para com a diversidade.

O capítulo 1 problematiza a dimensão das “fobias” criadas aos integrantes LGBTs. Trata inicialmente o conceito de homofobia como categoria sinônima para as violências em que está suscetível esse público, demonstrando através dos dados disponíveis nacionalmente o quanto que a discriminação e o preconceito são fatores concretos de vulnerabilidade onde não apenas se dá no ordenamento social e econômico, mas cultural e política. Em seu final é trabalhada a peculiaridade da fobia ao universo *trans*, traduzindo assim como travestifobia. Ordena como a travestifobia permeia no cenário do DF para justificar a importância desse estudo. Além de ser explanada como que ocorreu metodologicamente essa trajetória científica de pesquisa.

O segundo capítulo tece um olhar teórico dentro da travestilidade, permeando uma breve abordagem histórica e social para a emersão do sujeito travesti a partir do abandono a uma máscara criada como figura de exposição para a realização de fantasias, dos desejos, que se encontravam contra a conduta moral européia no século XVI, já que as possibilidades de transgressão a essas regras morais davam-se nos espaços dos bailes de máscara britânico. Segue por uma linha de análise sobre o que é o discurso do “natural” enquanto implantação da noção de normalidade. Dentro da análise proposta pela monografia de crítica a essa naturalização, esta crítica reside na concepção de regra ao trinômio sexo-gênero-sexualidade marcado histórico e politicamente por um olhar heterossexualizador, patriarcal, que universaliza os indivíduos a partir da aproximação ou distanciamento dessas regras. Desse modo, o afastamento a esse modelo por sujeitos que combinam alternativas diferenciadas de ser no mundo caracteriza-se como combativa a esses ditados que regem pela desapropriação de uma autonomia do direito ao corpo. Por isso, ainda encontra-se uma grande disputa para despatologizar essa cultura médica que a passos históricos, lançados desde o século XIX, reproduz a travestilidade e transexualidade fortemente legalizado como doença justificados na sociedade atual através dos documentos internacionais médico-legais (DSM IV e CID 10).

Em posse a uma leitura próxima sobre a realidade do campo visitada, o capítulo 3 aborda a dimensão da organização desse cenário de forma a trazer uma retrospectiva histórica da região ao mesmo tempo em que tenta sondar algumas das características sócio-espaciais que se desenvolveu os pontos de prostituição pública de travestis na região. Com base na vivência do local, este capítulo traz uma série de análises sobre as relações estabelecidas entre o grupo, as travestis e os policiais, os clientes e suas classificações, além dos outros sujeitos que integram o mundo noturno e foram pouco a pouco indetificados(as). Tornou-se um conjunto de impressões que visaram se apoiaram nas possibilidades de olhares compreensivos do campo tendo por base inaugurar leituras interpretativas dentro dos objetivos propostos para a pesquisa.

O capítulo 4 vem tratando das análises dos dados coletados a partir das seis entrevistas semi-estruturadas somadas a outros relatos obtidos durante a pesquisa com o foco em trabalhar especificamente dentro dos objetivos monográficos. Inicialmente delinea uma estrutura socioeconômica relatando um perfil geral das participantes. Após trabalha com as dinâmicas que envolvem desde a constituição da identidade travesti pelo nome social às questões migratórias e de deslocamento entre os espaços de prostituição dentro da localidade. Contribui na perspectiva de revelar com o olhar das entrevistadas alguns gostos e preferências aos pontos estudados e sua dimensão com o local de habitação. Instaura um recorte entre as instituições que emergiram como envolto durante o processo de transformação física e o reflexo na vida da travesti, por isso, colocará em debate os desafios e o papel da escola e da família dentro da própria dinâmica do trabalho sexual. Finaliza as reflexões exibindo como que é afetado – ou se sofre de influência – a processualidade das transformações materiais das travestis a partir da inserção no trabalho sexual para a instalação física de suas identidades.

Para tentar finalizar a discussão codificada pela proposta monográfica, o capítulo 5 instaura uma união das (in)conclusões finais obtidas durante esse imenso debate de dúvidas e incertezas que não reivindica apenas o espaço individual da travesti como plano de estudo, mas lança um olhar para toda a sociedade através das crises que esta se encontra na presença de sujeitos que transgridem a norma sexual e de gênero vigente, para se lançar em dinâmicas pessoais de interpretação de si. Insere nesse plano como o Estado, por mais que seja um atual promotor de ações de combate ao preconceito e/ou discriminação, permanece em suas raízes práticas uma fobia estatal destinada ao público LGBT brasileiro. Considerando que apenas se poderá almejar de novas práticas sociais que ratifiquem esse estigma ao público que desregra esses valores

patriarcais a partir do momento que se coloquem de modo visível uma mudança efetiva nos próprios valores dentro de uma posição ética de respeito aos sujeitos em sua diversidade.

## Capítulo 1

### 1. Problematicando a questão das fobias aos(as) LGBTs.

Em estudos atuais, realizados pelo GGB, sobre os casos de homofobia no país, verificou-se que a cada dois dias ocorre a morte de um(a) homossexual no Brasil vítima de homofobia.

Compreende-se pelo termo genérico homofobia, a aversão, o preconceito e/ou discriminação à sujeitos LGBTs, se caracterizando como uma violência que pode ser tanto física, moral, emocional, psicológica, entre tantas outras derivações complexas que envolve a violência direta aos sujeitos com uma orientação sexual, ou que vivenciam a homossexualidade, as práticas homossexuais, ou com identidade de gênero oposto ao agregado sócio-culturalmente ao órgão biológico do indivíduo.

De acordo com Borrillo (2009), o termo homofobia foi utilizado pela primeira vez no contexto norte-americano, em 1971, porém, foi teve a sua divulgação mais ampla, a partir 1990, dentro dos dicionários europeus, ganhando um uso mais popular e freqüente para a rejeição irracional ou mesmo de ódio em relação a gays e lésbicas (Ibidem, 2009). O autor faz uma importante citação a qual amplia esse conceito de pura rejeição:

Assim como a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, ela é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido a sua diferença, esse outro é posto fora do universo comum dos humanos. (BORRILLO, 2009, p.15)

É definido pela ABGLT<sup>1</sup> como sendo:

[...] o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais – pessoas que têm atração afetiva e sexual para pessoas do mesmo sexo – [...] se manifesta de diversas maneiras, e em sua forma mais grave resulta em ações de violência verbal e física, podendo levar até o assassinato de LGBT. Nestes casos, a fobia, essa sim, é uma doença [...] também é responsável pelo preconceito e pela discriminação contra pessoas LGBT, por exemplo, no local de trabalho, na escola, na igreja, na rua, no posto de saúde e na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem LGBT. (www.abglt.org.br)

Abramoway, Castro e Silva (2004, p.255), em estudos sobre a violência com a tonalidade da homofobia dentro dos ambientes escolares, já alerta a proximidade que adquire esse dois conceitos e como ainda se lida de forma neutra, naturalizada, essa dimensão da ofensa aos sujeitos que a recebem.

---

<sup>1</sup>A presente definição consta no endereço eletrônico <http://www.abglt.org.br/port/homofobia.php> consulta realizada em 18 de julho de 2009 às 13h25min.



[...] sublinha-se a diversidade de ocorrências ou os múltiplos sentidos que o termo violência vem adquirindo e as fluidas fronteiras entre esse e preconceitos e discriminações [...] [advertindo] sobre os limites de não se tratar preconceitos e discriminações também como tipos de violência [...] a violência comporta diversas expressões e se é normatizada visando a punições, também, requer portos, corpos, especificidades [...] a naturalização de muitas dessas violências, como o racismo, o sexismo, e a homofobia, que podem não ser percebidos como algo negativo e intencional.

Em suas piores formas, a homofobia possui como consequência direta a morte de pessoas LGBTs, se caracterizando como um,

[...] ódio explícito, cruel, persistente e generalizado, vai do insulto e ameaça, à graves episódios de discriminação, constatados em todos os segmentos e esferas sociais. Incluem violência física, golpes e tortura, culminando em violentíssimos e pavorosos assassinatos – via de regra cometidos com revoltantes requintes de crueldade, abrangendo elevado número de golpes e tiros, o uso de múltiplos instrumentos e tortura prévia. Crimes de ódio em que a homossexualidade da vítima motivou a agressão e pesou definitivamente no *modus operandi* do homicida. (MOTT, CERQUEIRA, 2003, p. 08, grifo do autor)

Em pesquisa realizada pelo GGB acerca dos anos de 1980 e 2002 no Brasil foram assassinados cerca de 2.218 homossexuais (Anexo I) o que, nesta ordem, coloca o país no primeiro lugar do ranking das nações que mais cometem crimes por razões homofóbicas “[...] em média, matam-se 35 homossexuais por ano no México, 25 nos Estados Unidos, enquanto no Brasil o número passa de 100. [...] os gays representam 67%, as travestis 30% e as lésbicas 3% das vítimas.” (www.ggb.org.br)

É importante ressaltar que estes números, em termos totais, tornam-se apenas uma parte das cifras gerais já ocorridas no Brasil, uma vez que ainda não há registros diretos e legais para coibir e julgar devidamente as ações de cunho homofóbico, não havendo uma previsão na Carta Magna brasileira, e se ausenta nos autos do Código Penal nacional<sup>2</sup> como crime.

Desta forma, um sujeito LGBT que é agredido(a) devido a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, não pode recorrer para a sua proteção e/ou ao devido julgamento do ato em que foi oprimido(a), pois não há previsão de crime nessa

---

<sup>2</sup> Desta forma encontra-se ainda em tramite a aprovação pelo Senado Federal do Projeto de Lei nº122/2006 que criminaliza a homofobia por discriminação de orientação sexual e/ou identidade de gênero alterando assim a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, do Decreto-Lei n 2.848, de 7 de dezembro de 1940 que dispõe sobre o Código Penal, e ao art. 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

ordem, sendo conferido, se muito for julgada a ação pelo poder judiciário, como uma ação de outra ordem e a depender da leitura pessoal dos dirigentes maiores dos órgãos jurídicos<sup>3</sup>, dando um aval de existência a apenas uma jurisprudência vigente.

### **1.1 TRAVESTIfobia: um fator de vulnerabilidade e desrespeito aos direitos sociais, civis e humanos de travestis.**

Na primeira observação do livro “Matei Porque Odeio Gay” (2003), percebe-se que nos exemplos de fobia que atinge as travestis, transexuais e transgêneros – a qual se pode denominar sem qualquer erro como *transfobia*, *travestifobia* ou *transgenerofobia* respectivamente – aponta que 30% do total dos casos observados no país são promovidos diretamente contra a população travesti<sup>4</sup>.

No ano de 2002 (Anexo I – Tabela I) foram registrados 126 casos de morte por homofobia no Brasil. Dentre eles valem salientar que foram 90 gays, 32 travestis e 4 lésbicas. Em dados de 2005 (Anexo II – Tabela I) foram revelados 81 casos de morte sendo 56 gays, 24 travestis e 1 lésbica. Já em 2008 (Anexo III – Tabela I) somam-se 187 casos com a conseqüente morte de um total de 121 gays, 59 travestis e 7 lésbicas. Nessa pesquisa, se analisados todos os dados obtidos desde 1963 até o ano de 2008 resulta em um total de 2.979 mortes com variações apresentadas durante cada ano.

Nos anos 80 há o total de 503 registros de mortes de sujeitos LGBT. Na década de 90 esse número estende-se para 1256, podendo ser conferido esse registro devido ao impacto da AIDS na década de 80, pois, houve um aumento no estigma com o grupo homossexual ao ser fortemente ressaltado como um “grupo de risco” para a aquisição do vírus HIV colocando-os junto com pessoas que desempenhavam o trabalho sexual e usuários(as) de drogas injetáveis. Com tudo, no início do século XXI, até o ano de 2008, os dados apontaram para 1149 registros, apresentando uma diferença de 107 mortes,

---

<sup>3</sup> O entendimento com relação à prática fóbica sofrida por um LGBT, quando colocada para ser julgada em instâncias e órgãos competentes, depende muito mais da visão dos juízes, dos promotores, para que proceda a uma real leitura acerca das razões homofóbicas sobre as práticas discriminatórias e/ou preconceituosas. Para um aprofundamento nessa questão ver Legislação e Jurisprudência LGBT (Brasília: Letras Livres, 2007).

<sup>4</sup> Farei uso do termo travestifobia com o intuito de obedecer a uma demanda política de reconhecimento aos desrespeitos destinados a esse segmento do movimento LGBT e por ser este grupo específico base do trabalho monográfico. Por isso, mesmo que porventura ao decorrer do texto haja uma presença de violência acionada também contra transexuais e transgêneros tomo essa nomenclatura como uma designação genérica a esses outros sujeitos.

com o registro total, decorrido dos anos 90. Assim, pode-se projetar um possível aumento dos números de homofobia até a primeira dezena deste século<sup>5</sup>.

Um levantamento divulgado nesta terça-feira (8) pela ONG Grupo Gay da Bahia (GGB) revela que 122 homossexuais foram assassinados em 2007 no Brasil (um crime para cada três dias), o que representa um aumento de 30% em comparação a 2006. De acordo com o GGB, responsável pela estatística, do total e mortos, 27% eram travestis e 3% eram lésbicas. [...] Pelas projeções registradas nos três primeiros meses desse ano, a tendência é o aumento do número de assassinatos de homossexuais \_entre janeiro e março, 45 foram mortos. "Apesar das campanhas, e de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter instituído o Programa Brasil Sem Homofobia, a violência contra os homossexuais não pára de crescer", disse Mott. (Trecho da reportagem "*Assassinatos de homossexuais cresceram 30%, diz GGB*". Jornal UOL on-line. 08 de abril de 2008)

Por mais que se pesem as diferenças significativas relacionadas quanto a categoria orientação sexual e identidade de gênero, ou seja, a primeira mais relacionada com a dimensão da direção afetivo-sexual a um dado sujeito e a segunda participa da vivência do masculino e/ou feminino que o sujeito nota de si<sup>6</sup>, os dados demonstram haver uma maior vulnerabilidade por parte do público *trans*<sup>7</sup>.

Sempre é bom insistir que proporcionalmente as travestis são muito mais vitimizadas do que as lésbicas e gays, pois a população de transgêneros no Brasil deve oscilar ente 10 a 20 mil indivíduos (para um total de 32 homicídios), enquanto os gays devem ultrapassar 17 milhões (para 90 vítimas). A chance de uma transgênero ser assassinada é de 0,0016% enquanto um gay corre 0,0000052% de risco de entrar nestas estatísticas. (MOTT; CERQUEIRA, 2003, p. 24)

Sobre o conceito de vulnerabilidade, podem-se efetuar diversos recortes que dão formas específicas acerca dessa idéia. Como apontado por Oliveira (1995), há vários modos de vulnerabilidades ou de grupos em situação de vulnerabilidade, podendo ser relacionado estritamente ao plano econômico, como no plano social, ou

---

<sup>5</sup> Outra suposição pode ser dada através de uma maior participação do público LGBT com relação a realização de denúncias acerca das gravidades sofridas em órgãos que lidam com a defesa dos direitos de pessoas LGBT como as ONGs, a abertura do próprio MP e delegacias, a criação de secretarias municipais e estaduais LGBT, além da implantação dos Centros de Referência em direitos LGBT. No DF o Centro de Referência encontra-se na responsabilidade da Associação Lésbica de Brasília "Coturno de Vênus" instalado na Casa Roxa que fica na QE 28, conjunto B, casa 13, Guará II – DF.

<sup>6</sup> Não quero recair desta forma em um determinismo divisional entre gênero, identidade de gênero e sexualidade, pois, não há como conceber esses universos em separados, já que integram o conjunto do ser humano.

<sup>7</sup> Aqui o conceito de público *trans* será usado enquanto uma categoria sinônima para abordar tanto o universo constituído por travestis, transexuais e transgêneros, portanto, um universo *trans* já que dentro desse conjunto não cabe ao pesquisador qualificar em formato exterior os sujeitos em meio ao cenário real e pessoal de cada integrante, mas essa identidade ser divulgada a partir destes.

ressaltado em uma cultural, além de poder instalar este conceito em contextos mais focais como a de gênero, de etnia, de raça, de faixa-etária, de classe social e diversos outros. Por mais que se valide essa afirmação é necessário destacar que a vulnerabilidade é também um grande conjunto de todos esses requisitos que se tornam dinâmicos e complementares entre si constituindo em um grande universo de vulnerabilidade que enlaça os indivíduos que transgridem com as normas sociais constituídas.

É importante ressaltar que o conceito de vulnerabilidade está estruturado no entendimento de que os eventos que vulnerabilizam as pessoas não são apenas determinados por aspectos de natureza econômica. Fatores como a fragilização dos vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiência...), ou vinculados à violência, ao território, à representação política dentre outros, também afetam as pessoas. (ALMEIDA, 2006, p.02)

Com isso, a noção de vulnerabilidade assumida nessa monografia foi relacionada ao plano cultural, social e político, pois, tratar sobre as travestilidades é antes possuir de um olhar crítico – ou porque não falar em um olhar *queer*<sup>8</sup> – com a dimensão do gênero combatendo a universalização de uma única forma de sexualidade – o que sempre é relacionada a norma heterossexual – padronizada por uma moralidade dominante que a revela enquanto correta, saudável, “normal”, e que desencadeia na implantação um corpo “imaculado” (BENTO, 2005) ou da vivência única de um gênero “inteligível” (BUTTLER, 2005) dentro dos modelos binários e singulares (masculino e feminino) entre vários outros elementos que possuem sensíveis e avassaladores relações de poderes que interagem na formação e reprodução de um padrão sócio-cultural sexual hegemônico de gênero, de corpo, de sexualidade e orientação sexual em uma sociedade, fazendo com que aqueles(as) que rompam com esses ditames se encontrem em uma situação de vulnerabilidade.

Segundo Francisco de Oliveira, as situações de vulnerabilidade podem ser geradas pela sociedade e podem ser originárias das formas como as pessoas

---

<sup>8</sup> A teoria *queer* será usada com um dos arcabouços teóricos a repensar sobre as complexas relações instauradas sobre a sexualidade, gênero, identidades, corpo. A palavra *queer* em inglês significa bicha, estranho, afeminado, esquisito, tornado-se uma teoria subversiva e de enfrentamento as ordens sociais vistas como normas. Essa teoria advém do início dos anos 80, principalmente nos EUA sendo designado como um movimento pós-estruturalista e proveniente dos *gays and lesbian studies*. Ganha a sua maior divulgação nos anos 90 quando é disseminando de forma mais ampla. Suas principais autoras são: Judith Butler, Eve Kosofsky Sedgwick, sendo no Brasil trabalhado pela Guacira Louro Lopes, Belidson Dias, e outros(as).

(as subjetividades) lidam com as perdas, os conflitos, a morte, a separação, as rupturas. (OLIVEIRA *apud* ALMEIDA, 2006, p.02)

Como se sabe, a vulnerabilidade social dos homossexuais é potencializada, sobretudo para as travestis, transexuais e gays mais estereotipados, vulgarmente chamados de “bichas loucas” ou “bichas fechativas”, assim como as lésbicas mais masculinizadas, rotuladas de “caminhoneiras”, “sapatonas”, quando ostentam além de traços identificadores de sua orientação sexual, novas marcas diacríticas associadas a outras categorias estigmatizadas. (MOTT; CERQUEIRA, 2003, p. 27)

Revela-se que a vulnerabilidade que cerca as travestilidades é também relacionada a noção da identidade pessoal assumida pelas travestis socialmente, portanto, do (in)reconhecimento social incorporadas a esse grupo perante uma sociedade marcada por ranços históricos que permeiam as questões sexuais e de gênero onde qualquer rompimento que se faça com essas modelagens genéricas do masculino e feminino adquirem uma conotação de estranhamentos causados pela presença desses agentes que transgridem com os ditados morais existentes sobre essas categorias que se instalam desenhando e modelando o ser social “normal”.

Ser travestis e colocar-se em desempenho de atividades com vínculo sexual pode ser mais um fator a somar no quadro geral de vulnerabilidade sócio-cultural ao qual estão inseridas, pois, o espaço da “pista”, ou seja, o espaço público da prostituição configura-se como um local dinâmico de relações sociais estabelecidas com outros sujeitos presentes nesse local, que vão desde as próprias colegas de profissão, as cafetinas, os clientes, os vícios e a prática de “vissar”<sup>9</sup>, os policiais, os serviços públicos constituindo uma rede complexa de um cenário social que se relaciona com a formação pessoal e subjetiva da travesti, assim como o seu bem-estar.

Outro dado que serve de alerta geral para as travestis é a falta de atenção e informalidade a que o tema ainda é tratado pelos órgãos públicos de proteção social o que pode ser encontrado quando revelada a faixa-etária de mortes de homossexuais no Brasil.

Dos cento e vinte e seis casos ocorridos durante o ano de 2002 (Anexo I – Tabela III), cerca de 76% eram travestis que foram assassinadas ainda muito jovem, antes mesmo de completarem trinta anos de idade. No ano de 2005 (Anexo II – Tabela

---

<sup>9</sup> Com as travestis esta palavra leva a duas considerações. A primeira se refere mais comumente relacionada ao uso de drogas e outras substâncias (álcool, maconha, craque, etc). A segunda liga-se com a relação (afetivo)sexual com outros homens, denominados por “ocós”, que as procuram nas avenidas e devidos aos seus atributos as monas se relacionam com estes sujeitos e não cobram pelo serviço. Um melhor debate está situado no Capítulo 2.

III) da morte total de travestis, três casos apresentaram a faixa-etária de quinze a vinte anos de idade. Em 2008 (Anexo III – Tabela III) das cinquenta e nove travestis mortas, duas possuíam a idade entre quatorze e dezessete anos de idade, e quinze tinham entre dezoito e vinte e nove anos de idade. Nota-se como a dimensão da proteção a adolescência dos(as) cidadãos(ãs) que se identificam com o gênero oposto ao seu sexo biológico e/ou com a orientação sexual homossexual encontra-se desprotegida, portanto, vulneráveis, pois não contam com a devida segurança pública que deve ser protegida nessa fase divulgada como “condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”, encontrando-se apoiada na filosofia jurídica da proteção integral entoada pela absoluta prioridade invocada no artigo 1º, 3º, 4º e 5º do ECA:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, *assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.*

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

*Parágrafo único.* A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º *Nenhuma criança ou adolescente* será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, grifos meus.)

Assim como aponta Simões (2006, p.218),

Seus preceitos [do ECA] abrangem a todas as crianças e adolescentes, independente de estarem ou não em situação de carência ou risco pessoal ou social, compondo um conjunto de diretrizes [...] que, em qualquer hipótese, os direitos e os procedimentos instituídos pelo ECA têm sempre, como pressuposto fundamental, o prevalectimento do bem-estar da criança e do adolescente.

Em resumo, tanto o poder público quanto a sociedade civil são convocados tornando-se um dever perante a infância e a adolescência, de forma geral, a participar do compromisso e responsabilidade assumida legalmente resguardando o bem-estar e a

plena segurança desse público independente de suas características físicas, sociais, etnia, raça, identidades, sexualidade, orientação sexual, gênero, etc.

O que torna mais preocupante é quando se relaciona a fase da adolescência com o desenvolvimento da travestilidade ao qual deve ser regida pela devida segurança e atenção a ser prestado a estes sujeitos porque geralmente as primeiras transformações físicas e simbólicas que se realiza – tal como se dá nas “montagens” – é na puberdade que ocorre havendo também as primeiras imersões no mercado sexual<sup>10</sup>.

Analisando quanto às profissões de maiores vulnerabilidade para a ocorrência de práticas travestifóbicas, ser profissional do sexo travesti – e acrescento as transexuais, dada a complexidade de se categorizar devido as deficiências apontadas por alguns meios midiáticos que divulgam genericamente o sujeito sem deter-se da real identidade que a mesma revela socialmente –, aparece sempre como o primeiro lugar (Ver tabelas de número IV dos anexos I, II e III) seguindo constantemente da atuação como cabeleireiras, cozinheiras, esteticistas, massagistas<sup>11</sup>.

Complementando os dados apresentados e de forma a evidenciar mais a importância da presente discussão, cabe sublinhar que os locais da morte das travestis assassinadas de acordo com os dados correspondentes aos anos de 2002, 2005 e 2008 apresentam o espaço da “rua” com um dos principais contextos de violência. Em 2002, dezoito travestis foram assassinadas nesse ambiente, seguido de sete casos na própria residência e duas ocorrências em terreno baldio, duas em loteamento e duas em estradas. Já em 2005, cinco mortes realizaram-se na rua, seguido de duas mortes na residência da travesti, dois casos em margens de estradas (BR) e dois casos em praças. Em 2008 apresenta um crescimento de assassinatos na “pista” sendo apontado vinte e oito mortes, seguidos de cinco casos no próprio hospital<sup>12</sup>, além de quatro mortes na própria residência e duas em BR, inserindo que a os locais de prostituição pública de travestis são pontos nítidos da pior forma de violência a que são submetidas.

---

<sup>10</sup> Para um aprofundamento no estudo da travestilidade em adolescentes ver Duque (2009).

<sup>11</sup> Algumas vezes pode se encontrar o cumprimento de duas profissões, na aquisição de uma renda mensal durante turnos distintos, por travestis como, por exemplo, ser cabeleireira em um determinado período e no outro ser uma profissional do sexo.

<sup>12</sup> Aqui se podem auferir também as complicações dadas pela aplicação de silicone industrial com procedimentos informais havendo o aparecimento de infecções bacterianas generalizadas no corpo das travestis que, após o aparecimento apresentado é que se recorre aos hospitais gerais podendo ser tarde para a realização de intervenções médicas que recuperam a saúde da travesti. Além das possíveis hostilidades que possam sofrer por parte de todo o corpo de funcionários que ali estão disponíveis.

## 1.2. TRAVESTIfobia à Brasília: Um breve contexto da realidade no DF.

Acerca do cenário local há uma carência de pesquisas relacionadas ao assunto. Foi realizada, durante o ano de 2005, pela ONG Estruturação, uma pesquisa denominada “Perfil das transgêneros<sup>13</sup> profissionais do sexo que trabalham em espaços públicos do DF” ao qual visou coletar informações referentes a realidade socioeconômica do público *trans*; elementos de constituição pessoal, no que tange principalmente a saúde das travestis, transexuais, transgêneros e a prostituição; violência; (des)respeito e consciência dos direitos; e consumo de drogas.

Nesse estudo estimou-se uma população existente de cento e vinte sujeitos *trans* em toda região do DF no ano de 2005<sup>14</sup>. Foram realizados ao total sessenta e nove questionários respondidos por *trans* que desempenham ativamente seu trabalho como profissionais do sexo na cidade do Plano Piloto, no SCS, e Ceilândia sendo compilados em tabelas quantitativas os resultados (Anexo IV).

Nos primeiros dados coletados revela-se que 32% das participantes apresentam uma idade entre quinze a vinte anos de idade, seguido de 26% de *trans* com faixa-etária entre vinte e um à vinte e cinco anos de idade, posteriormente, 24% entre vinte e cinco e trinta anos de idade. Com relação ao quesito naturalidade são geralmente nascidas na cidade de Brasília com 30% das afirmações, logo após provenientes de Goiânia, com 10%, e 8% são naturais da cidade de Belém do Pará, apresentando o mesmo percentual referente as nascidas em Manaus e em São Luiz. Há deste modo de auferir que se apresenta uma significativa presença de adolescentes *trans* no mercado sexual do DF e uma forte concentração de um público jovem no desempenho deste trabalho, tendo em vista que apenas treze pessoas do universo total apresentaram uma idade acima de trinta anos de idade com uma tendência maior de naturalidade da região centro-oeste, norte e nordeste.

Cerca de 42% moram na RA do Plano Piloto e 40% na RA de Ceilândia apresentando como terceiro lugar a cidade de Taguatinga como local de habitação com 12% das participantes. O vínculo com a família biológica é percebido, 11% afirmam morar junto com estes membros, porém a maior incidência concentra-se na habitação de

---

<sup>13</sup> Um debate mais aprofundado sobre travestilidade, transexualidade e transgenderidade dar-se-á no Capítulo 2.

<sup>14</sup> Dados do IBGE realizado pelo Censo Demográfico em 2004 apontam uma população total (urbana e rural) no DF de 202.426 habitantes.



forma independente onde 41% afirmam morarem sozinhas, constando a habitação junto com outras amigas transgêneros ou transexuais um percentual de 24%.

Em relação a renda mensal dos últimos seis meses, 43% revelam ganhar de R\$ 1.001 até R\$ 2.000, seguido por um montante de 24% que afirmam receber mais de R\$ 3.001. No critério cor, sabendo que este desempenha um padrão também de maior ou menor vulnerabilidade, 34% define-se como brancas ou pardas e apenas 14% se dizem negras.

No quesito “Nível de instrução” há uma variação de 24% que apresentavam o ensino médio completo e 22% o ensino fundamental incompleto sendo que não há nenhuma entrevistada que registre a participação no nível superior de ensino. Logo, pode-se especular, sem nenhum grande erro, que a relação com a escola rega-se de um distanciamento o que talvez ocorra devido as transformações materiais, principalmente, que esse público concretiza em seus corpos gerando desafios que ainda não são plenamente trabalhados pela instituição escolar fazendo com que ocorra uma defasagem ou mesmo desistência dos estudos por pessoas *trans*, portanto, passando a escola caracterizar-se mais como um espaço potencial de vulnerabilidade do que de promoção da cidadania de todos os seus membros. Os dados relacionado a educação é seguido da afirmação de 49% não está estudando atualmente, porém, tem pretensões de voltar a estudar<sup>15</sup>.

Como justificativa apresentada por motivos de terem deixado de estudar, 58% apontam a necessidade de trabalhar como um fator fundamental, seguido pelo medo de discriminação ou por já ter sofrido de alguma forma de discriminação na escola, com 30%, a afirmativa de não ver necessidade de estudar foi marcado por 21% das participantes, ou mesmo “Não gostava de estudar” com 4%. De modo geral para uma análise sobre as possíveis razões dessas afirmações poderiam ser tecidas várias explicações sobre os desafios da escola, logo, a aproximação com a educação e sujeitos LGBT.

---

<sup>15</sup> As travestis que me afirmaram esse desejo diziam almejar cursar o Supletivo, possivelmente o EJA. Foi também trazido a idéia de uma sala de aula especial na escola somente destinados as travestis que voltariam a estudar talvez fortemente estruturado na idéia de sofrer menos preconceitos e discriminações por ter outros sujeitos que passam por similar experiência assim como o fortalecimento do grupo servindo assim como apoio. Essa discussão é intensamente debatida em alguns estados nos EUA, como em Chicago, por autoridade de educação que por averiguarem que gays e lésbicas ainda adolescentes tem três vezes mais chances de abandonarem seus estudos devido ao sentimento de insegurança e a constantes assédios que sofrem na comunidade escolar propõe a criação de escolas destinadas a alunos LGBT. Ver material “*Chicago Officials Back Opening Gay High School*”. **Fonte:** [http://advocate.com/news\\_detail\\_ektid63328.asp](http://advocate.com/news_detail_ektid63328.asp). Acessado em 28 de julho de 2009.

Quando questionado sobre a prostituição as que afirmam que já exerceram o trabalho sexual no exterior cerca o índice de 48% havendo uma incidência de 72% de entrevistadas que afirmam ter a intenção de sair da prostituição. Por volta de 42% acham a prostituição perigosa, 40% não vêem futuro nesse trabalho, contra apenas 5% que afirmam não gostar de fazer programas. As dezenove entrevistadas que afirmaram não almejem sair do desempenho do trabalho sexual justificam sua escolha através da perspectiva de maiores ganhos monetários com esse serviço seguido de outras razões, como o costume com o trabalho sexual chegando até ao caso de uma participante apontar não saber fazer outra atividade a não ser o próprio desempenho dessa profissão.

Entramos assim em um importante debate que deve ser destacado. Piscitelli (2008) fornece imprescindíveis indagações sobre a noção de tráfico de pessoas dentro das reflexões instauradas no Protocolo de Palermo se encarregando de discutir a própria noção de prostituição ao qual o movimento feminista se encarregou, com isso, dois essenciais pontos a serem obrigatoriamente dialogados nesse trabalho monográfico.

De acordo com a autora, a primeira afirmação do movimento feminista de é uma defesa a uma abordagem “abolicionista” que luta pela erradicação da indústria do sexo por afirmar a posição que:

[...] a prostituição reduz as mulheres a objetos comercializáveis, portanto, é sempre e necessariamente degradante e danosa para as mulheres. Essas posições não reconhecem uma distinção entre prostituição forçada e por livre escolha e sustentam que, tolerando, regulando ou legalizando a prostituição, os Estados permitem a violação dos direitos humanos (PISCITELLI, 2008, p. 35).

Em contraponto a esta visão estabelecida, há a argumentação de uma outra linha feminista que coloca o trabalho sexual como pauta de reivindicação perante o Estado solicitando a devida proteção desta prática, pois, deve ser vista enquanto uma profissão, logo, regido do seu devido reconhecimento.

Outras abordagens feministas se alinham com as entidades que apóiam os direitos das/os trabalhadoras/es sexuais. Essas perspectivas rejeitam a idéia de que a prostituição é inerentemente degradante e, considerá-la como uma forma de serviços, de trabalho, traçam nítidas distinções entre a prostituição voluntária exercida por adultos, a prostituição forçada e a prostituição infantil. (PISCITELLI, 2008, p. 36).

Um detalhe que não pode ser excluído, porém, não caberia no espaço monográfico toda a discussão, é a que rodeia as possíveis diferenças, se há ou não, entre

a prostituição exercida por mulheres ou por travestis. Por mais que pesem as devidas considerações sobre as sensíveis diferenças na prostituição entre estes sujeitos, concordo com a análise desenvolvida por Piscitelli em relação às linhas de defesa ou de acusação relacionadas ao debate que ronda a prostituição no Brasil o que me coloco como defensor da segunda linha apresentada anteriormente.

Cabe sublinhar que inicialmente os dados desconstroem uma relação com um possível senso comum de auferir que o trabalho sexual é somente exercido pelo fator de desgosto com a profissão, de não prazer em exercê-la. O que podemos deduzir dos dados (Anexo IV – Tabela XIII) é que a dimensão de sair da prostituição mais se dá pelo medo da violência e de uma perspectiva de não futuro dentro desse desempenho profissional muito ocasionada por uma ordem moral dominante que age violentamente, estigmatizando e criminalizando, a quem a exerce. Sobressai, contudo, que o contexto da prostituição apenas não pode ser visto como um cenário de plena violência dentro do mercado sexual, mas é muito mais notado que quem a exerce é violentado(a) por todo um sistema social conservador que desvirtua a emergência desses(as) trabalhadores(as). Assim, a violência relacionada ao mercado de trabalho para travestis profissionais do sexo não se dá pelo desempenho de ser uma trabalhadora sexual, mas a não escolha de qual caminho seguir dentro do campo das profissões é o fato violentador, assim como, a não segurança pública, social, e trabalhista para o exercício e a proteção do serviço sexual.

É importante ressaltar duas questões essenciais que estão sendo construídas e devem ser devidamente expostas no contexto até aqui estruturado sobre a prostituição de travestis, são estes: a marginalização da prostituição como uma profissão; e o preconceito/discriminação que cerca as pessoas que são LGBTs, em especial e com destaque ao público *trans* que acabam por ter segregado certos espaços de circulação, o que resulta em uma participação restrita em locais formais do mercado de trabalho.

Ao debater nos diversos espaço políticos, com militantes LGBTs, em especial com aqueles(as) que são travestis ou transexuais, a todo o momento elas reiteravam que ser *trans* não é sinônimo de ser profissionais do sexuais, porém, uma questão se instalava: por que torna-se mais visível, quando refletida a participação delas do mundo do trabalho, encontrá-las de forma significativa no desempenho do trabalho sexual?

Ao meu sentido, noto que esta presença ocorre dada as normatizações que ocorrem no contexto do mundo do trabalho que representa massivamente a própria representação de aceitabilidade social onde cada qual quanto mais próximo ao padrão de

aceitação dominante (homem, branco, heterossexual, classe média, alto nível de instrução escolar, carnívoro, etc) maior poderá ser o seu acesso a posições prestigiosas nesse contexto.

A prostituição torna-se um meio de ocupação das travestis e transexuais após assumirem materialmente sua identidade de gênero, pois são segregadas por um sistema social formado por uma cultura heteronormativa, recheada de regras, disciplinas, valores, normas, hábitos ao qual integram um conjunto que santificam o corpo-sexual fazendo com que alguns integrantes da sociedade que rompam com essa padronização, logo “pecando”, ocupem certos espaços pré-destinados como centros estéticos, trabalhos domésticos, a própria prostituição onde podemos estender o conceito de “guetos” para o mercado de trabalho, para a vida social.

Quando relacionada na questão da violência direta os números chamam a atenção, uma vez que este tema trata nitidamente da segurança pública promovida pelo GDF.

A violência mais verificada, com 65% de escolha, foi a de tipo física, colocando em segundo lugar a de espécie verbal com 59%, seguida com 21% a de cunho sexual. Já na referência dos sujeitos que foram os autores destas ações 27% das transgêneros assumem a polícia, 18% afirmam terem sofrido de clientes e 11% relatam as agressões vindas de outros sujeitos *trans* com uma presença baixa da agressão por parte da família em comparação aos outros agentes de ação de violência<sup>16</sup>. Com o devido recorte no local em que sofreram essas violências 45% aponta a “rua” como o espaço principal, vindo os pontos de prostituição com 34% e 4% na sua própria residência<sup>17</sup>. Observa-se que poucas são aquelas que denunciam essas ações para a polícia ou órgãos legais constando apenas três entrevistadas que afirmam ter denunciado todos os atos sofridos, porém, 70% não fazem a devida queixa ou quando fazem refere-se a apenas algumas ações<sup>18</sup> desta forma dificultando também a contabilização de dados reais das ações transfóbica.

---

<sup>16</sup> Cabe aqui aduzir sobre a porcentagem significativa de “outros” como integrantes dessas ações punitivas. Essa escolha foi apresentada por 40% do público que respondeu a essa alternativa. Desta forma, com a escuta em campo das entrevistadas durante a pesquisa monográfica e leituras que consubstanciam as reflexões apresentadas, os “outros” são geralmente atribuído a indivíduos que estão na rua sozinhos ou junto a colegas que promovem ações de violência como jogar pedras, garrafas, bombinhas, enfim, são transeuntes que incomodam agindo de modo ofensivo.

<sup>17</sup> Ressalta-se novamente a significativa parte de entrevistadas que assinalam “outros” como locais de ações transfóbicas, porém, a rua desponta como principal local.

<sup>18</sup> Talvez esse dado se justifique pela própria desconfiança que cerca a dimensão dos policiais uma vez que estes já foram apontados pelos dados como o primeiro agente concreto da prática dessas ações, logo,

Faço ressaltar desse modo que as travestis em trabalho sexual não são vulneráveis em si, não são sujeitos passivos quando comparado aos índices de violência assumidos acima, mas as relações de poderes estabelecidas com os outros elementos que constituem o cenário que as cercam é que as tornam vulneráveis. É na relação com os policiais, com os clientes e com as outras travestis, assim desenhando uma tríade principal de relações desiguais de poder na prostituição – e acrescento a relação com a desproteção da segurança pública no exercício do trabalho sexual na “rua”, com as fobias e os estigmas que se constroem em torno do grupo, entre tantos outros fatores –, que as levam a experimentar as questões da violência onde a forma última desses casos são, como já percebidos, os seus próprio assassinatos.

Esta maior vulnerabilidade das travestis foi assim explicada por uma profissional do sexo de Campinas ao lado de sua colega recém assassinada nas proximidades do Bosque dos Jequitibás: “somos as vítimas mais fáceis da violência porque estamos sempre no mesmo lugar. Acostumamos a ver as pessoas nos jogando *pedras, garrafas, ovos, lixo e muitas vezes até dando tiros*. Somos seres humanos como qualquer outro e temos sentimentos. Mais do que tudo, queremos viver! (MOTT; CERQUEIRA, 2003, p. 24, grifos do autor)

Luiz Mott e Marcelo Cerqueira (2003) sublinham essa relação de violência promovida na dimensão de ser travesti e ser uma profissional sexual podendo presumir desta relação que há uma aproximação íntima entre a “avenida” e a violência onde “o estilo de vida das travestis profissionais do sexo, tão próximas de ambientes marginais, é, sem dúvida, o principal fator explicativo de tantas baixas fatais neste segmento populacional.” (MOTT; CERQUEIRA, 2003, p. 24).

Ao se questionar a participação em grupos como ONG que tenham como foco a promoção dos direitos de pessoas LGBT, sessenta e três transgêneros, 91% do grupo total, afirmaram não estar participando e como motivo dessa ausência de participação 50% assinalam a falta de tempo como um fator, seguido com 32% de integrantes que notam outros motivos e onze sujeitos assumem não gostar da participar em entidades como ONG mesmo que sejam destinados aos seus direitos, mas é de consenso que todas as entrevistadas acham importante existir uma organização que lute pela promoção de seus direitos. Deste modo, cabe refletir que a luta pelos direitos destinados ao público *trans* passam a ser colocadas de forma mais direta nas mãos de poucas *trans*, mas em

---

recaindo em uma insegurança ao lidar com a denúncia ou o próprio medo de sofrer de uma nova reincidência de discriminação e/ou preconceito,

debates por outros(as) integrantes políticos do movimento, consequentemente, gays, lésbicas, bissexuais, que incitam essa pauta com pouca participação e engajamento político das próprias *trans* no universo e espaços de construção do assecuramento dos seus direitos já disponíveis, como na criação de outros que constroem o seu devido bem-estar deixando importantes decisões em que são afetadas diretamente em mãos de terceiros que podem ser militantes LGBT ou pessoas minimamente relacionadas com o tema, correndo o risco nessa caso de assistir ao invés de uma conquista ou fortalecimento de direitos, políticas e programas distritais de atenção específica a esse grupo, alguns retrocessos ou mesmo estagnações na promoção dessas fontes de bem-estar e cidadania ao público *trans* do DF.

Por fim, a pesquisa estruturou questões que permeiam o uso de álcool e outras drogas pelas *trans* revelando que 95% do grupo não usaram algum tipo de psicoativos durante os últimos seis meses e mesmo aquelas que usaram, quando fizeram por meio do uso de droga injetável não compartilharam a seringa com outras pessoas demonstrando assim um nível de redução de danos promovidos pela correta manipulação das drogas consumidas. Contextualizando o uso de drogas com a realização de programas sexuais sobre o efeito de alguma substância dessa ordem 44% afirmam nunca ter feito programas sobre efeito de drogas, no entanto, 56% apontam ter realizado trabalhos sexuais sobre os efeitos dessa ordem pelo menos uma vez nos últimos seis meses. Esses dados vislumbram que são necessárias outras fontes de comunicação com esse grupo afim de estabelecer dinâmicas de conscientização com relação ao consumo de álcool e outras drogas e os perigos que cercam o consumo desses na realização de programas.

Cabe sublinhar que as ocorrências acima divulgadas costuram-se em um tecido de precarização de relações sociais que unidos denunciam os fatores perversos das fobias dentro do Estado Democrático de Direito. A participação na vida deste Estado, assim como o seu devido controle, torna-se essencial para o fortalecimento e promoção dos direitos e da cidadania aos grupos que se encontra em situação vulneráveis, porém, não fracos. As demandas sociais apresentadas que interfere no gozo da cidadania desta população precisam ser ofertadas e cobertas pelo Estado brasileiro através de suas políticas públicas e sociais revelando que se na medida em que isso não ocorre, seja por preconceito, discriminação, negligência, as relações sociais deste próprio grupo se precariza, pois, os abismos de proteção torna-se meritocráticos entre aqueles(as) que quanto mais próximos do modelo de aceitação social maior é sua concentração de

cidadania e o Estado dando continuidade a essa regra perversa da meritocracia cidadã emerge-se enquanto fóbico, evidenciado assim uma homofobia do Estado em relação a todo o conjunto de sujeitos LGBTs.

### **1.3. Metodologia.**

Como aponta Minayo (2007, p.17) as teorias “são explicações da realidade [...] construídas para explicar ou para compreender um fenômeno, um processo ou um conjunto de fenômenos e processos” ao qual validam o seu valor quando refletido no auxílio para o pesquisador ao tentar desvendar e compreender as questões que cercam o assunto destinatário da pesquisa proposta.

Quando emerso no universo do estudo e pesquisa sobre as categorias que circulam a dinâmica da travestilidade, tais como “corpo”, “gênero”, “identidade”, “sexualidade”, “poder”, “comportamentos”, “norma”, entre outros, muitos são os desafios que rondam para tentar colocar-se em um posicionamento teórico em que consiga explicar as abrangências das individualidades dadas sobre esses sujeitos.

Tratar das ordens apontadas anteriormente é integrar-se de uma análise pessoal do “eu” pesquisador sobre a sua constituição, pois, como já sublinhado por Levy-Strauss (1975, p.215) *apud* Minayo (2007), na relação entre sujeito e objeto “[...] o observador é da mesma natureza que o objeto, e o observador é, ele próprio, uma parte de sua observação”. O que acirra quando os “objetos” de “análises” integram categorias pessoais de quem pesquisa.

Para a execução da monografia foram realizados cinco estudos de casos qualitativos com sujeitos auto-consideradas travestis e que desempenham o trabalho sexual na RA de Taguatinga, porém, nada impedindo a participação em outras localidades do DF uma vez que a dinâmica entre esses pontos são presentes.

Com o intuito de diminuir as disparidades que poderiam ser apresentadas, portanto, objetivando agregar melhores resultados e com qualidade, a seleção das participantes foi delimitada a requisitos básicos como: faixa etária de até trinta anos de idade; aquisição de uma renda mensal até R\$ 3.000,00; já tenham se auto-afirmado como travestis socialmente para a sua rede social (família; amigos; colegas); atualmente estejam residindo em alguma RA do DF; e que trabalham em Taguatinga.

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi a execução de entrevistas semi-estruturadas obedecendo a um roteiro (ANEXO V) previamente construído que visou coletar dados que cercam pontos importantes como: condições de vida; história

pessoal; transformação do corpo; vínculos afetivos e sociais; reflexos obtidos após a entrada no comércio sexual; histórico da família; etnia; raça; faixa-etária; carreira profissional; educação; etc.

Houve a coleta de assinatura junto os(as) participantes através do TCLE (ANEXO VI) para uso das informações prestadas e obedecendo aos princípios da ética em pesquisa com seres humanos. Contém em seu texto a autorização do uso de imagens dos sujeitos obtidas durante o projeto caso seja utilizadas ao decorrer da monografia. Todos os nomes que fazem referência as partes citadas no texto monográfico serão substituídos por nomeações fictícias.

Primando por dar mais realidade as palavras (trans)escritas, a monografia buscou coletar mais informações e dados a partir de relatos, conversas informais, espaços diversos de interação com as travestis e outros personagens de importância nesse cenário, isto é, outros sujeitos que se relacionam com o tema trabalhado (cafetinas, clientes, voluntários, pesquisadores, etc) tecendo uma grande teia ao qual busca dar interpretações críticas acerca da complexidade da realidade atingida.

É essencial ressaltar que nestes casos a participação de outros integrantes que não fossem travestis, estava condicionada ao reconhecimento dado pelo grupo, logo, ao *status* que era notado a partir das conversas e da convivência em campo com as travestis.

Optou-se por uma pesquisa qualitativa, por ser considerada uma boa concepção para o alcance do objetivo da monografia, chegando a uma aproximação mais compatível com a realidade dos sujeitos alvos, possibilitando uma otimização dos dados colhidos através de uma análise crítica e comprometida.

Deste modo, averiguam-se os fatores sociais mais presentes na realidade que cercam as formas de inserção das travestis no comércio sexual; os motivos pessoais relatados desde a ação de corporificação do gênero até a inserção neste mercado; e, por fim, as vulnerabilidades que as travestis estão cercadas no campo da prostituição.

A decisão de entrevistar sujeitos travestis e deixando em aberto a participação de transexuais justifica-se pela tarefa de tentar não separá-las enquanto categorias analíticas friamente distintas, ou seja, apenas sujeitos travestis e apenas sujeitos transexuais, pois, tais conceitos de identidade encontram-se atualmente próximas colaborando de poucas distinções visíveis e significativas, principalmente quando refletida no campo da prostituição, sendo mais um pressuposto de identidade pessoal do sujeito que assim se denomina do que uma categoria de análise externa ao ser onde o



pesquisador detenha de autonomia de interagir de forma plena a não cometer grandes arbitragens.

Somada ao quadro metodológico também permeou as observações diretas e indiretas com idas ao ambiente de trabalho dentro do horário da prestação do serviço sexual tentando apreender as dinâmicas ali instauradas e (re)produzidas, visando um enriquecimento da visão do pesquisador. A observação indireta foi utilizada enquanto uma ação metodológica uma vez que essa se destina ao “o uso de indícios ou pistas como informações das quais se deduzem outras informações” (LUNA, 2002, p. 52) o que demonstrou ser uma alternativa condizente.

A cada visita em campo foi preenchido com relatório em formato de Diário de Campo visando assim trazer do espaço de visita as impressões críticas formuladas pela presença do pesquisador enquanto vivência no campo inserido e as relações ali estabelecidas.

O respeito e a responsabilidade da pesquisa ética com seres humanos foi uma dos pilares dessa monografia já que o cuidado e compromissos éticos devem reger a competência entre o pesquisador e o campo sobre sua análise além de ser regra essencial na relação pesquisador – sujeito.

## Capítulo 2

### 2. Ser travesti ou si travestir: uma breve abordagem histórica, política e cultural.

A travestilidade não é uma existência recente acerca da vivência por um sujeito de um gênero ao qual se identifica. O “ser travesti”, ou tudo que nesta noção comporta, não adveio da sociedade contemporânea, pelo contrário, são vários os(as) autores(as) que já apontam a existência de similares expressões em outras culturas ao qual se dedicam a sujeitos que vivenciam o gênero de outra ordem que não aquela instaurada a partir dos órgãos sexuais, como é fortemente notado na história da cultura política sexual do ocidente. Esses estudos foram realizados por diversas pesquisas antropológicas que se dedicaram a compreender como o gênero era vivido em certos ditames culturais como, por exemplo, as pesquisas com as *berdaches*; as *mahu* no Taiti; as *xanith* de Omã; as *fa'afafine* de Samoa; as *panema* entre os guaiáqui do Paraguai (BENEDETTI, 2005) buscando refletir sobre os valores, as construções, que circulam o corpo sexuado em meio aos símbolos que caracterizam a aquisição de um gênero pelos sujeitos que integram as organizações sociais em determinadas culturas, assim como a própria prática da sexualidade que se estabelece socialmente.

Há várias especulações acerca da presença da travestilidade dentro da história humana onde tratam de procurar um *ethos* da travestilidade, sendo assim uma busca onde apontariam na história certos padrões adotados por sujeitos que muito se assimilam a ótica da travestilidade dentro da cultura ocidental atual. Essas pesquisas baseiam-se primeiramente em documentos seculares que narram sujeitos nessa ordem. O mais intitulado passa a ser o Kama Sutra, com data histórica que percorre o ano de 1500 a.C. a 600 d.C. Nesse livro consta o relacionamento afetivos e sexuais com pessoas denominadas *tritiya prakriti*, ou seja, sujeitos tidos como pertencentes a um terceiro sexo por não poderem ser denominados nem como homem e nem como mulher, mas sim um indivíduo que transcede a essa articulação binária e focal.

Há outros casos emblemático pertencente ao continente asiático, como também há na Índia sujeitos conhecidos culturalmente como as *hijras*<sup>19</sup> onde obedecem análogas

---

<sup>19</sup> Não quero aqui trazer para a analogia um processo de construção de uma pretensiosa travestilidade a moda indiana caracterizada nas *hijras* ou eunucos, pois, seria assim recorrer a um erro crucial ao julgar na mesma medida duas culturas por si distintas, porém, trago esses exemplo mais como forma de refletir na disponibilidade cultural destinada a tradução do gênero no corpo material e sexual. Com isso, há nas *hijras* vários valores religiosos imbuídos na construção histórica da Índia sobre esse grupo onde a esses sujeitos são atribuídos poderes amaldiçoar a quem não as ajudá-las destinando algum tipo de recurso monetário quando as *hijras* solicitam ou de abençoar sendo demanda a sua presença principalmente em

composições da travestilidade e transexualidade ocidental como notada na mudança e no trabalho de aperfeiçoamento que envolve a (des)construção do gênero no corpo sexuado, e às vezes o remodelamento do órgão sexual a partir de técnicas próprias da região. Suas figuras são tradicionais dentro da formação histórica, cultural, social e política indiana havendo vários valores que envolvem suas identidades sociais.

A origem do termo travesti é mais recente que o seu prospecto original. Foi usada pela primeira vez no campo científico por Magnus Hirschfeld (1868 – 1935), médico e sexólogo alemão do século XIX, ao qual é considerado como o cunhador do termo *transvestism*<sup>20</sup>, sendo um dos primeiros integrantes a defender os direitos das pessoas homossexuais durante o referido século.

Ele dirige esse termo como uma palavra de origem do latim ao qual seria a junção de *trans* + *vestitus*, no inglês conhecido como *across-dressing*<sup>21</sup>, e em uma tradução livre em português aproxima-se do “vestir-se de”, isto é, travestir-se. Para este sexólogo significava preliminarmente a conduta de indivíduos de se vestirem com elementos destinados sócio-culturalmente ao sexo oposto ao de nascimento. Em suas obras o autor nota que a mera noção de “vestir-se de” é apenas um dos símbolos que integravam todo o cenário mais amplo do *transvestim*, do *cross-dressing*, sinalizando assim as peculiaridades do campo das travestilidades, portanto, envolvendo outros elementos que não apenas era preenchido pelo fato de se travestir do gênero oposto.

Tal definição não compete mais usar nos dias atuais para os sujeitos travestis, tendo em vista que as discussões acadêmicas e as constantes pesquisas trouxeram novas orientações sobre o ramo das travestilidades que chamam a atenção para que este seguimento seja entendido enquanto as relações baseadas através dos processos psico-emocionais correspondente ao auto-reconhecimento com a identidade de gênero assumida, essa discussão será tratado mais a frente.

Mesmo assim, a idéia do século XIX continua a ser difundida em determinados meios de comunicação como, por exemplo, pode ser encontrado nos dicionários

---

nascimento de crianças nas famílias, pois, acreditam que pelo fato de não poderem gerar filhos(as) acumulam uma grandiosa fonte de amor. Porém, mesmo com esse reconhecimento social, muitas sobrevivem através do oferecimento do trabalho sexual nas avenidas pobres da Índia dado o preconceito e/ou discriminação que percorre a sociedade indiana. Dados obtidos através do documentário *A Eunuch's Life – Índia*, produzido pela ABC Australia e distribuído por *Journeyman Pictures*.

<sup>20</sup> Presente em seu livro *The Transvestites: The Erotic Drive to Cross-Dress*. M. A. Lombardi-Nash, Trans. Buffalo, NY: Prometheus Books. 1910/1911.

<sup>21</sup> Atualmente o conceito aplica-se dentro do termo *crossdressing*, sendo parte integrante do campo da transgêneridade, portanto, integrando a diversidade de sujeitos que mudam de gênero ao decorrer do seu cotidiano, sentindo-se homem e sentindo-se mulher em vários períodos do mesmo dia.

brasileiros de língua portuguesa onde é comum achar como definição para o termo travestir:

*s.m. (gal)* Disfarce no vestir (GLOBO, 1998);  
*s.m. (pal. fr.)* Disfarce no trajar. (Usa-se geralmente em relação a homens que vestem roupas femininas, ou vice-versa.) / P. ext. Indivíduo, às vezes artista, que usa travesti. (www.dicionariodoaurelio.com).

Torna-se notório que a travestilidade remetia-se em seu preâmbulo ao ato característico de uma prática voltada meramente ao campo comportamental e visual onde se instala a noção de um sujeito que se veste com roupas ou elementos ditados socialmente como pertencentes ao gênero contrário ao seu sexo *bio*. Conforme a última noção da citação acima fica perceptível que a travestilidade é maiormente encontrada entre os sujeitos pertencentes ao sexo masculino<sup>22</sup> quando aponta a passagem “homens que se vestem com roupas femininas” o que no cenário atual, por mais que se encontram sujeitos que nasceram com o órgão genital masculino e que se compreendem como travestis, é um erro pensar que não há a travestilidades em mulheres biológicas. É apontada como origem etimológica na palavra de língua francesa *transvestites*.

Consultado os dicionários franceses que tem como referência esse mesmo termo consta a definição:

*Vêtement qui permet de se déguiser en un personnage; Personne qui a revêtu le déguisement d'un personnage; Homosexuel travesti en femme. (Abréviation populaire : travelo); Danser un travesti, pour une danseuse, interpréter un rôle masculin.*” (www.larousse.fr)

Se traduzido essas definições nós temos as seguintes noções aproximadamente “Trajes que permite se caracterizar de um personagem; Pessoa que assume o disfarce de um personagem; Homossexual travesti em feminino; Interpretação de um papel” (traduções livres do autor).

Conforme visto, todas as referências etimológicas do termo continuam próximas do ato de vestir-se conforme o gênero oposto trazendo também conotações relacionadas a vida do espetáculo, das artes cênicas, onde há sempre um personagem presente que deve passar a ser interpretado, não contemplando a existência autônoma de

---

<sup>22</sup> Penso que é a travestilidade mais notada como um processo visível dentro da área do gênero masculino devido a própria construção da cultura machista que aprisiona esse gênero em um local de poucas possibilidades de demonstração de outras formas de se colocar ao mundo sendo mais permissivo para o gênero feminino. Quero ressaltar que ambos os processos de coibição ou de permissividade são fatores marcantes de opressão dado que servem para modelar os comportamentos instaurados na perspectiva do gênero.

ser, de si sentir travestir, dando um *continuum* a noção de atores e atrizes em atuação de papéis.

Presas as premissas que se estabelece anteriormente ao mundo do espetáculo como uma forma da vivência da travestilidade, os estudos de Terry Castle sobre os bailes de máscaras da Inglaterra no período setecentista, colaboram para uma possível historicidade da travestilidade conectada com as transgressões às rígidas normas sexuais britânicas dentro da idade moderna, o que para alguns historiados vai do século XV ao século XVIII.

Castle (1999) evidencia que dentro dos ambientes festivos dos carnavais britânicos havia-se uma abertura para o desgarramento as normas sociais que permeavam uma cultura da sexualidade dentro de um âmbito focal, onde deveria ser tomado o valor reprodutivo como fim as relações sexuais e amorosas de acordo como foi fortemente discorrido pela igreja.

A moralidade dominante e conservadora européia, que se fundava principalmente sobre a divisão de um frio binarismo de gênero reforçado por uma focalização acerca da sexualidade enquanto unidade procriativa, promoveram o reino de uma sexualidade moral vitoriana (FOUCAULT, 1988), ou seja, instalaram a sexualidade em um local – o privado –, elevou como discurso sobre a sexualidade o mutismo conservador, assim como toda a força repressiva do puritanismo.

A permissividade aos desejos particulares, antes guardados no ambiente doméstico, tornava-se concretizados em lugares de tolerância como nas ruas através das mascaradas britânicas sem, no entanto, exporem-se as vexatórias morais que eram destinadas aqueles(as) que rompiam com o padrão sócio-sexual de conduta moral, uma vez que não mostravam suas caras.

Os bailes de máscaras, na Inglaterra do século XVIII, podem nos propiciar um olhar histórico sobre a cultura do travesti. No clima carnavalesco, os bailes eram marcados pelas transgressões às normas sociais, onde as classes mais altas se igualavam às classes baixas. Possibilitavam, ainda, aos indivíduos a transgressão das ‘normas’ socialmente definidas para os sexos. Para mulheres, prostitutas, travestis e homossexuais o disfarce propiciava experimentar prazeres sexuais desconhecidos e não permitidos, o que acarretava a quebra de tabus moralizantes da época. A máscara representava a fuga de si mesmo. Os limites morais e psicológicos internalizados desapareciam, pois as transgressões eram atribuídas a ‘outra pessoa’ – a máscara - e não a elas próprias. Os bailes de máscaras proporcionaram no século XVIII a afirmação de novas sexualidades. As transgressões atacaram as rígidas fronteiras de comportamento entre os gêneros o que potencializou a individualidade e os desejos sexuais. (CASTLE, 1999, p. 218)

As mascaradas entraram no cenário europeu como forma de existir uma vida sexual clandestina, restrita de haver em outros ambientes, principalmente aqueles destinados a vida diurna e pública. Sendo assim, encontra-se preliminarmente no campo das festividades e do universo do privado, um cenário de possibilidades de transgressão as normas sociais e de realizações dos desejos e prazeres pessoais a partir de si travestir e das práticas homoeróticas, ocultos ao mundo exterior, havendo uma maior ação de indivíduos que tendem, quando dado o efeito dessa prática, a romper com essas regras moralmente estabelecidas e cerceantes ao indivíduo. A travestilidade assim desaponta não mais meramente com o ato de fantasiar-se e colocar-se em baile, mas exibir em público a realização do seu sentimento pessoal de sentir ser, de ser autonomamente de um gênero que se identifica e usufruir desse desejo e identidade, demonstrando um papel de resistência aos limites impostos pela sociedade ao sujeito embora que ainda mais restrito ao cenário das festividades.

Ainda dentro da idéia da palavra travesti, na gramática brasileira o nome travesti pode ser gramaticalmente um substantivo masculino quanto também um verbo transitivo – travestir –, ou seja, uma ação. A ação dentro da palavra traz um sentido maior quando se aponta que falar sobre a travestilidade não é apenas focar-se em materialidades de vestimentas que modelam, “disfarçam” o corpo, truques da visualidade, mas sim é tratar de um todo universo complexo de relações intercaladas pelas formas autônomas como que são trabalhadas as várias dinâmicas do gênero assumido no corpo-sexuado. É antes refletir no campo das subjetividades, não competindo mencionar sobre uma única forma de travestilidade, mas colocá-la no plural, na diversidade, ou seja, assumindo a existência de *travestilidades*. Tal razão relaciona-se à ação de ser, de se fazer presente existindo como, de sentir-se de um gênero, o que para Pelúcio (2004) é tratar diretamente sobre o *ethos* desse grupo, englobando os seus valores, os seus costumes, os seus hábitos, e mesmo uma natureza que é constituída como essência e identidade pessoal para cada um(a), que se afirmam como sujeito de si.

Foi na perspectiva notada como ação, isto é, uma atitude correlacionada a autonomia, uma característica próxima ao ser travesti que, quando em visita à república de travestis na Ceilândia, algumas entrevistadas relataram,

*“[...] pra ser travesti tem que ter atitude... tem que ter atitude, com certeza... muita atitude... tem que ter nariz empinado e atitude a gente não pode se*

*rebaixar pra ninguém, nunca, jamais! Ser travesti é isso... travesti é atitude!”*  
(Trecho da entrevista com Cristina e Tabata)

*“[...] mas também não é só falar que tem atitude e você é travesti, né?! Claro que não, né?! A gente tem, e já nasce com aquela atitude também de ser travesti. Ai vai mudando aos poucos e vai pra rua, conhecendo as máfias dos outros viados, ai nós vamos criando confiança também. Vai virando profissional e mais mulher cada dia.”* (Trecho da entrevista com Judy)

Através do convívio com as travestis é significativo perceber que se é travesti e se aprimora essa identidade tornando-se mais travesti, pois se segue uma via de mão dupla onde ao mesmo tempo é uma atitude pessoal de entendimento com o próprio sujeito que internamente coloca-se de forma exterior enquanto figura pessoal de si mesmo e, em consonância a esse tempo, encontra-se reiterando publicamente as características simbólicas de si para que outros a interpretem de tal forma como a qual se quer ver e ser sentida e vista, aproximando dessa noção ao sentimento de identidade social.

Travesti é uma arte que a cada dia aperfeiçoa-se, é um redescobrir permanente de um alguém que já está em si desde sua concepção habitando o mesmo corpo, sendo o “eu” duas vezes. Essa noção aplica-se constantemente quando, por exemplo, a cada termo de consentimento que solicitava serem assinadas para o uso das informações e imagens elas me perguntavam, depois de lido, qual nome a assinar “o de batismo ou o meu”. Essa foi uma pergunta realizada sem nenhuma exceção e, respeitando a sua autonomia, explicava que deveria assinar conforme o que se achava melhor para ela já que ambos relacionariam com a mesma pessoa. Percebi assim que me colocava em frente a um desafio, pois, ambos relacionavam-se com o mesmo sujeito e que as normas binárias de gênero tão divulgadas limitam o sujeito.

## **2.1. O universo *trans* como denúncia ao “natural”.**

É complexo chegar a uma definição “completa” do que é “ser” travesti ou transexual ou transgênero – e nem é do desejo do pesquisador chegar a esse fim – porém, é importante delinear um quadro geral sobre tal aspecto para assim se chegar a uma visão sobre o que pode ser notado como “ser travesti” dentro deste trabalho. Faço destacar também que conter uma definição com relação a este público será de serventia como único caráter de promover uma substantividade metodológica e teórica onde se faça compreender de quais sujeitos são estes assumidos no campo do estudo

monográfico não servindo completamente para concluir a rica experiência que compõem as travestilidades.

É interessante refletir acerca de todo o cenário que une as (a)diversas experiências entre esses agentes *trans* podendo tentar integrá-las em um universo *trans*, o que, como Benedetti (2006) confere, este universo “corresponde a um conjunto de práticas, valores e representações sobre a sexualidade, o corpo e o gênero que podem ser variadas e distintas entre si” (Ibidem, 2006, p.145), fala-se assim em um todo complexo que necessita nos encantar de algumas linhas para uma possível (in)compreensão sobre as travestilidades, as transexualidades e as transgenderidades dada através de caracteres representacionais, porém, não categorias universais.

Marcos Benedetti (2005), em pesquisa com as travestis e transexuais profissionais do sexo de Porto Alegre/RS, ao tentar elucidar uma noção sobre o referido grupo em seu trabalho admite a semelhante dificuldade de afirmar uma identidade fixa, consolidar uma definição dentro dos caminhos binários do gênero que contemple por inteiro a vivência pessoal do gênero travesti e suas redes com a sexualidade e seus corpos, relações sociais e afetivas, portanto, evidenciando novamente o peso limitante da palavra que tenta discriminar os sujeitos.

Não é a minha proposta realizar um inventário ou enumeração minuciosa das possíveis identidades sociais do universo *trans* [...] Prefiro utilizar o termo universo *trans* em função de sua propriedade de ampliar o leque de definições possíveis no que se refere às possibilidades de “transformações do gênero” [...] em nenhum momento encontrar-se-á neste trabalho uma definição categórica das travestis. Essa definição será, antes, uma construção efetuada ao longo de todo o texto. (BENEDETTI, 2005, p.17, grifos do autor)

A melhor alternativa de desenhar o mosaico que envolve a noção de travestilidade em campo de pesquisa foi, primeiramente, seguido pela auto-afirmação dos sujeitos participantes se sentirem travesti, aplicando-se a mesma noção para aquelas identificadas como transexuais ou transgêneros, portanto, respeitando o direito de autonomia relacionada a identidade pessoal do sujeito que assim se identifica e se expõem socialmente como.

Deste modo os conceitos sobre a identidade pessoal, que englobará a identidade de gênero e sexual, foram anexados ao passo que as definições promoveram do campo de pesquisa, através dos relatos sobre como se sentiam com relação a se auto-identificarem como travestis ou transexuais, com o exercício da devida complementaridade aos arcabouços teóricos constituídos sobre o estudo do tema.



Por identidade pode-se assumir que se concentra nos símbolos que são agregados pelo indivíduo em sua constituição pessoal onde passa a ser reconhecido socialmente como sendo parte da sua formação, sendo assim, a identidade social se baseia na relação entre um individual e o coletivo. O seu reconhecimento está propriamente configurado dentro do âmbito da cultura e da história onde o indivíduo é socializado e passa a ser reconhecido como, com isso, a identidade sexual e de gênero também estabelecem conexões a partir desses simbólicos histórico-culturais de representação dentro da sociedade, dado que o ser homem ou ser mulher encontra-se nesse tempo.

Para Louro (1999) a noção de identidade, sejam elas sociais, sexuais, de gênero, estabelece uma conexão com o sentimento de pertencimento a um grupo social, porém, só não haverá apenas por estes atores a confirmação de sua identidade, pois, a identidade assumida pelo sujeito social será sempre interpelado por “diferentes situações, instituições ou [pelos próprios] agrupamentos sociais” (LOURO, 1999, p.12) vinculando a noção de (con)afirmação por outros meios para a legitimidade da sua identidade. Lembro que o indivíduo não é apenas objeto de sua constituição mais sujeito de sua identidade porque participa sócio-subjetivamente para o reconhecimento dela.

Não é viável perceber que o sujeito é apenas uma identidade *una*, mas ele é o complexo de todas as suas identidades traduzidas ao longo da sua história pessoal e (des)valorizadas pela cultura. Nenhuma identidade é tão fixa que não possa ser modificável, provisória ou mesmo abandonada, pois, o sujeito é o principal participante de si, inclusive na mudança e transformação dos signos valorativos na sociedade. Dentro das categorias de gênero e sexualidade, quando mencionado a identidade formada entorno desses princípios, tão quanto contraditório e inacabado são esses conceitos, como a própria identidade assumida através deles torna-se “fragmentada, instável, histórico e plural” (LOURO, 1999).

Pontuada essa discussão e sublinhando que a identidade passa a ser significada pelos fatores temporal-culturais de uma sociedade, quais são as legalizações discursivas de poder que a faz existir como legítima?

Não há assim como descartar as premissas foucaultianas sobre o poder que pertence ao discurso, como as palavras são admitidas ou ausentadas de verdade a partir de quem profere essa situação, ao qual este deterá de um regime de saber onde se liga com a “vontade de verdade” (FOUCAULT, 1996) produzida na mensuração de um objeto procurando explicá-lo. O discurso promovido por instituições (justiça, escola,

hospital, família, igreja) revela ser o suporte decisivo dentro do processamento da verdade de saber, ou seja, dessa procura a uma compreensão ao um dado objeto que é então configurado a partir de uma determinada ordem adotado por um ponto-de-vista de quem valora essa análise e subtrai o saber formado. Como todo ponto-de-vista é assim a vista de um ponto dentro da formação discursiva de um saber-verdade a verdade discursiva apresentada insere-se no mesmo sistema de exclusão as demais possíveis verdades, por isso, a construção de pontos-de-vistas que inserem discursos críticos ao domínio de uma moral dominante conservadora/tradicional, baseada em modelos hegemônicos de vivência do gênero, sexualidade, e modelagem do corpo, demonstra-se como promotor de novas alternativas para a desconstrução dos ranços históricos que promoveram uma verdade e naturalidade de ações construídas tão falaciosas, porém, constantemente reproduzidas.

A isso, tão foi imprescindível o arcabouço da ciência médica para patologizar e dividir a sexualidade e o corpo durante a história da humanidade adicionada pelos valores judaico-cristãos sobre o mesmo tema, certos “regimes discursivos com efeito de poder” (FOUCAULT, 1996; 2000) institucionalizados continuam a revelar esse mesmo fascínio na contemporaneidade para dar continuidade na instalação ou reverberação de uma verdade sobre os sujeitos e suas representações identitárias. Coloco uma pontual reflexão que me leva a questionar o fator da identidade enquanto um produto somente externo e apenas possibilitado de existência através desta ótica *out* ao sujeito, portanto, baseio a questão nas lógicas públicas que dão existência ao sujeito: dada a participação de uma pessoa com identidade sexual oposto a sua demarcação genital (pênis, vagina) no processo hospitalar de transexualidade ela será transexual pelo corte definitivo do bisturi do cirurgião ou antes mesmo do reconhecimento institucional hospitalar?

Se a identidade se dá como categoria de formação pessoal-subjetiva para que o sujeito seja interpretado de forma pública como pensa de si, porque o Estado democrático faz com que esse sujeito autônomo por suas transformações pessoais sofra sanções sócio-culturais durante o processo de constituição de si? Por que a trajetória destes sujeitos que transgridem as normativas acaba sendo marcada por vários conflitos no desenvolvimento de suas identidade criadas e desenvolvidas na constituição de suas relações sociais, inclusive na relação negligente com o próprio Estado?

Exibindo o conceito de transexualidade conforme estabelecida legalmente pelo MS em sua portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008, ao qual este ministério “define” como sendo: “[sujeitos com] um desejo de viver e ser aceito na condição de enquanto

pessoa do sexo oposto, que em geral vem acompanhado de um mal-estar ou de sentimento de inadaptação por referência ao seu próprio sexo anatômico.” (Ministério da Saúde, Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008)

Leva a entender que as pessoas transexuais almejam tornarem-se bio-socialmente como sujeitos pertencentes ao sexo e ao gênero identificado pessoalmente, principalmente por meio da participação do processo transexualizador ao qual se dedica na constituição do órgão sexual conforme a identidade objetivada e almejada de reconhecimento social. Benedetti (2005) encontra algumas razões de diferenciação entre travestis e transexuais:

[...] [as] travestis são aquelas que promovem modificações nas formas do seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres; vestem-se e vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina. Em contraste a principal característica que define as transexuais nesse meio é a reivindicação da cirurgia de mudança de sexo como condição *sine qua non* da sua transformação, sem a qual permaneceriam em sofrimento e desajuste subjetivo e social. (Ibidem, 2005, p. 18, grifos do autor)

Dadas as explicações, é promissor realizar um recorte que perpassa esses dois sujeitos. Enquanto a pessoa transexual explora a sua identidade sexual como autônoma ao seu sujeito, sendo agregado a sua identidade sexual os atributos do gênero que significa esse sexo, as pessoas travestis encontram-se identificadas com o gênero que lhe confere subjetivamente não sendo necessário a configuração de seu órgão sexual com a sua identidade de gênero assumida. Perez (2005, p.25-26) *apud* Duque (2008) traduz o corpo das travestis como “um corpo aparentemente feminino que tem entre as pernas um órgão sexual masculino, e mais ainda, faz uso dele”, sendo para Duque (2008) “mais mulheres com pênis do que homens com seios” demonstrando as sensibilidades com que esses sujeitos detêm sobre seus gêneros ao mesmo tempo em que denunciam as arbitrariedades com que são cercados por essa mesma categoria cultural.

Em alguns textos ou mesmo em ambientes políticos LGBT é corriqueiro encontrar por vezes a denominação transgênero como um conceito denominativo de um sujeito onde as pessoas travestis e transexuais também podem se encontrar nessa área, porém, mais cabe avaliar que esse termo é tão amplo ao ponto que mais se refere as rupturas de gênero efetivadas por sujeitos que não almejam a vivência de um gênero em definitivo, logo, o processo contrário que ocorre com as pessoas transexuais e travestis

que assumem um gênero e/ou um sexo ao qual querem ser reconhecidas como pertencente aquele contexto. Além do que, pertence a luta do movimento das travestis, transexuais e transgêneros darem visibilidade de forma ímpar as suas identidades pessoais para serem reconhecidas, afirmadas e asseguradas como cidadãs(os) pelo Estado Democrático de Direito havendo um papel tanto de consolidação a uma identidade pessoal como adicionada por uma identidade política que conclama de reconhecimento.

Sendo assim por transgênero pode-se entender como um universo que une várias outras identidades ou performatividades de sujeitos que reordenam as gramáticas instaladas na ordem do corpo, da sexualidade, do gênero, agem mobilizando de diferentes formas os símbolos que permeiam essas categorias, como pode ser demonstrado no relato a seguir:

*“Há vinte anos atrás ou tinha o **transformista**, ou tinha o travesti. Agora não, tanto que a gente nem usa mais a palavra travesti, estamos usando a palavra transgênero, que tem a **travesti**, tem a **transexual**, tem a **drag queen**, tem as **crossdresser**, que eles fala agora, então tem vários gêneros, então nós estamos lidando mais com o gênero agora, naquela época a gente nem sabia que era gênero, você era travesti e pronto. E hoje, elas [as travestis] tão se travestindo mas do jeito que elas são mesmo, natural, na minha época pra você ser um travesti você tinha que se hormonizar e depois você tinha que siliconizar, pôr silicone; se você não se hormonizasse e não colocava silicone você não era travesti.” (JÚNIOR, 2006, p.129, Trecho da entrevista de Skarlet O’Hara, grifos meus)*

Quando esta entrevistada confere o uso comum de transgênero para identificar de igual processo os sujeitos travestis ou transexuais e as outras categorias que este macro conceito traduz promove uma sugestão que ainda galga de controvérsia entre os(as) participantes desse grupo já que, utilizando dos informes do campo de pesquisa, transgênero muito mais se vincula as outras expressões de trabalho ou transformação do gênero como desempenham os(as) *crossdressers*, *drags queens* e *kings*, *intersex*, do que a uma denominação universalística que simbolize de forma satisfatória os sujeitos travestis e transexuais que afirmam uma identidade. Este mesmo ponto foi notado em Duque (2005):

Há ainda uma discussão no movimento organizado de travestis sobre o termo “transgênero”. A explicação coletada em campo para a palavra “transgênero” reporta ao fato de que travesti e transexual, transitam entre os gêneros masculino e feminino ou transcendem suas características biológicas por meio suas transformações corporais. Uma das travestis, que não aceita essa terminologia para caracterizá-la, destaca: “– Eu não sou tomate nem chuchu

*para ser chamada assim. Eu sou travesti e pronto*”. Ela faz alusão ao termo “transgênico”, que se refere à alimentos geneticamente modificados e com genes de outra espécie. O que pude perceber também em campo foi a identificação desses sujeitos com o termo “travesti”. Muitas vezes observei que, serem chamadas de travesti por outra travesti ou por um homossexual amigo, as tornavam bem à vontade e tal expressão se constituía uma forma de acolhimento ou cumprimento fraternal. (Ibidem, 2005, p.48, trecho da entrevista com Janaina Lima).

Junto com as travestis de Taguatinga a variação entre a identidade travesti e a transexual variava, pois, se muitas que na primeira abordagem revelaram-se como travestis, ao decorrer do relacionamento em campo quanto questionadas sobre o que seria ser transexual e a prática médica de cirurgia para o desenvolvimento de um novo órgão sexual algumas não se negavam futuramente pertencer a esse processo, outras se afirmavam satisfeitas com o órgão sexual biológico e diziam não desejarem tal conquista, e outras afirmaram que não fariam, pois teria um impacto na renda obtida com o trabalho sexual. Isso demonstrou o quanto a afirmação de uma identidade pessoal fixa pode ser perigosa e não pode ser julgada de forma externa, mas exibida socialmente em formato pessoal chegando ao ponto de também ser abandonada ou transformada, onde o sujeito sempre irá se reconhecer pelo seu próprio processo.

Para um debate mais específico sobre a travestilidade, assim como o universo *trans*, é necessário repassar quatro categorias principais que compõem esse cenário, ou melhor, quatro categorias que são necessárias para se pensar a problemática social que a onda *trans* vem a questionar, são elas: gênero, sexo, sexualidade e corpo.

## **2.2. O Gênero, o sexo, a sexualidade e o corpo: *questões, relações e limites*.**

Grande parte dos estudos que mais abrangeram as linhas sobre a necessidade de reflexão crítica voltado ao gênero deve-se a força que desempenhou, e continuam a desempenhar, os estudos feministas somadas as investidas dos estudos gays e lésbicos onde ambos explodiram em críticas desde a década de 60 tanto no contexto internacional e também no Brasil.

Esses estudos iniciaram uma linha atuante de combate as questões que cercam as diferenças relacionais implantadas entre o que é passado como masculino e feminino, nos valores que permeiam a sexualidade e que são embutidos sobre o sexo, assim como criticam as linhas impositoras sobre o cerceamento do corpo humano. Não há como negar que quem efetua uma leitura crítica sobre esses universos que parecem diacrônicos bebe na fonte de inspiração feminista, o que abordará as próprias questões

de se criticar a noção de uma sexualidade universal como norma, passando a perceber essas representações categóricas amplamente divulgadas como homogêneas como chaves de um sistema de dominação (AUAD, 2006).

É por meio dos estudos de gênero que se cria as bases para as críticas ao universal, revitalizando um pensar desapaziguador da diferença dentro da relação Eu – Outro, onde um bom debate se instala e se torna necessário discorrer nas linhas posteriores uma vez que o estranhamento ao que não é universal acontece e tem total intimidade ao tema monográfico.

O “diferente”, ou seja, o estranho ao eu, é meu adverso, pois, me modelo como um ponto-de-vista aceito e o Outro é o eterno diferente. Cabe assim pensar que a diferença é intrínseca nessa relação, sendo assim, a normativa sobre o aceito pode ser contrariada, pois, está na diferença o aspecto reinante das relações sociais. Penso: na relação entre o Eu-aceito e o Outro-estranho, em pontos-de-vistas particulares, não são ambos diferentes? O Eu não é o Outro do Outro que sou Eu? Se não há padrão correto, por que é aceito socialmente e tão reproduzido a discriminação e/ou o preconceito a diferença? A diferença é o aspecto mais transgressor porque está dentro da relação de normalidade. A aceitação da diferença é o ponto que a ação repressora não admite porque destrói a sua própria dominação.

O que é de se destacar como um enriquecimento a essa questão repousa na pergunta daquilo que é repassado como “natural” dentro da realidade, dando um sentido que sempre existiu e aqueles(as) que não obedecem a esse sistema normativo e emplastificador de um indivíduo – dentro do que se constitui como ser humano – passa a ser visto como anti-natural, como o inumano, tal como Gregor Samsa se sentiu em seu processo de torna-se inseto no livro “A Metamorfose” de Kafka.

O gênero é uma categoria que é repassada nessa lógica do natural. Esse repasse inicia desde quando o ser humano encontra-se em desenvolvimento, ainda no útero, onde este processo se demonstra como um dos princípios da construção de uma identidade social e identificação pública. Na medida em que passa o desenvolvimento da gravidez, há a constituição do sujeito que lhe confere existência humana. Escolhe-se um nome civil, compram-se apetrechos que envolvem o local de criação do sujeito de forma a reforçar a identidade tradutora do seu indivíduo tal como a afirmação do seu gênero. Suas roupas e os seus acessórios reafirmam o seu sexo, em que tudo após o seu nascimento, decorrido os primeiros anos da socialização do sujeito com o mundo

externo, irá trata-lo(a) conforme o que acredita ser o seu “original”, o “natural”, o “que era para ser”.

Beauvoir (1970) será uma das primeiras autoras feministas no século XX a se debruçar sobre o estudo da formação do gênero dentro da construção do feminino, já afirmando os perigos de repressão realizada pela sociedade que qualifica a mulher na ordem representativa da feminilidade, realizando uma denúncia ao seu tempo decorrente a um viés nominalista e antifeminista que reproduzem acirradamente o reino imperativo da dominação da denominação dada pelo Outro não-Eu que pré-conceitua o sujeito sobre o seu julgamento externo e o aprisionador. Nesta base afirmo que Beauvoir trata de uma importante lição: Será se só existimos por meio da diferença com o outro? Que diferença é essa que me cria, que assim sou representado e entendido como?

Alguns estudos revelam que é a partir do gênero que socialmente se dá o significado ao sexo, justificado devido ao repouso das diferenças significativas em se ter um pênis ou uma vagina, onde os símbolos sociais que perpassam esses universos serão incorporados pelo sujeito. Mas a criação da diferença enquanto critério de antinaturalidade é a perpetuação de estigmas para aqueles(as) que não se encontram nas normatividades promovidas pelo discurso do “original”, sendo o existir do “Outro” um fator de combate a essas normas. O “Outro antinatural” é um risco eminente as construções estáticas porque desestabiliza as conservas padronizadas, devendo assim ser vulnerável para a sua eliminação por meio das sanções violentas, tal como é a morte a quem transgride.

Pensar-se-ia brevemente que uma mudança positiva para as regras do gênero se colocaria mediante a uma anulação da diferença de gênero e em suas relações, mas não se pode perceber isso como uma relação plausível de resistência porque está na própria diversidade e na adversidade o fator de evolução dentro da história social da humanidade – o ser humano é um ser incompleto – o que se deve buscar como fator de transformação é assim o combate a desigualdade dentro da diferença, porque a diferença se bem respeitada e não abjetivada é válida, porém, a desigualdade que permeia a diferença é a forma pior da desresponsabilização da conduta democrática que preze pela cidadania de todos(as) os(as) integrantes sociais de um Estado, principalmente, por aqueles sujeito visto socialmente como o “eterno-diferente”.

É deste modo que o abjeto é caracterizado como a ausência de qualquer entendimento padronizado embutido nas traduções limitantes da cultura reinante, fornecidas por uma sociedade dentro das suas possibilidades diacrônicas de existência

identitária de gênero, de sexualidade, onde, pelo fator de não ser compreendido nesses limites, o agente transgressor serve de denúncia existencial as restrições sócio-culturais que repousam sobre a compreensão ao sujeito. Butler (2008) em uma leitura de Kristeva chega a conferir ao abjeto o lugar que “[...] designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornando literalmente ‘Outro’. [...] a construção no ‘não eu’ como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito” (Ibdiem, p.191). O abjeto é o risco maior que a padronização pode ter, tornando-se um peão perigoso dentro do jogo de xadrez onde este peão pode vim a romper até com os quadrados estruturais do tabuleiro.

Notado que o sujeito é um ser social existindo a partir da cultura que o promove e que este também promove a sua cultura, pois, o sujeito não é apenas objeto, a categoria gênero é por si uma articulação de existir desse próprio sujeito, uma vez que o feminino e o masculino são modelos políticos e culturais vigentes referenciados a partir das representações existentes em uma sociedade em seu determinado tempo.

Costurando com a trama de gênero, lembrando o que acima foi discutido sobre identidade, e trazendo o debate acerca do sujeito, cabe aqui falar oportunamente a proposta do debate foucaultiano sobre a noção genealógica de desconstituição de um sujeito constituído historicamente, elevando essa reflexão voltada para toda uma trama histórica que constituiu esse sujeito, portanto, havendo que o sujeito é também resultado amplo do cenário temporal de sua sociedade.

Bourdieu (2002) nos lembra que é necessário avaliarmos as implicações dos mecanismos históricos dentro de uma sociedade contemporânea e economicamente avançada responsável pela des-historização e eternização das estruturas da divisão do quadro sexual e de quais princípios são esses que a dividiu, por isso, pensar os problemas de gênero e as questões da divisão sexual corresponde a idéia de repensar todo o conjunto de alicerces dos pressupostos de um original sexual e de gênero que foi estabelecido como regra, assim como também se dá um similar processo na sexualidade.

Ao falar de gênero estamos nos reportando a uma categoria política, haja vista que as relações sociais construídas a partir do sujeito, o ser feminino ou masculino, ou o se tornar mulher ou homem, desempenha um impacto na realidade do indivíduo. Apenas isso não se revela enquanto um total explicativo para a realidade vivenciada do sujeito, mas todas as outras categorias que irão abraçá-lo ao decorrer da sua socialização irão desempenhar um sintoma geral do seu quadro, tal como a classe social a qual o



indivíduo pertence, a sua etnia, a raça, a orientação sexual, entre outras, que se tornam as experiências pessoalizadas e plurais em cada contexto que a interfere.

O gênero é construído através das diferenças (BEAUVOIR, 1970) onde cada oposto é construído como uma categoria identitária, uma vez que as representações do masculino – reveladas pelos atributos caricaturais como força, racionalidade, atividade, agressividade, por exemplo – se constrói de forma conservadora e fria a partir da contradição ao representado pelo plano do feminino – que se articula em todos os opostos aos atributos referidos anteriormente como delicadeza, emocionalidade, passividade, não-agressividade – imperando uma cultura machista, patriarcal, onde o homem é uma categoria universal de poder e sempre tido como referência, ao ponto que a mulher não existe sem ele, sempre remetida a superfície inferior dado a sua não existência própria, e aqueles(as) que não estabelecem esse conexão dual com os gêneros está instigado a ausência.

O sexo desaponta como destaque nessa ótica, onde a partir do critério de si ter vagina ou pênis o sujeito si encontra no mundo sendo traduzidos e acoplados outras características ao longo de sua vida. Encontrar sua sexualidade, seu gênero, fortalece ou aprisiona a si a uma identidade porque estas categorias os traduzem conforme os valores recorrentes na cultura social ao qual está inserido.

A dinâmica social da contemporaneidade não encontra nas incertezas um valor de aceitação porque não é o “normal” e isso trai a reprodução social, inclusive a reprodução e o acirramento das questões sociais contemporâneas. O sexo do indivíduo é uma estrutura social de poder fortemente indispensável a essas relações de padronização. Ter a ambigüidade sexual e/ou de gênero é manter a incoerência não racional dentro dos limites desenvolvidos no desencadear do aprisionamento do corpo, buscando apreende-lo em lógicas e respostas focais e esmagadoras fortemente difundidas desde o século XIX pelas ordens tradicionais, por isso, aqueles(as) que não se decidem *sexoamente* tornam-se incutidos em um processo de abjetivação e vulnerabilidade por assim dizer. Torna-se evidente que o sexo também é adicionado como uma categoria política.

A sexualidade é outro aspecto de poder sendo demonstrado como um “dispositivo histórico” como afirma Foucault (2008). Durante o processo histórico foi diversificadamente alvo de iniciativas que variavam desde a sua padronização até a sua despadronização. A sexualidade e as compreensões acerca do sexo encontram-se relacionadas com a própria dimensão da “questão pessoal, social e política” (LOURO,

1999) dentro de uma sociedade. Por ter seu vínculo com a história de uma sociedade a sexualidade é construída e moldada de muitos modos e várias formas, basta avaliar de onde fala e de qual tempo se fala a pessoa que divulga alguma opinião ou faz concreta a sua própria prática da sexualidade pessoal, devendo ser analisada conforme a atualidade e todo o processo histórico-social que percorreu o indivíduo até a sua contemporânea condição. Devido a isso nota-se que a sexualidade e os valores que se constroem em torno do sexo é uma analítica que passa a ser revelada e deve ser refletida a partir dos acontecimentos, “reconstituindo os fios que o faz funcionar” (FOUCAULT, 2008) para poder ser compreendida a lógica da ótica atual e saber em qual *lócus* repensar.

Demonstrada o quanto de diferença se há dentro das complexas formas de padronização da diversidade para reproduzirem a lógica existencial do “único essencial” (BEAUVOIR, 1970) e os visíveis conflitos que se destaca nesse cenário outro ponto que se deve ter cuidado são as significativas palavras que determinam uma imagem a ser seguida e estabelecida como estável, tal como se configura na afirmação da imagem do modelo, do humano, das afirmações de tolerância, de homem – para se referir a toda a história da humanidade –, da heterossexualização universal, entre várias outras denominações taxativas, onde a crítica a essas universalidades que reproduzem as identidades de aceitação social deve encontrar um terreno hostil a esses protótipos genéricos. Uma oportuna alternativa de desconstrução das identidades pré-formuladas é a vivência estimada em um respaldo a diversidade do gênero, da diversidade sexual, e não a rigidez afirmada em uma única identidade. Sendo assim, as identidades devem dar espaço para a processualidade dentro delas, não podendo ser vistas como algo imutável ou restrito, mas enquanto identidades plurais, com força política para não aprisionar o sujeito a partir da formação do “Outro” que se torna julgado pela norma devido a existência do Eu monocromático.

Os estudos *queer* vêm a desbotar essas universalidades. Butler (2008) revela os desafios das representações que se findam no gênero, nas identidades, onde a autora discorre que a representação “é a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro” aproximando da mesma complexidade que se aplica sobre “achar” um entendimento definitivo acerca das *trans*, pois, poderíamos recair erroneamente em um quadro shakespeariano de “*to be or not to be: That’s the question*”, ou seja, “um ser ou não ser” discriminatório em que necessariamente uma identidade estável precisa ser consignada para existir tornando-se uma verdade que discrimina quem é e quem não, criando uma norma, um padrão, por isso, caminhei em

passos leves até aqui para fornecer para a pessoa que lê esta monografia algumas sugestões que desenham esse público e não centralizam uma compreensão limitante da travestilidade presa em um único conceito, mas divulgar que essa dimensão, tão próxima ao conceito de gênero, está por ainda revelar-se.

Bordo afirma, em sua leitura sobre o corpo, que este “é um agente da cultura” (BORDO, 1997, p.19) continuando em uma leitura mediada pelos estudos propostos por Mary Douglas que este elemento se caracteriza como um poder, recheado de símbolos, em que a cultura se inscreve e é transmitida por meio da linguagem corporal concreta, isto é, nos elementos de tradução social que a ele é adicionado e publicado ao decorrer do seu processo histórico (gênero, comportamento, estética, identidade, etc.), o que em interface com a dimensão das reflexões propostas por Bourdieu e Foucault o corpo se aproxima mais do cenário em que ele é o lugar prático onde o controle social se dirige, tendo em vista que este controle é promovido por todo um aparato de poder instituído na sociedade por agentes específicos (cultura, política, instituições, processo histórico).

Nesta estrutura de poder é bom salientar que Foucault adota que a dimensão do poder nem sempre está no viés da construção de uma ordem repressiva, pois, se assim fosse poderia haver uma maior reação a essa questão, tornado o poder mais próximo da influência de aceitação ou como mesmo Bordo (1977) confere, o poder é constitutivo, estando a serviço da própria opressão as liberdades e a direito que cerca, por exemplo, o direito a manifestação a própria autonomia ao corpo pessoal.

Bourdieu (2002) *apud* Bordo (1997) confere que o corpo “se faz corpo” estabelecendo que ele encontra-se “além do alcance da [própria] consciência... [...] [inatingível] por transformação voluntária, deliberada” (Bourdieu, 2002, p.94) atribuindo aos dispositivos culturais de força estratégica para a imaculação e conservação de um “corpo dócil” (FOUCAULT, 2008) uma atuação para a sua regra e reprodução de um modelo vigente próximo aos valores que percorrem a aceitação social dentro de um padrão. Sendo assim, o que é a aceitação social senão uma forma da moral vigente dizer quem se encontra dentro das regras em um plano sócio-cultural dominante? A aceitação social perpassa a questão do padrão, do modelo, que é valorado quem se encaixam nessa ordem. Servirá como um instrumento de repressão caso não seja aceita a diversidade como base motriz da existência humana olhando para o oposto dessa iniciativa como o inatural de fato, onde a universalização dos elementos da diversidade individual passam a ser categorias notadas como um todo que existe sem diferença.

É interessante ser apresentado a noção de corpos dóceis desenvolvidos por Foucault em suas reflexões sobre este objeto e como este foi sujeitado ao longo da modernização da sociedade – inclusive no que concerne as instituições educativas, judiciárias, hospitalares, no desenvolvimento das culturas ocidentais – onde estas instituições instalaram severos recortes de dominação sobre o corpo, sobre a sexualidade, sobre o sexo, ao qual o próprio autor denomina como principal armamento a disciplina, ou seja, “ [os] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas” (FOUCAULT, 2008, p.164).

A disciplina é assim um fator de controle que se expõe como forma de poder ao objeto que se quer moldar, se configurar, se tornar logo como algo aceito, padronizado e “normal”, o que dentro da filosofia política foucaultiana afirma ser a disciplina como uma importante engrenagem para gerar os “corpos dóceis”, domesticados, devido ao seu caráter de sujeição, modelando-se o sujeito, colocando-o como objeto.

Se a própria aquisição do gênero torna-se moldada ao decorrer da vida de um indivíduo, a sexualidade é tratada nesse mesmo sentido, ambos interagem nesses aparatos de poder simbólico e que tem as suas sanções sociais aqueles que se destacam como rebeladores ao regime disciplinar, isto é, não se encaixam nessa mesma razão promovida, transfigurando a ordem do natural.

Butler (2008) faz um importante destaque na margem de um corpo ativo a qual reivindica o espaço do corpo não somente sendo como um aparato de recepção passiva ou um meio de aquisição as ordens pragmáticas da disciplina ou dos fatores político-culturais. A autora desvenda, no entanto, um outro caminho, elevando a um essencial debate que dentro das linhas anteriores foi problematizado, sendo assim Butler questiona: como se dá a existência do corpo sem os significados promovidos socialmente que a ele o marca?

Acredito que assim como a questão entre um corpo sujeito – aquele que se empodera – ou objeto – que sofre de sujeição a ordem dominante – os atores que se manipulam mediante outra manifestação a não ser somente aquela pelo comando do “natural” (travestis, transexuais, transgêneros), mas elevando suas ações pelo desígnio do “sentir-se ser” servem como uma prática de contracultura, logo, estabelecendo uma conexão com que Silva (2001) instiga quando aponta a necessidade da criação de uma

nova cultura combativa a uma corrente hegemônica dominante. Está nas travestilidades assim alguma possibilidade de (re)configurar-se em lógicas próprias, sendo, em um aspecto espacial de transgressão, próprios produtos de si e não meramente resultado de um meio trivial normativo que conduz em linha indiana os indivíduos.

Não se pode deixar de tratar que as características que pertence a sociedade ocidental influenciam na construção de uma análise com relação ao tema e devem ser consideradas. Todavia, se ao mesmo modo o corpo é pensado através do seu contexto histórico-político, deve-se agregar as influências da sociedade em sua particularidade ocidental, latino-americana, que é regada por um sistema capitalista de produção, acirrada por um regime neoliberal, pós-moderna por si dizer, entre diversos outros fatores que caracterizam e provocam formas diferentes de adjetivos na aquisição material de um corpo sexual subjetivo, onde a atmosfera do indivíduo encontra-se relacionada também aos meios que se pode transformar em resultado a sua expectativa de si.

O hino do regime capitalista brada em voz alta seu refrão: “Você é aquilo que você pode comprar”. Nessa condução, o corpo material se interliga com as fontes de capital que o indivíduo detém assim como o uso e aplicação da tecnologia recorrente ao qual é disponibilizado e/ou pode ser adquirida por um indivíduo em seu meio social e econômico. O que Silva (2001), não por acaso, encontra uma linha que une a perspectiva da identidade corpórea assumida e o desenvolvimento do capitalismo como fatores que se destacam nessa análise crítica sobre o corpo e a contemporaneidade:

É no final do século XIX que se consolida uma perspectiva fundamental na relação que se estabelece com a dimensão corporal e que lança as sementes para a concepção atual; é em tal período que o trato com o corpo passa a ser mais importante nas relações que se travam com o outro, denotando uma progressiva identificação da personalidade do indivíduo com seu próprio corpo: *o que se aparenta ser, é o que se é*. (SILVA, 2001, p.17, grifos do autor)

Com base no materialismo histórico, enquanto uma teoria sociológica geral proposta por Marx, pode-se agregar a esse cuidadoso esquema de compreensão dos fatos sociais um importante elemento teórico de se pensar o desenvolvimento do corpo como constituído em suas relações com toda a esfera política, histórica, social, econômica, que o faz existir dentro de um ambiente. Tomando por base essa articulação, a proposta de um estudo mais moderno acerca da corporeidade em um viés marxista deve tratar este elemento não só no plano das idéias – um corpo abstrato –, mas como

um produto real que se encontra de forma histórica e material na dinâmica das relações sociais, que são relações de poder, estabelecidas por todo o conjunto de sistema que se desenvolveu com o indivíduo.

Silva (2001) afirma que dentro na atualidade deve-se possuir um olhar contemporâneo ao corpo e que sejam levados em consideração os “avanços da racionalidade instrumental e da aplicação da tecnociência vinculada ao capital” (SILVA, 2001, p.15) que envolve entender como se desenham as influências da globalização econômica e dos meios de comunicação de massa no repasse dos valores de aceitação, portanto, reiterando os vários protótipos de gênero, sexualidade, sexo, imperando no próprio corpo essas ordens de reprodução social.

É a partir das considerações de implantar um estudo da corporeidade dentro do cenário pós-moderno ocidental que Eagleton (1993) *apud* Júnior (2008) aponta que a retomada do corpo representa um “importante pensamento radical presente” (JÚNIOR, 2008, 100), pois, o corpo é uma das importantes chaves que permeiam, por exemplo, as discussões e preocupações sobre a questão social e suas expressões ou propriamente está dentro do tecido das problemáticas sociais que se acirram.

Se por vias de regras Foucault denuncia as arbitrariedades do Estado capitalista na formação de políticas públicas com base de reprodução da mão-de-obra dos trabalhadores, portanto, continuando a acumulação do capital pela classe burguesa ao decorrer da história, Marx trata de forma adicional a mesma preocupação em suas obras quando pode-se retirar do seu contexto quanto que o corpo está intrinsecamente situado na dimensão do trabalho, como visualizado na própria força de produção, na acumulação e circulação do capital, entre outros detalhes que circunscreve o local e o processo que o indivíduo se encontra. Por mais que o próprio filósofo não trata especificamente das questões de gênero, sexo, sexualidade, raça, etnia, etc, que interferem quando atualmente é refletido sobre o trabalho e o sistema político-econômico que interagem e integram o ser social, encontra-se em Marx um importante aparato para pensar o corpo em suas teias de relações dinâmicas marcadas em seus sujeitos, nas identidades sociais formadas, na vivência do gênero, para compreendê-lo em suas materialidades de bases dinâmicas da história e nas relações de poder.

### 2.3. Dos desafios por uma despatologização institucional e social.

Dentro das conquistas alcançadas pelo movimento LGBT no século XX a retirada da homossexualidade – isto é, do *homossexualismo* – como doença foi uma conquista alcançada após grandes debates promovidos pela sociedade civil organizada demonstrando uma visível transformação de uma idéia estigmatizante e lasciva ao qual reinou desde o século XIX.

Foi a década de 60 um palco de enfrentamentos com instituições que estudavam a sexualidade humana e voltava-se a cura dos desvios a sexualidade normal, portanto, a promovendo a heterossexualização como medicamento. Essas instituições foram principalmente pertencente a área da psiquiatria, psicanálise, ao próprio sistema judiciário, às igrejas, adicionada há uma maior visibilidade social de integrantes que expunham a sua vivência da homossexualidade e não mais queriam ficar calados(as) perante as discriminações e/ou preconceitos ao qual estavam expostos(as) como pode ser visto ao enfrentamento a repressão que ocorreu no bar *Stonewall*, instalado na cidade de Nova York, no dia 28 de junho de 1969 nos EUA que marca o dia internacional do orgulho LGBT.

Uma conquista inicial que marcou o movimento como um todo ocorreu com a proposição e aprovação da APA pela retirada da homossexualidade como um distúrbio de personalidade, notado até o ano de 1968, e como uma disfunção, presente como um desvio sexual<sup>23</sup>, em 15 de dezembro de 1973 sendo mudado no DSM IV lançado no início dos anos 90. Aqui no Brasil as conquistas com instituições similares se apresentaram mais tarde, quando em 1985 o CFM aciona a aprovação descartar a homossexualidade como um desvio sexual acompanhado na década seguinte pela extinção por parte da OMS, no dia 17 de maio de 1990<sup>24</sup>, da homossexualidade como um transtorno mental.

Entre 1948 e 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a homossexualidade como um transtorno mental. Em 17 de maio de 1990, a assembléia geral da OMS aprovou a retirada do código 302.0 (Homossexualidade) da Classificação Internacional de Doenças, declarando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem

<sup>23</sup> As datas constam no site <http://www.rea.pt/forum/index.php?topic=1494.5;wap2> visitado no dia 10 de outubro de 2009.

<sup>24</sup> Essa data entra no calendário do movimento LGBT como o dia internacional de combate a homofobia para lembrar todos(as) que essa orientação sexual, acrescida pela diversidade ocorrida na identidade de gênero, não pode mais ser encarada enquanto doença servindo para denunciar os abusos ocorridos e que ocorrem contra este público que é acirradamente cercado por índices de violência.

perversão”. A nova classificação entrou em vigor entre os países-membro das Nações Unidas em 1993. Com isso, marcou-se o fim de um ciclo de 2000 anos em que a cultura judaico-cristã encarou a homossexualidade primeiro como pecado, depois como crime e, por último, como doença. (<http://www.abglf.org.br/port/homofobia.php>)

Percebe-se a mudança da nomenclatura – *homossexualismo* para *homossexualidade* – para não mais ser remetida a característica de doença o que passa a ser assim um importante ganho político e de reconhecimento social já que a homossexualidade, como visto, já foi - e ainda é – encarado como um pecado, crime, e, por fim, doença, havendo a necessidade de uma reformulação do pensamento social que passa consequentemente pela própria readequação do Estado com estes sujeitos afim de garantir-lhes uma maior cidadania efetiva.

O que ainda é uma luta constante para o movimento político das travestis é a despatologização de suas pessoas haja vista que pelo CID 10 da OMS a travestilidade assim como a transexualidade ainda permanecem dentro da categoria dos transtornos sendo acompanhada pelo sufixo “ismo” – *transexualismo*, *travestismo* – o que é uma das brigas políticas mais fortes do movimento social LGBT quando se pondera sobre as designações aos seus sujeitos onde a adequação ao uso dos termos se faz necessário<sup>25</sup>. A retirada deste sufixo aos seus participantes, pois, justifica-se que historicamente essa designação vem em consonância com a presença do fator doença sendo base para a continuidade de que os indivíduos que se assume como LGBTs seriam prováveis portadores de anomalias, necessitando assim de serem curados(as)<sup>26</sup>.

A saída da homossexualidade dentro do CID desempenhou uma mudança social que influenciou o movimento dentro das instituições que afirmam ou desafirmam certas verdades que, como visto, pode perdurar por anos, mas apenas com a transformação na mentalidade social, ou seja, em um conjunto de pensamentos é que pode ser possível a influência dentro desses outros domínios.

---

<sup>25</sup> Por exemplo, o desígnio “opção sexual” como comumente tão dito quando referido ao objeto de desejo afetivo-sexual de um sujeito que vivencia a homossexualidade já não é mais validado ganhando uma nova conceituação política contida no termo “orientação sexual”. Essa justificativa se dá pelo entendimento que enquanto opção leva a crer que a pessoa opta por algo deixando de ser o que era o estado original – sempre muito relacionada ao estado de correto, normal tal como na idéia “era heterossexual e virou homossexual” – a noção de orientação sexual ressalta mais a naturalidade ao qual o desejo pelos outros sujeitos se coloca não como uma opção de amar um alguém, mas na exibição de sentimento pessoal de si para outra pessoa que pode ser de ambos os seus – bissexuais –, para o sexo oposto – heterossexuais –, ou para o mesmo sexo – homossexuais. Este é um dos vários exemplos que são demandas do movimento LGBT como a substituição do termo *homossexualismo* para *homossexualidade* envolvendo assim as outras categorias do movimento dada a justificativa imprescindível apresentada no parágrafo onde se contem essa nota.

<sup>26</sup> Esse debate vem desde a retirada como doença pelo CID.



A travestilidade e a transexualidade ainda consta como um código próprio dentro desses estabelecimentos. Na primeira questão as travestis ainda perduram pelo CID 10 da OMS classificando-se no F64 – Transtorno de Identidade Sexual – ocupando a classificação patológica o F64.1 ao qual se refere acerca do “travestismo bivalente<sup>27</sup>” e dentro do F65 – Transtorno de Preferência Sexual – onde taxa-se pelo F65.1 “o travestismo fetichista<sup>28</sup>”.

No que corresponde a transexualidade essa é julgada pela mesma classificação através do código F64 – Transtorno da Identidade Sexual – onde consta como subitens o F64.0 correspondente ao “transexualismo<sup>29</sup>” e o F64.2 que vincula-se ao “transtorno de identidade sexual na infância<sup>30</sup>”.

Já pelo DSM III do ano de 1980 a mudança de distúrbio de identidade de gênero para a recolocação no DSM IV, no ano de 1999, como transtorno de identidade de gênero, pelo código 302.6, e fetichismo sexual travéstico com o código 302.3 dá para notar que as tênues relações de diversidade na compreensão da aquisição e exposição do gênero por pessoas *trans* encontram-se ainda como categorias patológicas e presas a velhas premissas valorativas que acabam por sucumbir as reais características pessoais do sujeito travesti, transexuais.

---

<sup>27</sup> Pelo CID 10 consta como definição: Este termo designa o fato de usar vestimentas do sexo oposto durante uma parte de sua existência, de modo a satisfazer a experiência temporária de pertencer ao sexo oposto, mas sem desejo de alteração sexual mais permanente ou de uma transformação cirúrgica; a mudança de vestimenta não se acompanha de excitação sexual. Transtorno de identidade sexual no adulto ou adolescente, tipo não-transexual. **Fonte:** <http://virtualpsy.locaweb.com.br/cid.php> acessado em 14 de setembro de 2009.

<sup>28</sup> Pelo mesmo CID 10 a sua definição confere: Vestir roupas do sexo oposto, principalmente com o objetivo de obter excitação sexual e de criar a aparência de pessoa do sexo oposto. O travestismo fetichista se distingue do travestismo transexual pela sua associação clara com uma excitação sexual e pela necessidade de se remover as roupas uma vez que o orgasmo ocorra e haja declínio da excitação sexual. Pode ocorrer como fase preliminar no desenvolvimento do transexualismo. Fetichismo com travestismo. **Fonte:** <http://virtualpsy.locaweb.com.br/cid.php> acessado em 14 de setembro de 2009.

<sup>29</sup> Definido como: Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptção por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado. **Fonte:** <http://virtualpsy.locaweb.com.br/cid.php> acessado em 14 de setembro de 2009.

<sup>30</sup> Caracterizado através da designação: Transtorno que usualmente primeiro se manifesta no início da infância (e sempre bem antes da puberdade), caracterizado por um persistente e intenso sofrimento com relação a pertencer a um dado sexo, junto com o desejo de ser (ou a insistência de que se é) do outro sexo. Há uma preocupação persistente com a roupa e as atividades do sexo oposto e repúdio do próprio sexo. O diagnóstico requer uma profunda perturbação de identidade sexual normal; não é suficiente que uma menina seja levada ou traquinas ou que o menino tenha uma atitude afeminada. **Fonte:** <http://virtualpsy.locaweb.com.br/cid.php> acessado em 14 de setembro de 2009.

### Capítulo 3

#### 3. Realizando o desenho da localidade da pesquisa: uma história de Taguatinga.

Taguatinga inicialmente era uma fazenda. Seu nome significa “barro branco”, que se origina do tupi-guarani (*tauá* + *tinga*), baseando-se no terreno branco que existia nessa região antes de sua fundação oficial.

Não há como falar da história de Taguatinga sem antes ser brevemente mencionada a história da construção da Capital Federal do Brasil, portanto, da construção de Brasília e outras localidades pertencentes ao DF, pois, a região de Taguatinga guarda uma história íntima com o desenvolvimento da capital.

Sem algum erro pode-se afirmar que Brasília nasceu antes mesmo de se tornar realidade<sup>31</sup>. Quando estudado a história da cidade é notório que ela adveio das diversas idéias e almejos de interiorização da capital federal. Primeiramente sendo idealizado pelo Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, durante o ano de 1716. Posteriormente foi reiterado pelo jornalista Hipólito José da Costa, fundador do Correio Braziliense<sup>32</sup>, em seus artigos publicados no próprio jornal durante o ano de 1813. Por fim, foi retomado por José Bonifácio de Andrada e Silva, patriarca da independência, em 1822, sendo influenciado pela produção do jornalista aqui já referido, sugerindo o presente nome da cidade.

Na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 constou a demarcação legal da capital federal que é apresentada no artigo 3º onde “Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal.” Assim como na Constituição Federal de 1934 e a de 1946 irá estabelecer os mesmos critérios de interiorização da capital.

Nas palavras de Silva (1983) *apud* Gonçalves (2002):

Brasília não foi uma improvisação, mas o resultado de um amadurecimento. Não foi apenas uma mudança da Capital, mas o anúncio de uma reforma. Não se visava apenas a construção de uma cidade, nem se batalhava apenas pela emancipação de uma região. O Brasil em toda a sua extensão receberia, por igual, os benefícios da interiorização da capital. Este é o objetivo da luta,

---

<sup>31</sup> Como não sou de Brasília, sempre ouvi muito a respeito dessas afirmações, ou seja, que a capital é formado pela construção do sonho do presidente JK, porém, ao estudar mais a história da cidade notei que esse sonho já era sonhado por outras pessoas e não de um só como, muitas das vezes, aparece sendo divulgado.

<sup>32</sup> Até hoje um dos principais jornais do DF em circulação.

subentendido no imperativo constitucional que determinava a mudança. (GONÇALVES, 2002, p. 02)

No entanto, essa estrutura só foi concretizada durante o século XX, no ano de 1956, quando na presidência de Juscelino Kubitschek este une esforços técnicos e operativos para a construção de Brasília sendo oficialmente inaugurada em 21 de abril de 1960.

Em registros oficiais, que se encontram disponibilizados na Administração Regional de Taguatinga<sup>33</sup>, revelam que a ocupação da região data por volta do século XVIII quando seus(suas) primeiros(as) habitantes foram estimulados(as) pelo governo português a buscar metais preciosos e a exercer atividade agropecuária e, posteriormente, extrativista pelo interior do Brasil, sendo promovida essas ações através do sistema de Sesmaria, que é derivado do sistema jurídico português ao qual se baseava na distribuição das terras conquistadas com o objetivo de produção o que por Diniz (2005) é definida como:

Cada uma das partes da área dividida levava o nome de sesmo. O vocábulo sesmaria derivou-se do termo sesma, e significava 1/6 do valor estipulado para o terreno. Sesmo ou sesma também procedia do verbo sesmar (avaliar, estimar, calcular) ou, ainda, poderia significar um território que era repartido em seis lotes, nos quais, durante seis dias da semana, exceto no domingo, trabalhavam seis sesmeiros. [...] eram terrenos incultos e abandonados, entregues pela Monarquia portuguesa, [...] [No Brasil] A sesmaria era uma subdivisão da capitania com o objetivo de que essa terra fosse aproveitada. A ocupação da terra era baseada em um suporte mercantil lucrativo para atrair os recursos disponíveis, já que a Coroa não possuía meios de investir na colonização, consumando-se como forma de solucionar as dificuldades e promover a inserção do Brasil no antigo Sistema Colonial. (Ibidem, 2005, p. 03)

Durante a construção de Brasília, principalmente no início dos anos 60, a cidade recebeu uma intensa imigração principalmente de trabalhadores(as) que se instalavam aqui para ajudar na construção. Eles viam de cidades como Minas Gerais, Goiás e Nordeste. A estes foram dados os nomes de candangos.

Brasília foi planejada pelas mãos do arquiteto Oscar Niemeyer sendo o Plano Piloto desenhado a partir das idéias de Lúcio Costa. Devido ao seu crescimento apenas a cidade de Brasília não dava bases para as constantes ondas de imigração para a nova terra, havendo a necessidade de criação de outros locais que servissem de moradia, a elas foram dadas os nomes Regiões Administrativas (ANEXO VII).

---

<sup>33</sup> Conteúdos presentes no site [www.taguatinga.df.gov.br](http://www.taguatinga.df.gov.br).

As R.As compreendem a forma da organização administração do DF não havendo assim municípios como nos Estados. São organizadas na LODF que confere a seguinte ordem: “O Distrito Federal organiza-se em Regiões Administrativas, com vistas à descentralização administrativa, à utilização racional de recursos para o desenvolvimento socioeconômico e à melhoria da qualidade de vida” (artigo 10º) onde a “criação ou extinção de Regiões Administrativas ocorrerá mediante lei aprovada pela maioria absoluta dos Deputados Distritais” (Artigo 11). Deste modo, Taguatinga faz parte do DF sendo localizada como a R.A.III criada através da lei n.º 4.545/64, de 10 de dezembro de 1964 e pelo Decreto n.º 11.921/89, de 25 de outubro de 1989.

Antes da construção de Brasília foi necessário instalar um local, em sentido provisório, que abrigasse os(as) trabalhadores(as) da empresa responsável pela construção da capital. A esta empresa foi dado o nome de Companhia Urbanizadora da Nova Capital, mais conhecida como NOVACAP. Surgiu desta forma as localidades conhecidas como Candangolândia e Núcleo Bandeirante, ou seja, os primeiros espaços destinados tanto à moradia como a formação de um núcleo de comércio, indústria e serviços (Gonçalves, 2002).

A mão-de-obra mudou-se para a região com o intuito de trabalhar e fixar residências. O afluxo ocorrido foi tão intenso, que ainda no período de construção, a Cidade Livre [atual Núcleo Bandeirante], projetada inicialmente para ser um núcleo provisório para abrigar os trabalhadores, já se configurava em aglomerado urbano e as invasões proliferavam diariamente. ([www.taguatinga.df.gov.br](http://www.taguatinga.df.gov.br))

O Núcleo Bandeirante foi conhecido como “Cidade Livre” inicialmente devido a não cobrança de impostos para as pessoas que se instalavam na localidade a fim de construir comércios, indústrias e prestarem serviços visando dar uma base mínima de desenvolvimento da região para aqueles(as) que se instalavam aqui.

Antes do início de 1957, havia lá um restaurante, duas padarias, um hotel e um açougue. Seis meses depois contavam-se com mais de 100 construções e mais de mil pessoas. Quando Brasília foi inaugurada, a Cidade Livre tinha aproximadamente 20 mil habitantes. (GONÇALVES, 2002, p.08)

A existência dessas localidades e a constante imigração, mesmo após a inauguração de Brasília, fez com que houvesse as conhecidas expansões e invasões destas regiões que não continha espaços devidos que abrigassem o número de pessoas que aqui se instalavam, originando daí uma íntima relação com a construção de

Taguatinga, portanto, na forma de tentar solucionar as questões que permeavam esse contexto.

Com a chegada ininterrupta de bandeirantes à Brasília para trabalhar nas obras da construção da nova capital brasileira, a cidade livre [hoje Núcleo Bandeirante], em pouco, não dispunha mais de espaço físico para abrigar o grande aglomerado humano. Israel Pinheiro, comandante das obras da futura capital, pressentia o problema e imaginou abrir um loteamento próximo à Cidade Livre, nos chapadões da fazenda Taguatinga. No dia 5 de junho de 1958, iniciaram a transferência da invasão Sarah Kubitschek para a futura Taguatinga. (GONÇALVES, 2002, p. 09)

Aos dados que constam na administração da R.A III a própria invasão Sarah Kubitschek, que foi mais conhecida como Vila Sarah Kubitschek para chamar atenção das autoridades com o local, iria pertencer a futura cidade de Taguatinga que tem seu início através da reivindicação popular além de desenvolvida junto com os movimentos de expansão do Núcleo Bandeirante e Candangolândia.

A rigor, tudo começou quando a Cidade Livre já estava superpovoada e as invasões proliferavam diariamente. Chegou-se ao extremo de se interceptar caminhões na estrada, obrigando-os a retornarem às suas cidades de origem. Foi exatamente nas proximidades desse local, no ponto onde hoje existe a via de ligação entre Taguatinga e o Núcleo Bandeirante [a EPNB] que se formou o núcleo habitacional, com aproximadamente mil pessoas, na maioria viajantes, deixados à beira da estrada pelos motoristas que, impedidos de atingirem Brasília, abandonavam seus passageiros entregues à própria sorte. [...] Foi implantada em 05 de junho de 1958, em terras do município de Luziânia – Goiás, na Fazenda Taguatinga, a oeste de Brasília. Inicialmente foi chamada de “Vila Sarah Kubitschek”, logo depois “Santa Cruz de Taguatinga” e, quase foi denominada “Presidente Kennedy”, por ocasião da morte do chefe de estado norte americano, sendo, então, por último, escolhida a denominação de Taguatinga. ([www.taguatinga.df.gov.br](http://www.taguatinga.df.gov.br))

Taguatinga é atualmente formada por três localidades, são essas: Taguatinga Norte<sup>34</sup>; Taguatinga Centro<sup>35</sup>; e Taguatinga Sul<sup>36</sup>. Cada região possui como avenidas principais os Pistões (Norte e Sul), que corresponde a rodovia EPCT, as avenidas Sandus (Norte e Sul), as Comerciais (Norte e Sul) apresentando como estrada principal a EPTG (DF – 085), sendo esta a avenida central de ligação com as outras R.As, pois conecta ao Sul à EPCT e ao norte à EPCL.

Conforme vislumbrado até agora e para título de importância da monografia, quando refletido a ligação entre os locais de prostituição de travestis no DF, vistos em

<sup>34</sup> Que engloba as quadras: QNA, CNB/QNB, QNC, QND, QNE, QNF, QNG, QNH, QI, QNJ, QNL, QNM (34 – 40).

<sup>35</sup> Denominado suas quadras por QC.

<sup>36</sup> Sendo as quadras: QSA, CSA, QSB, CSB, QSC, QSD, QSE, QS.

campo e constantemente relatados durante as entrevistas, pode-se auferir que esses estão interligados e demonstram bases de relacionamento com o desenvolvimento das R.As da capital, desta forma, Taguatinga e Núcleo Bandeirante destacam-se como os principais focos para a prostituição já que dos cinco pontos diagnosticados (Setor Comercial Sul; Setor de Motéis; *Playtime*; Rua da Alegria; Ceilândia Centro) estas duas localidades abarcam três do total. Porém, tendo em vista a complexidade do assunto e a brevidade dentro de uma obra monográfica o cenário escolhido foi a RA de Taguatinga uma vez que esta congrega, entre todas as regiões notadas como locais de existência do trabalho sexual entre os sujeitos base desse projeto, dois principais pontos reconhecidos desse mercado, logo, tornando-se um espaço oportuno para o aprofundamento das reflexões propostas no trabalho.

### **3.1 “Pontos” em Taguatinga: *Guetos sócio-espaciais*?**

A escolha de um campo de pesquisa e localização deste universo para descrevê-lo não é uma tarefa fácil. O trabalho de visualização dos pequenos detalhes e da compreensão acerca das dinâmicas que são encontradas quando está vivenciando o espaço, da experiência de convivência no local com os sujeitos que ali se encontram, faz com que as palavras que são (trans)escritas realçam apenas uma tentativa de traduzir as grandes dinâmicas, delicadezas e sinuosidades que se encontram nas interações entre os sujeitos, entre estes e os diversos elementos que compõem o cenário (clima, horário, tempo, contexto), com os outros indivíduos integrantes, atentar-se na influência dos comércios variados, as lojas populares e as de grife, os bares e seus sons, os *hits* da moda e os bregas, os bancos e agências financeiras, as bancas diversas (comida, revistas, bazares), os serviços públicos disponíveis, entre outros fatores que desenharam o intrigante palco da realidade.

Estudando sobre a prostituição, além das idas constantemente a campo para observar criteriosamente os dados que o local me proporcionaria, fazendo uso de bases etnográficas e da observação direta e participativa, percebe-se que esse tema encontra-se intimamente relacionado ao mundo noturno.

Benedetti (2005), em seus estudos junto a travestis na cidade de Porto Alegre/RS, descreve as impressões por mim analogamente sentidas neste contexto da noite,

As cidades grandes possuem muitos grupos e pessoas que, com os mais diferentes objetivos, habitam o “mundo na noite” – uma dimensão espaço-temporal em que práticas sociais específicas são experimentadas, outros códigos e valores estão em jogo e têm lugar, emoções e sentimentos específicos. Viver o “mundo da noite”, porém, não se resume a uma inversão de rotinas. Pesquisar no “mundo da noite” é, antes de mais nada, um processo de familiarização com novos sujeitos sociais, práticas e valores. (Ibidem, 2005; p.44 grifos do autor)

Dentro do universo travesti, aqui faço ressaltar as atenções anteriormente suscitadas e por Silva (2007) divulgada quando aborda que a prostituição de travestis é apenas um recorte da grande luz que há dentro deste universo *trans*, representando assim parte da população e não o todo universal.

[...] o termo travesti se aplica a um universo complexo e heterogêneo composto de intelectuais, artistas, prostitutas, transformistas ou transexuais. Esse rico universo comporta, inclusive, descontinuidades irreconciliáveis. [...] É claro que há travestis que não se prostituem. E, muito provavelmente, o travestis que pratica a prostituição deve representar uma minoria insignificante no universo maior dos que praticam o travestismo. E há inúmeras outras possibilidades de viver a experiência travesti, inclusive mantendo a heterossexualidade. (Ibidem, 2007, p.29)

Desse modo, falar sobre a inserção de travestis na prostituição é passar pela reflexão aprimorada acerca da vulnerabilidade social que percorre o mundo do trabalho e o modo excludente que este interpreta os seus sujeitos, com destaque para aqueles(as) que rompem com as normatividades da aceitação tradicional/conservadora formulada e instaurada por uma política perversa, comandada sócio-historicamente pelo ditame do patriarcalismo, das fobias, do machismo, de uma moral dominante, que se desenhou nesse universo, implantando os padrões a serem ditados e seguidos como corretos.

Nessa questão, o trabalho sexual se destaca como uma profissão. Como Rodrigues (2003) transmite acerca do desempenho da prostituição por mulheres, o trabalho sexual público relaciona-se com o conceito vigente da decência da sociedade, o que reflete sobre o jogo do que pode ser público e o que deve ser privado na conduta social, sendo assim, o serviço sexual público das travestis agride o conservadorismo dentro da temática da sexualidade e aquilo que cerca as ordens duras do gênero e das práticas sexuais.

As profissões que ainda se encontram negadas de reconhecimento pelo cinismo que permeia a sociedade tornam-se concretos em lugares, tempos, cenários específicos, como percebido no caso da prostituição pública de travestis em Taguatinga.

Quando em campo, à procura dos principais locais de trabalho sexual, a palavra denominativa designa uma ordem focal dessa lógica entre profissões e o que deve ser público. O “ponto”, como é conhecido, diacronicamente é público, mas é existente em um determinado espaço ressaltando essa característica de “ponto”, foco. Por isso, a dimensão da prostituição pública de travestis deve conter considerações sobre a emergência dos guetos que são historicamente íntimos ao desenvolvimento das práticas subversivas as ordens morais tradicionais. O “gueto” pode ser entendido como um espaço público destinado a determinados sujeitos de forma exclusiva<sup>37</sup> e/ou exclusivista, onde pessoas vistas como “diferentes” se encontram em terrenos específicos ou como um local de fortalecimento de um grupo social, desenvolvendo uma identidade política e pessoal através das redes sociais constituídas, logo, se fortalecendo.

Para entender essa dinâmica de guetos e rótulos – uma vez que rótulos é a apropriação de um julgamento externo ao sujeito ou ao grupo de indivíduos – destinados as pessoas que se instalam em um espaço, França (2006), em seu estudo sobre o desenvolvimento de guetos GLS e mercado GLS, intitula que este conceito muito se desenvolveu desde a sua criação no ano de 1928 por Louis Wirth.

No início, a presença de espaços destinados à homossexuais era visível, porém, em 1979, a partir da noção de *gay guetto* criada por Martin Lavine, falar de guetos era então referir-se a,

[...] estabelecimento comerciais de sociabilidade; de uma “área de cultura”, definida através de espaços freqüentados basicamente por homossexuais, carregando alguns de seus “traços culturais”; de um isolamento social – excetuando-se uma parcela das relações de trabalho e visitas familiares, [onde] toda a sociabilidade se daria dentro da área delimitada, e com homossexuais (FRANÇA, 2006, p.32 - 33.)

A formação de comunidades específicas freqüentadas por determinadas pessoas ou grupo de pessoas a noção de gueto torna-se imprescindível, uma vez que nas várias investidas de campo foi percebida a existência de locais particulares para a prostituição e, depois de situado, há uma subdivisão de identidades entre os sujeitos que coabitam esse espaço sendo geralmente fracionada entre as “prostitutas<sup>38</sup>” e as

---

<sup>37</sup> Aqui no DF podemos identificar certos guetos GLS como o bar Beirute, na 109 Sul, o bar Barulho, no Parque da Cidade, o Espaço Galeria, no CONIC localizada também da Asa Sul, a boate Blue Space e a Oficina., no Setor de Oficinas Sul, o bar UTI na cidade de Taguatinga.

<sup>38</sup> Esse termo é mais revelado como forma de caracterizar as mulheres trabalhadoras sexuais. Essa divisão entre prostitutas e travestis será tratada mais a frente.



“travestis”, a cafetina, as “drogradas”<sup>39</sup>, as “que aprontam”<sup>40</sup>, etc. Podemos auferir que há no mercado de trabalho um gueto exclusivista destinado as travestis o que interrompe a participação delas em outros espaços de constituição de renda formal.

Corriqueiramente as visitas nos “pontos” eram habitadas por travestis adolescentes que estavam no desempenho do trabalho sexual. Elas são conhecidas como “gayzinhas” e frequentemente passam a ser alvos fáceis de “vícios”<sup>41</sup> de acordo com as informantes.

Aplica-se essa categoria a adolescentes que se encontram em período de iniciais transformações em seus corpos, assumindo características femininas ou que apenas se “montam”<sup>42</sup>, ou seja, diurnamente estabelecem signos estéticos correspondente ao destinado como o gênero masculino e em outro período, principalmente noturno, se caracterizam com símbolos do gênero feminino. Elas são vistas como as principais causadoras de cultivar “os vícios” em campo o que prejudica o faturamento noturno geral, destinando “as gayzinhas” a culpa como os sujeitos que mais “vissam”.

Rosa, que usava um vestido justo de linhas nas cores verde com branco, botas brancas de salto 15 que torneavam suas pernas morenas, um cabelo liso médio tingido de ruivo, portando uma pequena bolsa branca, já demonstrava um corpo tido na “rua” como de uma ninfeta tendo em vista a sua figura jovial e a perfeição de sua transformação. Já era uma travesti transformada a mais tempo que Bruna, sua melhor amiga, ao qual me relatara que sua transformação dava-se a cerca de três a quatro meses devido a ser antes “um gay muito afeminado” [sic] decidindo “virar logo travesti”[sic] onde sua inserção no trabalho sexual era promovida por Rosa. Apresentam a idade de 18 e 17 anos, conseqüentemente, e ambas estudam na mesma escola na região onde moram, no mesmo período, sendo nesse ambiente que se conheceram<sup>43</sup>.

Um dos mais visíveis relaciona-se quando refletido sobre um perfil geral das integrantes desse cenário. É aqui que se apresentam um número significativo de travestis mais novas, englobado uma presença de adolescentes travestis que integram a vida noturna do local para serem trabalhadoras sexuais. Esse dado foi observado desde

---

<sup>39</sup> As participantes revelaram essa denominação frequentemente se relaciona a *trans* que fazem uso de substâncias psicoativas ilícitas, principalmente a cocaína e o crack. Esse termo é depreciativo para quem é assim tratada, sendo usada como forma de injúria.

<sup>40</sup> Outra denominação usada pelo grupo sendo dada às travestis que cometem furtos, em que os mais comuns são efetuados contra os clientes durante o programa.

<sup>41</sup> Mais a frente essa categoria irá ser tratada quando referido aos clientes.

<sup>42</sup> Sobre a esfera do montar, ler o Capítulo 4.

<sup>43</sup> Esse assunto que tange a Escola, adolescência e trabalho sexual será tratado no Capítulo 4.

as visitas iniciais em campo. Enquanto na primeira estada na Rua da Alegria apenas uma travesti confirmou freqüentar aquele local quando ainda tinha 16 anos de idade, a primeira ida ao *Playtime* constava, próximo ao retorno da Francap, duas travestis adolescentes que iniciaram na rua a pouco tempo.

Há no *Playtime* três pontos sócio-espaciais já apresentados onde cada um se refere a uma organização distinta de travestis. A rua que corresponde ao *Flash* motel compreende integrantes que são apontadas como as que já “aprontaram” ou que são consideradas de forma depreciativa como “drogadas”, portanto, já realizaram pequenos furtos aos clientes e consomem diariamente drogas sendo a principal delas o *crack*. No retorno da Francap há as travestis mais novas e outras consideradas como as mais bonitas do local que também compartilham a área com as “drogadas”. Na rua do *Playtime* encontram-se as que “aprontam mais”, ou seja, as mais conhecidas por terem inúmeras vezes ofertados furtos variando até em uma maior categoria de roubos cometidos. Entendo que essas organizações do espaço se dão para não atingir as imagens de outras travestis que trabalham sem colocar em risco a segurança do cliente, logo, que nunca “aprontaram” e desejam resguardar a sua própria imagem, pois, quanto mais confundida for sua figura com as “drogadas” ou as que “aprontam” o valor do seu programa sofre de uma baixa significativa além de os níveis de ocorrência de violências físicas ou de rinchas na rua aumentar<sup>44</sup>.

França (2006) nota que é muito próxima a dimensão de conceitos como guetos ao desenvolvimento de comunidade, sendo este o entendimento das pessoas em comum que freqüentam um espaço constando de relações e comportamentos similares compartilhado por um todo que se identificam: “[...] um espaço de sociabilidade e a constituição de um sentimento de ‘comunidade’, ao invés de representar um território que delimita de forma tão clara a circulação dos que com ele se identifica” (Ibidem. 2006, p.33).

Cabe pensar que se muitas travestis encontram-se no desempenho deste trabalho por uma relação de vulnerabilidade e “guetização” que se desenvolvem na constituição da sua trajetória pessoal e social movidas por sistema conservador que acarretou na sua inserção em lugares pré-definidos de ocupação, outras desempenham

---

<sup>44</sup> Tal é esse risco para a ocorrência de conflitos com índices de violência brutal pode ser demonstrada pelo fato que durante a realização da monografia foi noticiado a morte de uma travesti no setor do *Playtime*, na Q. CSG 13, logo, nas proximidades do *Flash* Motel. A meu ver há de se destacar as influências perversas do preconceito e da discriminação a essa população o que se dá também acrescida ao exercício do trabalho desempenhado.

este trabalho de forma voluntária tornando-se combativas nas suas ordens. Independente da situação do trabalho sexual aqui discorrida deve ser disposto a afirmação de um espaço onde sejam instaladas as devidas proteções, garantias e seguranças no desempenho desta prática haja visto que a “rua<sup>45</sup>”, devido a desproteção no quesito segurança pública, já é um fator inicial de violência e vulnerabilidade.

Não seria ao mesmo tempo condizente focalizar apenas a rua como um espaço de vulnerabilidade social para as travestis, mas ressalto este local público como mais propício a estes atos devido a sua dinâmica onde “a pista” é o espaço que os crimes travestifóbicos ocorrem de forma mais severa e substantivamente.

Este mesmo confronto de opinião ganha a visão das travestis que se prostituem. De acordo com Pelúcio (2005), através do trabalho feito com as travestis que se prostituem na cidade de São Paulo, a autora percebeu algumas percepções promovidas por estes sujeitos:

A prostituição é entendida de diversas formas pelas travestis: (1) como uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível; (2) como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas; (3) como um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade. (Ibidem, 2005, p. 223)

Estudar as influências sobre as travestis que desempenha o trabalho sexual é antes entender os domínios simbólicos que perpassam as construções sociais que são vinculadas as ordens de valor e que se consagram em um grupo identitário, consumindo entre si de atributos a qual, quem os possui ou não, tornam-se integrantes ou não integrados(as) desse *lôcus* social. Por isso, ao tornar como um dos objetivos avaliados o impacto que decorre na materialidade do gênero na travesti, após a sua inserção no mercado sexual, torna-se imprescindível avaliar por meio das leis de mercado a relação entre a oferta e a procura, sendo os clientes, os(as) colegas, os(as) amigos(as), as cafetinas, e os diversos outros integrantes que ali se instalam nos grandes cenários de prostituição devendo ser considerados(as) como agentes de influência até na subjetividade da identidade travesti profissional do sexo.

Em nenhum momento é de desejo descaracterizar o trabalho sexual como um espaço de autonomia do sujeito ou criar um posicionamento positivista acerca dos agentes que integram esse local ou mesmo promover uma dimensão de um corpo

---

<sup>45</sup> A “rua” é referida como o espaço para o desempenho do trabalho sexual. Outros termos similares são: o “ponto”, a “avenida”, a “pista”.

passivo receptor, ou seja, aquele que não interage com o todo, apenas recebendo as informações e traduzindo.

Nesse contexto, deve ser destacada a prevalência de divergentes pontos expostos pelas autoras do trabalho sexual sobre a sua atuação, onde constam travestis que se encontram neste desempenho por perceberem como a única fonte de renda a ser obtida, tornando-se então *uno*, e outras que, por meio da justificativa dos altos ganhos monetários que dificilmente adquiriria empregada em outro labor, procuram exercê-lo de forma dedicada, empenhando-se para ser melhores profissionais, vendo como uma profissão que deve ser respeitada e garantida as devidas seguranças públicas e previdenciárias.

Durante as visitas à Taguatinga, especificamente na Rua da Alegria<sup>46</sup> e o *Playtime*, no Núcleo Bandeirante, perto do Setor de Motéis, localizado na BR DF 75, e na Ceilândia, nas proximidades da Casas Bahia, percebi que a cada encontro obtinha uma rica e primorosa experiência sobre todo o conteúdo que estava disposto a provar sendo assim uma constante descoberta de novas visões, pontos de vistas e relações ali estabelecidas pelas travestis com o espaço, com os outros sujeitos ali dispostos e com elas próprias.

### **3.2. Nas noites em Taguatinga.**

O primeiro reconhecimento do local para as minhas investidas junto a população travesti que trabalha na prestação de serviços sexuais deu-se em meado do mês de Abril de 2009, sendo mais freqüente a minha ida a partir de junho.

Grande parte dos encontros se desenvolveu na Rua da Alegria e em outro espaço denominado *Playtime*. O primeiro cenário situa-se próximo ao centro da região, pertencendo geograficamente a Taguatinga Sul. Essa rua é um dos pontos mais conhecidos na cidade para a oferta de trabalhos sexuais, principalmente durante o período noturno<sup>47</sup>, havendo uma variedade de sujeitos que presta esses serviços constando uma distinção visível entre a área de oferecimento de trabalhos sexuais por

---

<sup>46</sup> A Rua da Alegria é como ficou sendo conhecida o espaço geográfico que engloba a via principal da Qsa 05 e adentra para a Q.Csa 1 em Taguatinga Sul. Esse nome provém da sua noite boemia freqüentados por indivíduos que aderiam a uma cultura alternativa durante as décadas de 70 e 80 quando grupos e cantores(as) como: Legião Urbana, Raul Seixas, Cássia Eller, se apresentavam em um antigo Pub – o Blues Pub – na região. Atualmente não há mais esse estabelecimento.

<sup>47</sup> Porém, o trabalho sexual promovido por mulheres ocorre praticamente em todos os períodos do dia sendo nas ruas, na praça principal da cidade, nos hotéis, nos bares e, de acordo com alguns noticiários jornalísticos da região, nas paradas de ônibus da cidade.

travestis e por mulheres<sup>48</sup> apontando assim a uma nítida organização da localidade. As travestis ocupam todo o percurso que envolve a quadra QC 06 com as esquinas da Qsa 5 e 7, sendo as mulheres predominantemente na quadra Csa 01 (ANEXO VIII).

Nas proximidades de ambos os locais há diferenças significativas. Na área que concentra a prostituição de mulheres na Rua da Alegria há maiores quantidades de bares, restaurantes, lanchonetes e comércios, que funcionam por volta das 00h, sendo poucos os que passam desse horário, além de situar-se de forma próxima ao setor hoteleiro de Taguatinga sul onde há constantes rumores de ser um pólo forte de clientela, além de contar com uma maior dinâmica de sujeitos que transitam por esse local à noite.

Na faixa correspondente a área de prostituição das travestis, esse se coloca em uma rua atrás da principal via de Taguatinga, a EPTG, onde se localiza um grande banco do Bradesco, um recente prédio residencial, uma igreja Universal do Reino de Deus, e um posto de gasolina. Como o comércio mais destacado há em uma das extremidades da avenida uma filial das lojas Americanas, sendo as esquinas pertencentes a ruas totalmente residenciais, o que as travestis afirmaram haver constantes conflitos com os(as) moradores(as), principalmente com os(as) residentes do novo prédio habitacional onde pertencem sujeitos de classe média e alta.

Ao decorrer foi informado do segundo local, o *Playtime* (ANEXO IX), sendo um recente ponto de serviços sexuais se comparado aos demais cenários no DF. Esse nome decorre-se do fato de constar nas redondezas uma filial de uma rede de motéis do DF que assim se denomina tornando-se uma forte referência ao local de prostituição dado ao amplo conhecimento deste estabelecimento e de outras indústrias que ali se instalam.

O *Playtime* motel se localiza na quadra CSG 16, lote 01, em frente a rodovia EPNB sendo o local de prostituição de travestis situado nas ruas posteriores a este.

---

<sup>48</sup> Cabe destacar que ao diferenciar travestis e mulheres utilizo uma noção já bem difundida na maioria dos relatos obtidos durante o campo, pois, essa própria distinção é comumente utilizada entre as travestis quando referem-se as mulheres. Penso assim que ao falar acerca da travestilidade é refletir primeiramente sobre as noções sócio-culturais que percorrem o conceito de gênero advindo, consequentemente, da reflexão sobre a categoria sexo. Torna-se imprescindível instalar um recorte analítico sobre a formação histórica, cultural, o espaço e o tempo em que o gênero é divulgado em determinada sociedade sabendo que ambas as categorias analíticas podem assim variar de acordo com alguns elementos citados anteriormente. Noto essa particularidade como forma de compor assim a travestilidade uma outra organização subjetiva e totalmente pessoal do sujeito travesti para com o gênero ao qual se identifica, logo, com o feminino onde esse não se relaciona primariamente com o sexo biológico, mas sim, com as práticas advindas desse sexo, ou seja, ser travestis pode ser não ser mulher mais atingir o maior grau da feminilidade possível. Esse debate será melhor tratado no capítulo 3.

Imbuído de um maior aprofundamento na região nota-se que esta é organizada em mais dois pontos internos, logo, os sujeitos se estabelecem em três pontos referenciais, são elas: 1. No retorno da via com a Francap<sup>49</sup>, situado na CSG 09; 2. Próximo ao *Flash Motel*, na CSG 14; 3. Nas proximidades do motel *Playtime*. Com isso, a disponibilidade de serviços sexuais por travestis no *Playtime* desenha-se ao longo das quadras CSG 09, 11, 14 e 16.

A Rua da alegria e o *Playtime* encontram-se muito próximas, com um tempo médio de transporte via carro de 10 minutos entre ambas, sendo, o mesmo trajeto por ônibus, o dobro do tempo anteriormente referido. Por integrarem ambos a região de Taguatinga foram visitados constantemente esses dois locais para aplicação da pesquisa monográfica. Como já percebido, ambos os espaços valem-se de certas similitudes assim como de algumas diferenças intrínsecas aos quais demandam por reflexões mais pontuais que serão trabalhadas a seguir.

### 3.2.1. Da Rua da Alegria ao *Playtime*: longas histórias (não) registradas.

Um dado recorrente refere-se quando refletida sobre a localidade de moradia<sup>50</sup> e os locais de trabalho das travestis que prestam o serviço sexual na R.A. Tanto no *Playtime* quanto na Rua da Alegria – e também sentindo nas idas à Ceilândia – muitas das profissionais do sexo abordadas noturnamente moravam próximas aos pontos de prostituição, geralmente em pequenos apartamentos e kitinetes alugados, com algumas outras travestis, amigos(as) não travestis, ou companheiros de relação afetiva o que, nesse caso, constitui uma união do tipo namoro ou mais comumente denominado casamento.

Para esse motivo, informou-se que essa aproximação proporciona uma maior liberdade e facilidade no exercício do seu trabalho<sup>51</sup>. Das que moram próximas aos locais que já freqüentam o horário mais oportuno de início das atividades varia começando por volta das 18h tendo geralmente o seu melhor horário a partir das 22h ficando na rua até por volta das 5h da manhã quando os primeiros ônibus iniciam as atividades para ir aos respectivos lares. Em alguns relatos ocorre também de após o

---

<sup>49</sup> A Francap se caracteriza como uma empresa mineira avícola de produção e abatimento de carnes de frango com uma única unidade no DF situada na região de Taguatinga Sul e duas outras em Minas Gerais. Dados disponíveis no site <http://www.francap.ind.br/empresa.php> consultado no dia 21 de setembro de 2009 às 23h04min.

<sup>50</sup> Uma análise acerca do endereço de moradia das participantes e sua interface com os pontos de trabalho sexual por travestis vão permear as discussões no Capítulo 4.

<sup>51</sup> Durante o capítulo 4 essa discussão será posta enquanto as preferências aos locais de prostituição.

programa alguns clientes se disponibilizam a deixar próximas as suas residências. O único local ao quais as atividades baseiam-se em um início relativamente considerado cedo em comparação aos outros pontos é o Núcleo Bandeirante uma vez que está se concentra no período do *rush* no trânsito noturno o que, após uma menor concentração do *rush*, algumas travestis voltam para as suas casa, geralmente no próprio Núcleo Bandeirante, ou migram para os outros locais afim de conseguir uma maior quantia em dinheiro ainda mais acentuado se ao passar das horas não se há faturado ou realizado algum tipo de programa.

Dentre os ambientes há no *Playtime* uma rotina de certa forma diurna, vespertina e noturna na prestação de serviços sexuais já que se trata de uma área que tem em suas abrangências motéis ao qual o vínculo com a apelação sexual torna-se mais corriqueiro havendo assim travestis, em menor grau, que vão até essa referida região prestar os serviços sexuais durante o dia e tarde.

Consta na Rua da Alegria uma nítida divisão entre os(as) integrantes desse cenário quando correspondido a disposição dos serviços sexuais. Devido ao acúmulo de comércios e escolas essa região é profundamente conhecida, tornando-se referência a todos(as).

Destaca-se a presença do setor de hotéis de Taguatinga como proximidade aos locais de prostituição, porém, por mais que este possa ser um ponto insinuante em que, em premissas iniciais, conferem significado acerca da prostituição das travestis neste espaço, poucos são os clientes que advêm desses próprios locais sendo mais oportunos os sujeitos transeuntes, constantes presenças de taxistas, e outros(as) que já detêm de conhecimento da região e que fazem as constantes visitas a procura de sexo, companhia, conversas e prazeres.

O *Playtime* aparece com algumas consonâncias em comparação com a prostituição existente na Rua da Alegria, já que a dinâmica de movimentação entre as trabalhadoras são facilitadas devido a proximidade territorial entre as duas, porém, recair-se-ia em um erro se apenas esse dado fosse coletado, por isso, torna-se interessante apresentar algumas outras qualidades própria do local que serão trabalhadas nos pontos a seguir.

O horário de prestação de serviços sexuais é um fator a se sublinhar, pois, enquanto na Rua da Alegria inicia-se por volta das 19h, no *Playtime* são acrescidos os horários diurno e vespertino sendo freqüente a presença delas em todo o decorrer do dia e até as travestis que preferem trabalhar pela manhã e/ou tarde voltando a noite para as

suas residências. Nota-se que essa dinâmica se efetua principalmente devido a estrutura do local, isto é, enquanto a Rua da Alegria há residências, pequenos comércios, um grande número de transeuntes que se envolvem no movimento do local, escolas, e a presença maior de carros de policiais; o *Playtime* é um ponto mais específico onde na presença de grandes indústrias comerciais e o número elevado de motéis trazem a conotação mais íntima do exercício de um trabalho sexual com a garantia de uma clientela por uma hora maior, sendo um local mais reservado para esse fim.

#### 3.2.1.1. Batendo porta em Taguatinga: *Os clientes*.

A relação estabelecida com os clientes é outro ponto que há de se destacar. Alguns dos relacionamentos são construídos ao longo de um tempo como se dá, por exemplo, aos clientes que já se tornam conhecidos na região por terem preferências a alguma travesti específica, tornado-se comumente denominados pela expressão “já é cliente”. Esses representam a minoria dentro da gama dos sujeitos que procuram o prazer casual, a realização de fantasias, as práticas sexuais e eróticas junto as travestis, onde a casualidade e a diversidade na escolha representam a procura maior da movimentação do mercado sexual.

São categorizados também como “fiéis” detendo de algum reconhecimento por outras travestis o que facilita a aquisição de ganhos de confiança e certos benefícios no local. Diacronicamente, ser conhecido como esse tipo de cliente não significa pensar que este será apenas da travesti ao qual se costuma contratar podendo de forma deliberativa escolher outras que se encontram na rua.

O ponto diferencial com os clientes em geral baseia-se na relação criada. Nela se unem diversos interesses como, os de valores pessoais da travesti, tal como a aparência e a estética do cliente, a forma de tratamento dado a estas ao tempo de cada programa, o ganho monetário com este, o que, para assegurar o faturamento, a travesti também pode vim a conceder descontos ou um maior crédito para o consumo do serviço ofertado aos clientes “fiéis” com a perspectiva dele se tornar seu “cliente fiel”. Tal fato por ser visto nos relatos abaixo:

*“Não, a gente cobra o preço pra... Os mesmos preços pra todos, pra todos eles, mas sempre tem uns que, que, tão com menos, conversa, ou tipo um que já é cliente, e na hora não tá com o dinheiro completo você faz por aquele dinheiro e depois ele repassa pra você... Mas sempre tem uns que vem com menos e quando a gente se atrai ou se atrai por ele, vai com a cara dele, se*



*for bonitinho essas coisas, aí a gente faz!”* (Trecho da entrevista com Raquele)

*“Não, sempre tem cliente que já me paga já todo o preço já. Tem uns que me dá mais, entendeu? Relativo. Só que nem todos tem, né? ‘Olha eu não tenho R\$ 50,00, vai R\$ 40,00?’ ‘Oh meu anjo vai...’ A gente sempre vai, vai, porque eu sei que quando tiver mais, você me remunera mais. ‘Não! Não se preocupa não!’, entendeu? Ai você conquista cliente e ele volta entendeu?”* (Trecho da entrevista com Alice)

Nesse mesmo cenário de sujeitos que freqüentam o espaço de prostituição e demandam por relações sexuais com travestis há uma existência de um outro agente onde não são clientes, mas requerem os serviços por elas prestados, a estes são comumente chamados de “vícios”.

Os “vícios”, por mais que designa um sujeito específico e qualificado, ganham na rua um modelo outro de estado, geralmente destinado um verbo de ação a travesti que assim se relaciona com esse. A travesti que se relaciona diversas vezes com “os vícios” a ela é atribuída a prática de “vissar”, portanto, uma travesti que sai apenas para “vissar” torna-se nomeada como “viciosa” acostumando o “vício” a estar indo sempre naquele mesmo meio com o intuito de obter sexo sem pagar, o que em determinado momento pode causar um desconforto no ambiente, porque o “vício” só não procurará a travesti que concedeu o trabalho sexual sem ganho monetário mas poderá também solicitar de outras que estão na avenida. Em alguns casos, algumas informantes relataram que um “vício” quando fica habituado a ir à rua a procura de sexo e prazer furtivo e uma outra travesti nega-se a conceder a ele, esse sujeito pode vim a agir com violência, agredindo a quem se negou.

Na proposta de análise de Duque (2009) em seus estudos com travestis adolescentes na cidade de Campinas/SP, o autor diagnostica uma valorização ao considerado “homem de verdade” que, em alguns casos, serve para contrabalancear a própria formação da feminilidade da identidade travesti.

De acordo com Nolasco (1997) esse homem de verdade ocupa o papel sexual incutida na representação do macho, que repousa absolutamente na margem da virilidade eterna e se reproduz pela negação do que é considerado culturalmente como feminino pela sociedade patriarcal: “o homem cresce aprendendo que essa dimensão está fora de sua vida afetiva” (NOLASCO, 1997, p.21).

Se a representação do macho corresponde aos valores desejados em um homem, o “vício” se concretiza como corretor disponível dentro dessas atribuições

apreciadas, tornando-se valorizado pelos seus atributos representativos estimados por algumas travestis.

Para outras integrantes, o “vício” demonstra um risco para o desempenho profissional porque se geralmente ele pode vim a preencher os requisitos de prazer transmitidos a satisfação do desejo no plano do masculino discutido anteriormente, em outra mão é um emergente risco aos ganhos já que não se cobra demonstrando assim pouca distinção entre o plano do trabalho e os prazeres pessoais.

**Pesquisador:** *Você tem algum vício?*

**Raquete:** *Não. Antigamente eu tinha bastante, mas agora não tenho não.*

**Pesquisador:** *Como era o vício? O que é o vício?*

**Raquete:** *Pra gente né, travesti da rua, vício é... Uma pessoa que a gente gosta de ficar com ele, gosta de... De... Ter relação com ele, e não cobrar pra ele. Isso é o nosso vício, é um vício.*

**Pesquisador:** *E como que é ele geralmente?*

**Raquete:** *Bonito... Bem dotado. [risos]*

(Trechos da entrevista com Raquete)

As análises de Pelúcio (2005) vêm a destacar essa última posição. O “vício” “[...] flutua entre a casa e a rua, a noite e o dia, apesar disso, é um elemento mais noturno e do espaço das transações comerciais”, e prossegue, “outra questão *problemática* envolvendo o vício é o fato de não serem cobrados os momentos passados ao seu lado, muitas vezes, o ‘vício’ pode vir a ser um namorado marido”, por fim, “uma travesti ‘viciosa’ é alguém que não sabe separar trabalho de afeto, planos opostos e imiscíveis” (PELÚCIO, 2005, p. 240).

Com relação a outras fontes de denominação dos clientes, outro participante comum são as “mariconas”. A estes há uma demarcação pejorativa já que são os clientes que pagam pelo programa e assumem a relação sexual como passivos, isto é, demandam pela penetração anal. Essa repúdia, embora não generalizada, dar-se a eles possivelmente por uma traição a uma razão máscula do “homem de verdade”, já que a travesti realizará o papel de ativo tão próximo a esse plano.

Nos diálogos com as travestis, quando referido diretamente a opinião delas em referência aos clientes, há uma idéia geral afirmando que em sua maioria estes procuram o serviço sexual de travestis para serem passivos. Assim, há algumas que apresentam queixas quando assumem a relação como penetrantes resultando em certos casos na própria perda de programas por não conseguirem ou mesmo negarem-se a agir em tal posição. Em outra ordem, há travestis que dialogam com essa linha da

atividade/passividade e estabelecem um bom e prazeroso jogo sexual de vice-versa, instalando uma dinâmica do “se eu der, eu também vou querer comer<sup>52</sup>” [sic].

Outra nomeação corriqueira aos clientes são os chamados “bofes”. Estes passam a atrair mais as travestis por incorporarem elementos e símbolos de masculinidades onde são atributos valorizados nos gostos que o tornam um atrativo ímpar de homens. Desta forma, os “bofes” são o oposto das “mariconas” inclusive por solicitarem de forma efetiva as relações sexuais como ativos, tornando-se clientes que muitas gostam de cativar como preferencial.

Os “finos” geralmente são usados para se referirem aos clientes que possuem uma renda financeira alta, pagando os melhores programas devido a qualidade dos locais ao qual são levadas e também por pagarem a quantia combinada ou até mais. Sua classe social é demonstrada representativamente por meio dos veículos que se apresentam quando param na avenida para abordar as travestis, assim como os seus trajes correspondem a essa idéia, apresentando-se distintos aos demais clientes. Algumas das entrevistadas, quando questionadas sobre uma variação nos preços cobrados acerca dos clientes, apontaram em parte que devido aos “finos” possuírem um maior poder aquisitivo, quando elas têm a assumir a posição sexual de penetrante cobram mais caro pelo programa. Por mais que esses diálogos se remetessem à classe social do cliente, o observado é que essa relação não apenas se dá como forma de intermediação de ganhos para com os finos, mas sim se torna corriqueira quando há um contragosto preferencial da travesti na atuação sexual ativa, independente da classe social do cliente.

Há de se notar que não pode consagrar apenas categorias divisórias tão frias entre essas dimensões denominativas, mas cabe sublinhar que cada uma revela uma rede de preferências por parte dos clientes que assim os caracteriza, o que, dinamicamente, há uma conjunção dessas denominações que podem em determinados contextos se entrelaçarem revelando a pluralidade de clientes identificados. Há assim conjugações como as “mariconas finas”, os “bofes viciosos”, entre outras dimensões que se estruturam no desenho do mercado sexual quando refletido a intimidade na relação do trabalho travesti – cliente, satisfação – insatisfação.

---

<sup>52</sup> Esta expressão foi utilizada por Estrela, nome fictício da informante, quando durante o percurso de carro o trecho *Playtime* – Rua da Alegria.

### 3.2.1.2. Batendo porta em Taguatinga: *O programa como intimidade.*

Ponteia-se um assíduo tema que durante o trabalho monográfico tornou-se ímpar quando dado a dimensão dos serviços sexuais. Essa se projeta nas insistentes investidas acerca da sexualidade e da orientação sexual dos clientes, que, dentro das rodas de conversas, “o íntimo” que visita o trabalho sexual é um assunto certo de debate especulativo entre as travestis.

A atuação como sujeito ativo na relação sexual com o cliente é considerado como uma forma mais lucrativa devido a demanda do público, havendo certo desnível de rendimento econômico em relação a travestis que são apenas passivas nos programas. O papel penetrante é demonstrado como um valor intrínseco no mercado sexual, pois, desde a primeira abordagem de alguns clientes que demandam ver os atributos físicos das travestis, que pode ser os seios ou o próprio pênis, este com um maior destaque, a posição assumida de forma posterior no programa pode revelar um ganho ou uma perda.

Nota-se, conseqüentemente, uma valorização capitalizada no pênis o que se demonstra quando questionado acerca de um desejo presente ou futuro de realizar uma cirurgia de vaginoplastia<sup>53</sup>. O que foi devera relatado em não se submeter a essa prática, entre as travestis cercou a questão do impacto na diminuição da renda, pois, muitas afirmaram que si submetessem a cirurgia ocorreria sérios riscos de não render monetariamente os programas como antes, o que Andréia revela:

*“[...] Geralmente clientes que procuram travestis na rua ele quer o lado masculino da gente também na hora da intimidade da gente. Então eles procuram isso da gente. E a partir do momento que a gente faz isso, se eles quisessem uma mulher eles iam procurar uma mulher mesmo, eles não iam procurar um travesti pra satisfazer eles, por isso que eu não faria a cirurgia não.”* (Trechos da entrevista com Andréia)

Com isso, a presença da atuação penetrante na relação sexual diz três características motrizes notadas pelo pesquisador: 1. Maiores possibilidades de ganhos monetários; 2. Intrínseca representação subjetiva com o papel masculino; 3. Ampliação

---

<sup>53</sup> Trata-se da cirurgia de redesignação sexual realizada em mulheres transexuais ao qual visa o remodelamento do órgão sexual masculino para a sua adequação em uma neovagina. Mesmo sabendo das características gerais das travestilidades, portanto, da não necessidade de travestis passarem pelo processo transexualizador, a pergunta realizada adveio como forma de tentar apreender se havia o significado mercadológico ao órgão sexual.

explorativa acerca das formas de prazer que o corpo afetivo-sexual da mulher travesti possibilita.

Assim, a forma penetrante do programa pela travesti faz com que o cliente seja devera submetido a um julgamento. Lembro-me que em uma das minhas visitas Sherry, uma travesti de belas formas arredondadas, alta e usando uma visível sandália de salto alto de cor preta, com uma blusa rosa mais conhecida pela designação “tomara que caia”, um micro *short jeans* com um cinto de cor *nutti* ao seu redor, loira de volumosos cabelos cacheados, considerada veterana na rua devido ao tempo em que se prostituía, chegando a possuir em outros momentos um próprio *status* de cafetina na área, comentou em uma conversa aberta com outras travestis acerca desse assunto revelando:

*“Igual tem homens que saem comigo e pergunta: Por que eu gosto de pegar no pau de travesti? [Sherry responde] Porque você não tem coragem de si assumir, meu amor! Você não tem coragem de pegar em um cara que usa bigode igual a você, pegar no pau dele, você vai pegar no pau do quê? De um travesti que você está vendo que você está pegando em um pau de uma mulher! Você não se assume! Você é um gay enrustido e vai ser para sempre.”* (Trechos da entrevista com Sherry).

Outras no mesmo contexto afirmam de forma diferente esse plano, não realizando alguma acusação quanto a uma suposta homossexualidade dos seus clientes. Isso não significa mencionar que não há uma visível constância de pensá-los enquanto homens “dentro do armário”<sup>54</sup>, ou seja, significa falar acerca de usuários escondidos em suas sexualidades, em seus prazeres, em suas fantasias, levando ao privado um maior conforto, dado que a exposição de atuações que rompam com a moral dominante heteronormativa conservadora na atuação da prática de uma sexualidade mais livre é arcar com as mazelas resultantes desse enfrentamento contra-hegemônico sexual, em que nem todos(as) detém das ferramentas necessárias a essa luta e também não deve ser adicionada uma obrigatoriedade na publicação das sexualidade de cada sujeito que consome, pois, os fatos prescrevem as medidas sanatórias aqueles(as) que transgridem.

---

<sup>54</sup> Para uma melhor discussão acerca das problemáticas que repercutem a dimensão do “armário” ler Eve Kosofsky Sedgwick “*A Epistemologia do Armário*”. In. Cadernos Pagu: (28), janeiro-junho de 2007:19-54. Tradução: Plínio Dentzien; Revisão: Richard Miskolci e Júlio Assis Simões. Disponível no endereço eletrônico <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf> visitado em 20 de maio de 2009, às 19h48min.

### 3.2.1.3. Batendo porta em Taguatinga: *Da organização ao preço do serviço.*

Dada as aspirações que decorrem sobre a organização da localidade, um outro sujeito não pode deixar de ser mencionado é a que corresponde a figura da cafetina ou do cafetão. Esse agente pode vir a ser uma outra travesti que já exerceu o trabalho sexual, pode ser uma mulher ou mesmo um homem. O mais importante é que todas as integrantes do espaço de trabalho sexual detenham de conhecimento sobre quem e qual área irá comandar e organizar. Esse agente deve ter uma história que a(o) antepõe e será em mérito deste prestígio que o seu reconhecimento e respeito irá se instalar. Geralmente a história é marcada por conflitos que a(o) envolveram na rua e que deram um reconhecimento de poder entre as demais. Por essa razão sua imagem repercute no local e, com isso, a cafetina ou o cafetão coloca a sua autoridade e um cuidado com as demais. Esses cuidados variam, podem ser desde amadrinhar uma adolescente travesti na rua inserindo-a em sua casa, organizar o território do trabalho sexual entre as categorias de travestis denominadas anteriormente, cobrar mais caro a diária ou o preço de ficar na rua entre aquelas que fazem uso de drogas, objetivando tentar diminuir esse uso, ou multa aquelas que cometem furtos, entre outras questões circundantes. É importante dizer que esse personagem nem sempre estará diretamente na rua ou mesmo haverá cuidados com as demais travestis – como a proteção na rua, a disponibilidade de casas para elas morarem, as comidas servidas ou as multas – servindo apenas para cobrar o preço de algumas estarem na avenida fazendo ponto.

Dentro de Taguatinga tomei notícia de haver duas cafetinas que cuidam do espaço, sendo uma da Rua da Alegria e a outra do *Playtime* onde me aproximei mais da cafetina da Rua da Alegria. Não me foi relatado nenhum tipo de conflito entre as duas, o que não significa observar que esse campo que corresponde aos domínios das territorialidades de prostituição não interfira em disputas conflitivas entre essas figuras ocorrendo, por exemplo, uma substituição de cafetinas por meio da tomada da área por outras que aspiram a esse cargo, que pode ser por meio de agressões físicas com a perda da territorialidade por quem antes dominava, por repasse do local a um outro sujeito de confiança da cafetina atual, ou às vezes não se há interesses pelas integrantes do espaço em torna-se cafetina do local.

Com relação ao preço dos programas, as participantes revelaram que no *Playtime* se encontram clientes que não pagam as mesmas quantias em comparação a realidade de outros pontos, como a própria “Rua da Alegria” o que de acordo com o

relatado a presença das “viciadas” faz com que diminuam os rendimentos, pois, elas costumam fazer o programa a um preço mais abaixo do valor geral do mercado, sendo assim, é possível obter junto a estas um programa completo no valor de R\$ 10,00 quando geralmente o preço acertado por outras corresponde a R\$ 50,00 para o mesmo serviço ou R\$ 20,00 para o sexo oral. Embora o preço pelos serviços sexual na rua pode passar por ajustes com o cliente objetivando assegurar o dinheiro ofertado e ganhar o cliente a presença das “drogadas” e “as que aprontam” fazem com que o local deixe de render monetariamente o que pode usufruir do mercado<sup>55</sup>.

#### 3.2.1.4. Batendo porta em Taguatinga: *Estando na noite*.

Abordando o consumo de drogas, a maioria das entrevistadas informou o uso de alguma substância psicoativa ao decorrer de suas vidas, sendo os mais comuns a maconha, a cocaína, e atualmente há um maior destaque ao *crack* dado a popularização dessa droga na rua. Algumas relataram que já tiveram experiências na realização dos programas sobre os efeitos dos psicoativos ofertado às vezes pelos próprios clientes ou consumiram através dos fornecedores no local de prostituição.

A droga lícita mais comum de se achar em seu porte são as bebidas alcoólicas, principalmente as consideradas bebidas quentes como o campari, uísque, conhaque, além da utilização do cigarro. Tal uso acentuado obtém sua justificativa como sendo um meio de facilitar a vida noturna. A primeira razão dada consolida-se pelo uso dos poucos vestuários para o exercício do trabalho, portanto, as roupas muito curtas, a utilização comum de apenas o sutiã, mini-blusas, tomara-que-caia, e um short, saias, calças bem justas, ou mesmo apenas a presença dos acessórios íntimos cobertos por um colete ou uma longa jaqueta conhecida comumente como “sobretudo” a qual no trânsito de carros pela avenida elas exibem seus corpos abrindo-os e mostrando apenas as peças íntimas ou seus seios. Com isso, o frio em que passam nas madrugadas e as poucas roupas utilizadas pela maioria fazem com que o consumo de bebidas quentes seja um bom aperitivo para o sucesso na rua porque podem se exibirem mais, diminuir a inibição na abordagem de um cliente, tendo uma maior coragem para enfrentar a noite e

---

<sup>55</sup> Quero ressaltar que embora o quadro aqui descrito revele uma realidade parcial da cidade de Taguatinga está não é uma característica própria desse ponto, pois, no SCS, na Ceilândia e Núcleo Bandeirante todas relataram os mesmos problemas advindo do uso de drogas, com um maior destaque ao consumo do *crack*, ganhando uma expressão por devera escutado, ou seja, “o *crack* está tomando Taguatinga”, embora Ceilândia apareceu como a RA que mais foi comentada como possuindo travestis dependentes dessa droga.

“fazer sucesso na pista<sup>56</sup>”. Raquele revela sucintamente os efeitos da bebida e a importância que a ela é conferida:

*“A gente chega na avenida pra trabalhar se você tiver sem beber você **não tem a reação** a nada, a querer **se jogar**, a querer conversar, você fica parada lá quieto. Quando você bebe não, você já tem já, começa a conversar, já se **joga** mais, mais presta atenção, já chama **atenção** dos clientes, aí fica até melhor pra trabalhar, você esquece que você está ali, que você está correndo perigo de alguma coisa, que você está saindo com uma pessoa que você nem conhece, você não sabe o que ela vai fazer, na verdade, com você, aí você esquece mais desse lado, aí te dá mais **coragem**.”* (Trechos da entrevista com Raquele, grifos meus).

É visível em seu relato como a bebida facilita a noite. Além disso, a utilização de drogas como o *crack* tem uma ação mais rápida para os efeitos que se deseja e de forma mais intensa que o álcool além de ser uma substância psicoativa de baixo custo<sup>57</sup>.

A aquisição das bebidas ocorre por meio dos comércios próximos, geralmente bares, restaurantes, quiosques, todos de pequeno ou médio porte. Algumas também carregam dentro de suas bolsas quantidades de bebida alcoólica para a noite. Muitas foram às vezes que entre elas pude presenciar o compartilhamento dos copos plásticos contendo bebidas. A cada travesti que se aproximava nas rodas de conversas sinalizava com um breve gesto manual na direção do copo da companheira que no mesmo instante falava qual bebida estava a tomar e entregava a colega.

#### 3.2.1.5. Batendo porta em Taguatinga: *Dos policiais e moradores.*

Em relação a presença de policiais civis notei que algumas viaturas faziam constantes rondas na “Rua da Alegria”, o que se intensificava mais ao decorrer do dia e principalmente no período noturno, contudo, a mesma cena se ausentava no *Playtime* o

---

<sup>56</sup> Essa expressão é transmitida entre as travestis mais populares da “rua”, ou seja, entre aquelas que fazem mais programas em uma noite, tem a sua estética muito apreciada entre o grupo e entre os clientes, e são sempre referidas com muito orgulho por serem travestis de sucesso na “avenida”. Embora a beleza esteja vinculada a essa expressão, fazer sucesso é mais usado quando uma travesti fez, ou comumente faz, muitos programas em uma noite alcançando um valor monetário alto,

<sup>57</sup> De acordo com Andrade & Espinheira (2009) o *crack* é um tipo de cocaína preparada para ser usada em via inalatória e “a rapidez e a intensidade de seus efeitos, que se devem a intensa absorção ao nível dos pulmões, são fatores que favorecem a dependência dessa droga” (2009, p.8) além de ter “um efeito mais rápido e intenso; menor custo, em relação ao pó de cocaína, adequando-se ao perfil de baixa renda da maioria dos seus consumidores; é de fácil utilização, dispensando a necessidade do uso de seringas; Tem maior aceitação social pela maneira como é consumido (fumado), algumas vezes misturado ao tabaco e a maconha (pistilo, mesclado), do que o uso de drogas injetáveis; Constitui uma alternativa ao uso de drogas injetáveis, em virtude dos riscos associados à infecção por HIV e hepatites” (2009, p.8).



que talvez seja satisfeita devido a presença de seguranças particulares das empresas que ali se endereçam.

Pode-se pensar dualmente sobre a importância dos policiais civis nas localidades. Primeiramente, sua função consta como princípio norteador na Carta Magna de 1988 amparada pelo artigo 144 onde menciona que “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, Constituição Federal, 1988) competindo especificamente à polícia civil o disposto no § 4º constando que “[...] incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares” (Ibidem). Nesse sentido, almeja-se da segurança pública, estimadas em seus agentes policiais das diversas ordens, manter “harmonioso” esse bem coletivo, porém, onde o trabalho sexual pontua que tal exercício público desencadeia uma desregra social em que fere a estimada ordem pública? Ao contrário, sua prática corta profundamente e de forma combativa uma moral conservadora de reproduções dos ranços estigmatizantes que cerca a auréola da decência sobre a sociedade, sobre o corpo e sobre mundo do trabalho.

A este modo, concordo com Rodrigues (2003) ao referir sobre a ação policial junto a profissionais do sexo mulheres e também travestis no SCS:

De modo igual [...] a legislação penal considera crime as atividades que se desenvolvem em torno da prostituição, embora não o façam com a prostituição em si, os padrões morais hegemônicos na sociedade colocam uma série de restrições à atividade, especialmente em relação ao seu exercício público. Essa circunstância faz com que o exercício da prostituição seja frequentemente relacionado à ordem pública, ou melhor dizendo, a **desordem pública**, e nesse sentido implique na constante intervenção da polícia, enquanto órgão responsável, no âmbito da segurança pública, pela manutenção da ordem. (TEIXEIRA, 2003, p.148, grifos meus).

Os agentes da segurança pública que rezam pela proteção e a prevenção as inseguranças que outros sujeitos podem cometer contra as travestis ou mesmo resguardando ocorra esses níveis de violência também partindo dos próprios sujeitos há uma ocorrência de um ponto de vista contrário, ou seja, existindo de forma corriqueira abusos de autoridade por parte de alguns integrantes da equipe de segurança pública<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Há diversos relatos sobre a ação de policiais que excedem a sua autoridade. Um fato muito divulgado na “Rua da Alegria” decorre da abordagem violenta sofrida por uma travesti muito popular entre as demais ao qual reagiu a agressão da ação policial de um determinado agente, também devera popular dada as suas constantes ameaças a essa população. De acordo com os relatos, a reação ao policial fazia com que ele a empurrasse de forma mais forte, agarrando-a pelos cabelos diretamente e a direcionando ao

Outro fator a se destacar é a relação com os moradores das áreas próximas aos pontos de exercício do trabalho sexual tal como se cria nas ruas das residenciais próximas a Rua da Alegria. Há considerações que ressaltam haver algumas intervenções dos moradores onde demonstram de forma concreta a rejeição ao exercício da prostituição pública de travestis nessa localidade. As principais queixas cercam essencialmente as possíveis ofensas geradas contra a instituição familiar onde a ofensa moral aos seus integrantes justificam as recorrentes chamadas policiais para rondar a Rua da Alegria e também culpa-se a sua presença no aumento da violência da região, portanto, não sendo bem quista na localidade. Tal andamento não se encontra no *Playtime* uma vez que não há residências, mas sim grandes indústrias e um amplo setor de hotéis, contando assim de uma aceitabilidade acerca das presenças destes sujeitos no local.

---

camburão da polícia civil. E mesma tentava revidar a devida agressão negando-se a entrar dada essa ação e por consequência havia uma maior violência sofridas pela travesti. Às vezes é perceptível como essas histórias são contadas acompanhadas por risadas por parte das outras integrantes da rua.

## Capítulo 4

### 4. Perfil das travestis em Taguatinga: *Qual trajetória?*

Tentar articular um quadro que tenha como base uma possível trajetória para o desempenho do serviço sexual por travestis que trabalham em Taguatinga torna-se um risco inegável, pois, várias são as complexas redes sócio-culturais, políticas, históricas, adicionadas as subjetividades recorrentes das próprias participantes, que se entrelaçam, competindo, a quem se arriscar estudar esse plano, costurar um quadro que trate didaticamente a passarela social para explanar sobre o palco da realidade aqui discutido. Todavia, as linhas adiante ressaltam uma tradução dentro das diversas matrizes de possibilidades ao qual é possível efetuar a leitura sobre o fato.

Foram realizadas seis entrevistas semi-estruturadas, todas gravadas e com o devido consentimento acionado pelo TCLE, sendo três feitas de forma individual e as outras três sendo realizadas em grupo, logo, assim buscou uma maior obtenção de dados a partir da proposição de dinâmicas diferentes.

Em um perfil geral de participação, este capítulo contou diretamente com a travestis naturais das regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste estabelecendo-se aqui no DF por uma margem de um mês até vinte e sete anos ininterruptos. Em sua grande parte são moradoras da cidade-satélite de Ceilândia, com uma faixa-etária de vinte anos de idade até vinte e oito anos de idade, declarando-se a maioria dentro do critério cor como parda. Há pouca presença de companheiros afetivo-sexuais, mas duas apresentam uniões estáveis com parceiros por cerca de seis meses a cinco anos considerado-os maridos. O nível educacional permeou o ensino fundamental incompleto até o primeiro ano do ensino médio em escolas públicas e apenas uma em escola particular com bolsa de estudos. Poucas contam com experiências no mercado formal de trabalho, formando um cenário de profissões formais dentro da teia como cabeleireiro, manicura/pedicura, ajudante de verdureiro, e um foi caixa no *Mc'Donald*. Apresentam uma idade mínima de inserção no trabalho sexual a partir de quinze anos de idade sendo que a duração da atividade em suas vidas não contam com menos que quatro anos de prática. Em relação a renda econômica, foi apresentada uma média de ganhos de R\$1.500,00 à 3.200,00 por mês, com uma origem familiar pertencente a uma classe social popular.

Obedecendo a importância das entrevistas realizadas, ao decorrer do texto foi adicionado o enriquecimento dado por outras observações realizadas durante a pesquisa, assim como reflexões que eram promovidos a partir de bate-papos informais com as

travestis que se localizavam no ambiente de prostituição quando dado a realização da ida a campo. Além da rua, das casas das entrevistadas, outro cenário que se tornou forte no desempenho das análises deste capítulo foi o freqüente convívio até uma casa de hospedagem de travestis na RA da Ceilândia onde a interação com essas participantes e as suas curiosidades em saber o motivo da presença do pesquisador deram ricos panos a serem costurados com as interpretações que se seguem.

#### **4.1. Dos dados: *Do geral ao específico.***

##### **4.1.1 Apresentação geral dos dados.**

Nas linhas que se seguem, serão apontados alguns dos dados que não correspondem diretamente aos objetivos específicos propostos pelo trabalho, mas que não podem deixar de serem ditos, uma vez que tais averiguações correspondem as sinuosidades que influenciam na temática de se pensar uma possível trajetória de exercício do trabalho sexual por travestis em Taguatinga.

Início pelos nomes sociais das participantes, já que desde o primeiro contato se torna uma categoria corriqueira e indispensável, apresentada como forma de demonstração pública e afirmação da sua identidade de gênero a qual considero como uma das primeiras transformações realizadas.

Os nomes sociais sobrepõem os nomes civis – referidos comumente como “nomes de batismo” –, fazendo entender que os nomes civis as tratam como uma denominação externa, portanto, denominações que foram dadas por outros(as) e que não correspondem aos legitimados para seus participantes dentro do contexto real de seus valores pessoais.

Obviamente os nomes sociais se relacionam com o feminino que a travesti confere acerca de si. Se for um único nome há de ser em uma tonalidade às vezes bem marcante e não muito comum, porque o destaque a um nome próprio é um valor da íntima personalidade que se torna marca de sua presença.

Os apelidos – como uma forma de designação de seus nomes próprios – se confundem nessa relação de denominações pessoais. É possível observar a presença de nomes como “Moranguinhos”, “Tatis”, “Melancias”, “Gisellys”, tecendo o cenário dos

jogos com os nomes denominativos exibindo um ordenamento íntimo de nomes que não sejam aqueles formalmente usados<sup>59</sup>.

Outro fato de destaque são os nomes próprios compostos. Caso adotado um nome mais comum, tal como “Maria”, a aquisição de um segundo nome vem como forma de reforçar o diferencial da sua identidade feminina com as demais<sup>60</sup>, portanto, pode vir acrescido por “Paula”. Os sobrenomes reforçam a atenção. Nomes com rubricas fortes, das mais variadas origens, com preferência de procedência internacional, também se fazem presentes no espaço estudado, o que na opinião de Pelúcio (2005; 2007) geralmente se adota a partir de ícones de mulheres brancas e burguesas.

Todavia, adotar um nome estrangeiro ou não, o que deve interessar é a aproximação que este se relaciona a uma noção de glamour, um *status*, fazendo-se revelar os tramites disponíveis de se agregar a pessoa travesti a sensualidade e o poder que confere a sua identidade feminina. O fato, em suma, é que deve ser marcante, ao mesmo tempo em que a sua identidade deve ser reforçada publicamente por essa base, demonstrando ser a travesti ímpar com relação às demais. Será assim também um cartão divulgador da sua personalidade e, como profissional do sexo em meio ao terreno comercial, o “marcar presença” é indubitavelmente coligada a idéia de “fazer sucesso na pista”, “chamar atenção mais que as outras”, de acordo as informantes.

O dado que corresponde ao local de nascimento das participantes se revela essencial para a compreensão do significado de um tema que merece maiores investigações e aprofundamento. Este diz respeito as mudanças de espaços pelas travestis, ou seja, as migrações<sup>61</sup> interestaduais e os deslocamentos locais onde ambos

---

<sup>59</sup> Quero destacar que esse tipo de nomeação foi mais visível entre as adolescentes travestis talvez por lembrar alguns ícones femininos dentro de uma cultura local onde nitidamente mantêm relações com cantoras do estilo musical *funk*. Há uma diferença com as travestis adolescentes no SCS que tomaram por seus nomes próprios cantoras do meio pop internacional tais como: Britney Spears, Beyoncé Knowles, Cristina Aguilera. Assimilam-se na prospecção de que em ambos os fatores remeterem-se ao plano da sensualidade, a ser o desejo de quem as vê, sendo assim, cobiçadas, a figura de belas formas, dentro de um tecido de glamour relaciona-se como influência ao período de construção dos seus nomes como demarcação da identidade pessoal onde o próprio tempo em que se constitui demonstra um diferencial em suas formações.

<sup>60</sup> No entanto, nas constantes visitas não tive a oportunidade de verificar travestis com o mesmo nome. Sempre os fatores que caracterizam a diferença como formas de se destacar nesse conjunto são marcantes

<sup>61</sup> Geralmente é chamado esse ato de deslocação dentro do país – a qual concebo como migração – a expressão “estar só de passagem” sendo muito usado entre as travestis para denominar essas mudanças e retornos, se referindo como algo momentâneo dentro de uma cidade. Cabe destacar que essas mudanças não foram sentidas como fugas a vulnerabilidade socioeconômica, mas desaponta como um mecanismo de possibilidade dentro do mercado sexual. Por isso, não se deve ser pensada em uma representação do “migrante genérico”, como confere SPRANDEL (2007) sobre os dispositivos jurídicos dentro dessa temática, onde se é olhado ou pela ótica de uma “criminalização da migração”, isto é, migrar por causa de

aparecem com uma interface com a prostituição. Como perfil das entrevistadas, apenas uma é natural do DF, nascida na RA de Brasília, mas residente na RA de Sobradinho, sendo outra proveniente da região Norte (Belém), duas do Centro-Oeste (Goiânia) e duas do Nordeste (Maceió e Recife), demonstrando o quanto que a mobilidade é um fato.

Em relação as migrações foi consenso que embora possa vir a criar e consolidar uma clientela mais segura na cidade em que permanece ocorre, em sentido oposto, uma pouca lucratividade permanecer nessa localidade por muito tempo. A isso é instalada uma explicação em que consiste fortemente na geração de uma maior ou menor lucratividade, onde “ser novidade” pode vim a gerar uma aquisição maior de lucros dentro das leis instauradas nesse mercado sexual. Em uma das noites Alice, que me informou estar se prostituindo a cerca de cinco anos, chegou a divulgar: “a novidade desperta um maior interesse aos clientes que estão a procura disso, do algo novo”<sup>62</sup>, [sic].

As migrações estão em encontro com duas questões em especialmente evidenciadas, são elas: 1. (Re)Conhecimento da nova região em que se quer estabelecer para o desempenho profissional, portanto, requerendo antes o conhecimento sobre a localização dos principais pontos de prostituição, averiguação de lucro no mercado sexual regional, organização do espaço sócio-geográfico, informação da organização dos sujeitos que ali se encontram, inclusive se há ou não cafetinagem, ou se houver quem é este sujeito; 2. Desenvolvimento das relações sociais com outras travestis, que podem ser desde amigas ou conhecidas, mas que se encontram por aquela localidade ou já tiveram um contato anterior com o espaço. Sendo apresentadas outras justificativas como: “Aprontar”, ou seja, cometer furtos aos clientes e por isso acabam mudando; Conflitos com outros integrantes, que podem ser travestis ou não; Por questão de dívida

---

uma dura e triste realidade social que a cerca, ou pela “vitimização do migrante”, em que seu ato é inativo, visualizando um assujeitado de si, sem força própria.

<sup>62</sup> Notei que “novidade” está em consonância com dois outros pontos dentro dessa estrutura do mercado sexual com travestis: 1. A prática sexual de clientes com travestis, por isso da consonância com o “algo novo” dito pela participante já que se tem ao mesmo tempo o essencial do atributo referente ao masculino, ou seja, o pênis, em um corpo feminino; 2. Com relação a faixa-etária, isto é, onde as mais novas, vistas como “novidades”, podem vim a lucrar muito devido a sua idade quanto em ser um sujeito novo no espaço. Faço ressaltar que como Silva (2007) percebeu junto as travestis da Lapa, a relação entre faixa-etária, novas e velhas, valorativo e desvalorização, tudo passa a ser algo efêmero, passageiro, pois, já são consideradas velhas, entre o grupo quanto no desempenho do trabalho sexual, as travestis próximas aos trinta anos. “As velhas são destratadas. As piadas seguem seus passos e, ali, velha pode significar alguém que se avizinha dos trinta anos.” (Ibdem, 2007, p.66).

com agentes de cafetinagem<sup>63</sup> ou com traficantes de drogas dado o consumo de drogas ilícitas e o seu não pagamento; ou devido os meses do ano em que se é visto como mais lucrativo em determinados Estados<sup>64</sup>.

Em relação as mudanças locais, ou seja, as deslocações entre os pontos de prostituição na mesma cidade, cabe ressaltar que embora existam travestis que permaneçam em um único local, sendo essa permanência proporcionado em grande parte pelas relações ali estabelecidas com as outras integrantes, com os clientes, portanto, com a própria dinâmica, muitas se deslocam constantemente para outros espaços. Assim, algumas travestis que estão no *Playtime* foram vistas circulando em algumas noites pela Rua da Alegria como em outras experiências foram vistas no Núcleo Bandeirante ou mesmo foi relatado que já experimentaram durante um tempo o SCS<sup>65</sup>.

Lembrada a noção pertencente ao gosto particular de algumas por determinados pontos, pode-se retirar dessa afirmação que esses gostos acabam por desenhar peculiaridades em cada espaço, onde são sensivelmente notadas as especificidades em cada região, incluindo até categorias de travestis diferentes e similares onde às vezes se misturam ou se excluem. Benedetti (2005) evidenciou essas diferenças: “Parece que cada zona é habitada por determinados ‘tipos’ de travestis, que têm traços, formas físicas, concepções estéticas de se vestirem, se adornarem e se comportarem, bem como concepções sobre desejos e práticas sexuais análogos.” (BENEDETTI, 2005, p.116), porém, todo o aparato estrutural (motéis, bares, cines,

---

<sup>63</sup> Ressalto aqui que esta dívida decorrida da cafetinagem foi percebida em dois cenários, são eles: 1. Não pagamento pelo uso do ponto onde se prostitui. Geralmente esse pagamento é feito semanal a própria cafetina do ponto ou a uma pessoa de sua confiança. O valor comum apresentado é de R\$ 50,00; 2. Para quem vive de diária, ou seja, na casa de outra travesti que aluga seus cômodos para que essa se instale, é cobrado R\$ 20,00 pelo dia mais R\$ 50,00 do ponto. A ausência do pagamento gera vários conflitos para a devedora, podendo ela ser pressionada violentamente para pagar ou mesmo destinar seus pertences para sanar parte da dívida.

<sup>64</sup> Em campo as participantes relataram que os melhores meses para ganhar dinheiro dentro do DF permeiam aos meses como Outubro, Novembro, Dezembro, onde a cidade, devido a sua realidade socioeconômica, torna-se atrativo para um maior ganho sendo, por isso, um ponto de recepção a novas travestis vindo das mais diversas regiões.

<sup>65</sup> Durante as minhas investidas eram constantes os pedidos de caronas para as outras locais de prostituição a qual eu estaria visitando, com isso, muitas das vezes trazia comigo algumas travestis que queriam trocar de lugar naquele momento devido a noite está “fraca”, ou seja, sem muitos clientes, para rever uma amiga travesti que freqüentava esse espaço, ou para variar de localidade. Um ponto em comum é que elas sempre conheciam o espaço a qual eu visitava criando assim uma rede de conhecimentos sobre os locais de prostituição de travestis que vai desde o conhecimento dos seus integrantes como a organização da área. O SCS é um dos mais divulgados espaços de prostituição no DF, porém, não é o único.

clientes) que circula o ponto é um somatório para essas especificidades (PELÚCIO, 2007).

O *Playtime* apareceu com um público de travestis que estavam “de passagem” pelo DF, ou seja, vieram ao DF, mas só ficariam de dez dias à um mês, e havendo um perfil maior de adolescentes que desempenhavam o trabalho sexual. Já na Rua da Alegria estavam as “veteranas”, profissionais do sexo que moram em Taguatinga e exercem esse trabalho na localidade em média há cinco anos sendo um local mais tradicional do que o *Playtime*.

Embora haja as alternativas de circulação e a formação de grupos específicos, é perceptível notar que as relações sociais construídas e a forma como essas são desenvolvidas desempenham uma importante influência quando analisados o acesso aos outros espaços de prostituição. Isso traz à tona que a permanência, a preferência, e o acesso a um território devem ser pensados considerando os vínculos sociais criados e desenvolvidos e não somente pela possibilidade do fator monetário.

Outro dado é que a preferência a certos locais de trabalho se dá quando estes se encontram nas proximidades de suas residências, sendo muito informado que essa aproximação proporciona uma maior liberdade e facilidade como o de trabalhar até o horário e o período que se achar necessário, tornando-se, por exemplo, de quando se estabelece um ponto de trabalho mais distante de suas casas, pois, de acordo com elas, a profissional terá algumas dificuldades que influenciam diretamente nessas possibilidades de escolhas dentro do desempenho profissional, por exemplo, no transporte quando a noite está “fraca”, “parada”, isto é, sem muitos programas, caso a profissional morar longe do ser local de trabalho esta irá ficar até o horário em que se há transporte para a sua residência<sup>66</sup> ou esperar por caronas<sup>67</sup> de colegas, amigas, ou dos próprios clientes.

Com relação aos endereços das participantes todas se encontram resididas na cidade-satélite de Ceilândia, em sua parte Sul, nas quadras da QNM 05, 19 e 21, sendo apenas uma participante que mora junto a sua família (constituída por mãe, dois irmãos, duas tias e três primos) na cidade-satélite de Sobradinho, porém, esta passa a semana na

---

<sup>66</sup> Algumas integrantes me relataram que em certas ocasiões alguns clientes as deixam até a sua casa ou nas proximidades da sua casa, tendo em vista não deixar tão explícito para ele onde ela mora.

<sup>67</sup> Em campo percebi que as caronas eram mais frequentes por outros(as) amigos(as), pelo marido de alguma travesti, voluntários de algumas ONGs LGBTs da região que prestavam alguns serviços de orientação a prática do sexo segura às travestis e transexuais. Muitas das noites em que estive convivendo com as travestis e transexuais de Taguatinga com frequência concedia caronas a muitas que acabara de conhecer, essas ações concedia-me uma maior confiança e aceitação do grupo.



casa de outras amigas travestis que residem nesses endereços citados. Esse detalhe novamente reivindica o espaço dito acima em que permeia a relação da habitação, mobilidade, facilidade e o desempenho do trabalho sexual, pois, a RA de Ceilândia congrega uma nítida aproximação da RA de Taguatinga, com uma duração média do percurso que une as duas cidades de cerca de vinte minutos de automóvel ou trinta minutos de ônibus, além de algumas semelhanças em sua realidade sócio-espacial e econômico.

#### 4.1.2. Família, Escola e Trabalho Sexual: *as trajetórias comuns de cada caso.*

A relação com a família biológica é um fator interessante e complexo. Esta se encontra como um dos ambientes em que sofre impactos durante a instalação física e comportamental do desenvolver-se travesti.

A monografia não conseguiu entrar em contato com algum(a) dos(as) familiares das participantes da pesquisa, além do que, não é foco direto dentro dos objetivos propostos, porém, esta instituição foi muito debatida ao longo da convivência, nas rodas de conversas recheadas sobre histórias acerca da infância, da adolescência, e da vida adulta de cada uma, demonstrando se deparar com uma temática cheia de sentimentos, alguns conflitos e muitos desabafos.

Quando questionadas sobre os sentimentos correspondentes as suas identidades atuais e suas histórias pessoais, muitas afirmam que sempre esteve presente esse sentimento, desde pequenas quando se assimilavam basicamente ao plano do considerado feminino. Esse plano foi descrito como ter amigas basicamente com mulheres, gostar de brincar com bonecas (Bárbie, Susy, Xuxa, Eliana, Hérica, etc) ou elementos infantis que proporcionem essa idéia (cozinhas, casinhas, lavanderia, ursos de pelúcia), promoções de performatividades e imitações a partir modelos femininos populares, as mais citadas tiveram como base cantoras do estilo musical pop internacional e nacional que circulam nos meios de comunicação (Madonna, Cindy Lauper, Marilyn Moore, Sandy, etc), enfim, seus atributos se baseavam naquilo que dentro da socialização do sujeito remontava na dimensão contrária ao dado como masculino.

A infância foi retratada como um quadro em especial a ser lembrado e sempre com muito afeto, uma vez em que os vínculos afetivos estão bem próximos com os familiares. No mesmo tempo em que se torna uma dimensão de afeto desenvolvido

nesse berço há constantes restrições aos comportamentos notados como “errados”, por dimensionavam para o “feminino” e vão se tornando mais visíveis. Na medida em que se tornam evidentes essas ações, mais a família foi revelada como freadora destas margens, procurando cercar as possibilidades de se ter “um filho” homossexual<sup>68</sup>, uma fonte de preocupação.

É nessa fase em que elas começam a perceber que têm algo “diferente” dos outros meninos e que isto é socialmente reprovável. [...] Muitas vezes os maus-tratos não se relacionam apenas aos trejeitos ou “modos” femininos apresentados durante a infância, mas também, ou prioritariamente, procuravam coibir o desejo e a prática sexual homoerótica. (BENEDETTI, 2005, p. 99-100)

Em alguns casos, as transformações e as afirmações sobre suas identidade, após a verdade exposta a público, principalmente confirmando a “desconfiança” da família em ter um filho “diferente”, são contadas com humor:

*“Olha o jeito da minha mãe. ‘Oh! meu filho, não tem como você voltar a gostar de mulher de novo não?’ [pergunta a mãe]. [Resposta da Tabata] ‘Ai, mas eu nunca gostei de mulher!’ [A mãe exclama] ‘Oh meu filho! Tanto que eu briguei por você. Os outros te xingava e eu ia lá e enfrentava’. [risos]. Essa história eu achei engraçada, fiquei rindo.” (Trecho da entrevista com Tabata.)*

Já quando analisadas as primeiras transformações corpóreas entre as participantes, estas apontaram o período da adolescência, por volta dos 14 aos 16 anos de idade, quando ainda tinham uma convivência direta com a sua família biológica e encontravam-se na escola. Essa foi de importantes transformações desde as primeiras relações sexuais com outros homens e também com mulheres<sup>69</sup>, a inserção de hormônios para a modificação de seus corpos, as primeiras visitas as bombadeiras<sup>70</sup>, conflitos familiares, e a inserção no mundo da “rua”.

---

<sup>68</sup> Nota-se nesse medo que a aversão das famílias perante a possibilidade de ter como integrante sujeitos homossexuais ou que vivenciam a homossexualidade torna-se próxima da representação que essa homossexualidade é vinculada no plano do feminino, ou seja, permeado em um senso comum normativo que ser gay é ter características de mulher, pois, o padrão patriarcal dos opostos – hétero – reina nas mesmas considerações em que pensa genericamente o que é a constituição gay, amplamente desenvolvido no interior de uma cultura moral dominante e divulgada pelos grandes meios de comunicação, programas humorísticos, de personagens apenas caricatos onde a igualdade na relação entre os sujeitos do mesmo sexos torna-se ainda como inaceitável.

<sup>69</sup> Duas participantes relataram ter se relacionado com mulheres nesse mesmo período. Duque(2009) também diagnosticou o mesmo dado entre suas participantes.

<sup>70</sup> Bombadeira designa comumente uma outra travesti que tem conhecimento sobre técnicas para a aplicação de silicone líquido no corpo fazendo as transformações, os arredondamentos, no corpo masculino. Embora a bombadeira seja uma figura muito referida no meio travesti, as formas como são

Deixando as peculiaridades a parte e tentando agregar pontos gerais dentro dos relatos expostos, algumas exclamações tornaram-se comuns, tal como foi os receios e promoção de alguns conflitos na revelação à família sobre inicialmente a sua orientação sexual homossexual<sup>71</sup>, e após, a consolidação e afirmação da sua identidade de gênero<sup>72</sup>.

O processo de aceitação ou afastamento dos seus familiares se apresentou como decorrido da sua inicial orientação sexual homossexual. Há relatos de travestis que não divulgaram algum tipo de problema de grandes proporções com os seus familiares, entretanto, quando existido, os conflitos de aceitação mais ocorreram com as figuras masculinas da sua família, geralmente o pai, o irmão, o atual marido de suas mães, e, ao contrário, pode ser vista uma maior possibilidade de aceitação repousado nas figuras feminina da família, geralmente a figura materna ou as próprias irmãs, assim como se apresentam no círculo social extra-familiar em que Cristina descreveu como “as meninas que gostam de veado”, isto é, respeita ou tem uma melhor aceitação a homossexuais masculinos.

Isso não quer dizer que esse gênero concentra a única possibilidade de respeito devendo ser mais analisada os valores em que a família é permeada significativamente, assim como nos círculos sociais em que muitas apontaram amigos não gays que respeitaram e aceitaram a sua identidade, ressaltando como esse é um critério maior do que o gênero da pessoa que respeita.

Alice tem vinte e sete anos de idade e desde os vinte e dois anos de idade decidiu por realizar suas mudanças físicas. Atualmente mora com amigos(as) e tem uma relação muito próxima a sua irmã mais velha indo visita-la quinzenalmente.

---

injetadas o silicone líquido, além de informais, oferecem riscos para a saúde das travestis, por isso, algumas estão optando por realizar as suas transformações, principalmente quando referido aos seios, em centros de cirurgias plásticas especializados, informando que já estão acumulando o valor necessário para essa cirurgia. Embora esse foi o desejo da maioria das travestis, nenhuma que tinha silicone ou estava prestes a colocar construiu seu corpo nesses centros ou via a viabilidade econômica para tal ato.

<sup>71</sup> Muitas travestis me relataram a fase “gaysinha”, ou seja, por sentirem atração afetivo-sexual por outros homens, com isso, assumindo-se gays. O que após as transformações corporais, um amadurecimento da sua própria subjetividade e o encontro com grupos que a fortalecem há um assumir não mais como gay, mas sim de travesti, pois, gay assemelha-se a um corpo e símbolos dentro do universo do masculino sem transformações ou mudanças, sendo a travesti a participação no universo feminino tornando-se materialmente esse feminino, por isso, requer mudanças para concretizar esse sentir ser.

<sup>72</sup> É importante dizer que esses dois conceitos encontram-se juntos, mas sofrem de especificidades. Orientação sexual relaciona-se ao desejo afetivo-sexual de um indivíduo por outra pessoa que pode ser do mesmo sexo (Homossexual), do sexo oposto (Heterossexual), de ambos os sexos (Bissexual), ou mesmo o indivíduo se afirma como assexuado, logo, sem desejos sexuais por alguém em específico. A identidade de gênero já foi tratada do Capítulo 2. A orientação sexual e identidades de gênero não são universos friamente divorciados onde não hajam gays que frequentemente são transgêneros, mulheres transexuais que são lésbicas, entre várias outras dinâmicas internas, portanto, de caráter pessoal do sujeito, tornando-se confusos, indemonstráveis, a um olhar apenas binária do gênero atribuindo um valor heterossexista.

Desempenha sua atividade como trabalhadora sexual desde os vinte e três anos de idade, sendo apresentada a “rua” através de um amigo homossexual muito próximo. Quando perguntada acerca das mudanças revela prontamente que não foram muitas, pois, por ser franzina, magra, simpática, com uma tonalidade de voz grave, calma, de modo angelical, revela durante uma conversa que “desde muito tempo sempre fui assim, muito feminina, não necessitei de grande mudanças” [sic] apenas usando pequenas doses de hormônio feminino, sendo o atual Perlutan<sup>73</sup>.

Alice relata que foi criada pela sua avó materna e junto aos seus(suas) irmãos(irmãs). Em meio a sua história, revela o quanto esses valores consumidos no ambiente familiar interferem no processo de aceitação, rejeição, respeito da travesti e o quanto que este plano apresenta-se próximo a particularidade da família, logo, vinculado ao “privado”:

*“A minha avó mesmo foi quem criou, que criou a gente. Minha mãe é, ela tem a vida dela, a gente tem a nossa vida, então assim, ninguém interfere. A minha família, a minha avó, não é que ela seja preconceituosa, não é que ela seja preconceituosa, ela não aceita, não aceita assim. Ela é ‘da igreja’. Ela fala que ‘o homem nasceu pra mulher e a mulher pro homem’, então, tipo assim, na cabeça dela... Mas acabou mais aceitando mais, entendeu? Mas é aquela coisa de ‘não comenta’, ela não é de comentar...” (Trecho da entrevista com Alice)*

A participante descreve como se encontra interligada essa dimensão do assumir a sua identidade de gênero no ambiente familiar e os conflitos que este processo pode desencadear. Esses fatores foram evidenciados a partir dos frequentes conflitos com a sua avó e a oportunidade da saída de casa para ganhar ir exercer o trabalho sexual, demonstrando como consequência a independência, as responsabilidades pessoais, promovidas quase que obrigatoriamente após a sua saída.

**Alice:** *Apesar que a gente (a entrevistada se refere a sua avó materna) sempre tinha assim aqueles ‘arranca rabo’, que toda família tem, falei não, se é isso que quero para mim então que tenho que me garantir, entendeu?! Então eu tô aqui! Tô me garantindo até quando eu tiver podendo. [...] Minha família mau a gente se fala...nossa senhora! Assim...não sabe que eu faço programa, até porque todo mundo sabe que eu mexo com cabelo...mas assim eu, eu não quero que ela [a avó] soubesse até porque ela já tá com idade, ta com 72 anos, então ela já ta com uma certa idade a gente tem que preservar a nossa imagem. Mas saber ela sabe, porque meu jeito nunca, vem desde criança gente...Uma mancha...*

**Pesquisador:** *Como assim uma mancha?*

---

<sup>73</sup> Procurando em sites quem contem medicamentos hormonais descobri que Perlutan é um contraceptivo hormonal intravenoso de dose mensal e de baixo custo sem necessidade de apresentar uma receita médica.

**Alice:** *Feminina desde criança, eu sempre fui assim, sempre fui delicada, sempre fui aquela coisa assim, mais que, mais que a minha irmã!*  
(Trecho da entrevista com Alice)

É interessante notar que Alice termina seu relato referindo-se a palavra “mancha” como adjetivo aos seus comportamentos que não correspondiam aos ditames do que foi estabelecido socialmente enquanto “homem de verdade”, como se a ordem da masculinidade – que foi repassado e reproduzido dentro desse sistema normativo que cercava meramente o seu sujeito na categoria sexo – a enquadrasse como um sujeito não manchado, por isso, com respeito, limpo, porém, como a sua atuação estabeleceu uma ordem contrária a esses pressupostos, Alice foi julgada por todo o valor social tradicional inserido no gênero e comungado dentro do âmbito familiar, por isso, tornou-se traidora desse ordenamento, se sujou, se manchou.

Este dado revela que se na ocasião das relações com os familiares se encontrarem fragilizadas, as relações estabelecidas com outros integrantes fora deste contexto conta como uma importância significativa, pois, as relações e a criação de vínculos novos tornam-se um aporte para o amadurecimento, reconhecimento e afirmação da sua identidade pessoal, promovendo dentro da realidade do seu círculo social um estado de bem-estar, de compreensão, e, principalmente, de aceitação, respeito e acolhida.

Um detalhe que deve salientar é que essas relações extra-familiares foram formadas no ambiente escolar. A escola emergiu como um espaço facilitador na construção dessas ligações com os mais diversos indivíduos que se agrupam e a partir das semelhanças nos valores, em histórias análogas, conflitos, medos, culmina em uma identificação comum e constroem-se como grupos que se fortalecem.

Esse fortalecimento e identificação de grupos na escola se demonstram fortes urgentemente quando se pensa as formações de gênero nessas instituições, uma vez que quando analisados os dados de fobias a pessoas LGBTs (Ver Abramoway 2004; 2009) os dados nacionais demonstram o quanto que os temas que repercutem sobre a vivência de um respeito acerca a diversidade sexual e de gênero encontram-se galgando tímidos passos para a sua sustentabilidade, por isso a necessidade de se repensar esse espaço como “um papel mais ativo contra tais violências e se ilustra, focalizando o tema homossexualidade, como a escola pode, inclusive, colaborar na reprodução de preconceitos e discriminações” (ABRAMOWAY, 2004, p. 300).

Cabe ressaltar que o período de afinação dos vínculos sociais com outras travestis na escola ocorreu quando as relações com os familiares se demonstraram conflituosas sendo talvez por isso que esses novos vínculos constroem-se de forma profunda constituindo amizades que perduram e são constantemente lembradas.

Andréia tem vinte e cinco anos de idade e mora há cinco anos com o seu marido que será chamado de Bruno. Bruno trabalha como repositor em um supermercado próximo a sua casa. Andréia iniciou as suas mudanças aos 16 e devido a conflitos com o seu pai saiu de casa na mesma idade para viver com amigas travestis na cidade onde morava. Ela lembra com muita estima da sua primeira amiga travesti que conheceu ainda quando estudava. Está será chamada pelo nome fictício de Alessandra. Alessandra era muito conhecida na comunidade. Andréia, após se aproximar de Alessandra, por meio da escola onde eram matriculadas no ensino fundamental, teve a sua inserção no trabalho sexual ainda na adolescência. Foi Alessandra que apresentou todos os pontos de prostituição de travestis na cidade, localizada no interior de Maceió/AL.

*“[...] lá na minha cidade tinha uma travesti, o nome dela era Alessandra, ela morreu já, eu conheci ela no colégio... eu estudava no mesmo colégio, aí ela estudava a noite e eu estudava a tarde. Ai sempre quando eu tava saindo do colégio eu passava na porta da casa dela, eu sempre passava lá, ela já fazia ‘rua’, já fazia programa... e eu já era afeminada entendeu. Ela parava e falava assim: ‘Nossa! Você é tão bonitinha, você tem quantos anos?’ Ai eu falava: ‘Tenho 16’. Ai ela pegou e falou bem assim: ‘Você não quer fazer programa não?’ Eu falei: ‘Não, não quero não. Quero terminar meus estudos.’ Eu falava sempre desse jeito pra ela. Quando foi um dia, eu passei a estudar a noite porque tinha um supletivo. Ela estudava a noite. Ai ela falou: ‘Vamos pra rua só pra você conhecer, pode ser que você gosta e tal não sei o que...’ Ai eu falei: ‘Então vamos’. E ela era bem mais velha que eu, ela já era travesti mesmo, formada mesmo. Ai a gente marcou um dia, na sexta-feira pra gente ir. Ai eu falei: ‘Então vamos!’ e fui com ela”. (Trecho da entrevista com Andréia)*

Andréia recorda da sua primeira ida ao ponto de prostituição que Alessandra falara. Esta noite foi relatada envolvida de vários sentimentos intensos como receio, medo, sendo descrito com estranheza esse cenário novo e a sua dinâmica.

*“Cheguei lá na rua ai não quis fazer o programa. Fiquei bem assim com medo sabe?! Eu vi tantas meninas, tantas coisas assim diferentes que não era o meu mundo, pra mim esse não era o meu mundo entendeu? Ai eu falei: ‘Não! Não quero não!’ Ai parava um carro pra mim e eu falava: Ah! Não vou não.. não sei o que lá...’ Ai elas falavam: ‘Vai boba! Entra! Vai pra ganhar um dinheiro!’, ‘Não! Não quero não! Não quero não...’. E eu não quis.” (Trecho da entrevista com Andréia)*

Mas a amizade entre Alessandra e Andréia se fortaleceu. Decorrida principalmente após a descoberta do pai de Andréia sobre as transformações “do seu filho” e o exercício do trabalho sexual. Novamente, em fatores similares ao ocorrido em Alice, as transformações e a não compreensão por integrantes familiares culminou na saída da casa onde residia com a sua família, no abandono da vida escolar e na acolhida por Alessandra que passou a cuidar de Andréia e constantemente a incentivava para o retorno a escola com o conciliamento ao trabalho sexual.

*“E ela [Alessandra] me arrumou, me montou e tudo sabe, me vestiu com roupa de mulher... Ai, depois pronto, o meu pai começou a descobrir e começou a pegar no meu pé, no meu pé, no meu pé... e todo dia me xingava ‘Ah! Vai pra casa! Não quero veado na minha casa!’ Não sei o que, sabe essas coisas... E eu falei: ‘Então tá, um dia eu vou embora! Um dia eu vou embora! Um dia eu vou embora!’”. Ai foi quando eu quis conversar com ela né sobre o assunto que eu estava passando por isso e por aquilo, então ela falou: ‘Pois é, então vou arrumar pra você [espaço na avenida], então vamos lá pra casa. Agora o problema é que você é de menor. Se por acaso lhe acontecer alguma coisa....’. Eu falei: ‘Então ta!’”. Peguei minhas coisas e fui embora morar com ela. Ai foi quando eu saí de casa, parei de estudar e saí de casa e fui morar com amigas travestis, ai comecei a fazer rua, comecei a ir pra rua. Com 16 anos eu já encontrei a rua já. Já comecei a ir pra rua, pronto. Daí até hoje. Nunca mais voltei. [...] não quis mais estudar entendeu. Não por causa que ela fez eu fazer isso entendeu, não estudar mais, ela queria que eu estudasse, entendeu. Ela falou: ‘Não! Você vai pro colégio e depois do colégio tem como você ir para a avenida ainda’. Falei: ‘Não! Não vou pro colégio mais não’. E não fui mais. Pronto. Acabou.” (Trecho da entrevista com Andréia)*

Cristina tem vinte anos de idade, é natural de Belém do Pará, e desde os quinze anos de idade exerce o trabalho sexual em sua cidade. Já foi casada aos dezesseis anos de idade com um rapaz mais velho, chegando a morar com ele na casa da sua família. Foi a única entrevistada que teve acesso ao ensino fundamental e médio em uma famosa rede particular por meio de bolsa de estudos dado a classe social de sua família. Cristina é nova em relação as demais, mas gaba-se das suas experiências, revelando prontamente, em meio da roda de discussão com outras travestis na casa de Sheila, a diferença entre ser “gaysinha” e ser travesti sublinhando a saída de casa e da escola como fator diferencial:

**Cristina:** *A fase ‘gaysinha’ é a fase que a gente estuda, vive com a família ainda... a fase travesti já é o outro lado da nossa vida, já é a nossa vida que a gente está construindo para a gente.*

**Pesquisador:** *Como que é essa fase travesti?*

**Cristina:** *A fase travesti...*

**Tabata:** *É você vestir uma roupa de mulher e sair no meio da rua.*

**Cristina:** *Também...*

**Judy:** *Quando eu me assumi, eu já me vesti logo de mulher, eu já fui logo para a pista, já virei mulher. Não tive essa história dessa frescura, 'ai sou gaysinha', fazer o 'truque', essas coisas... não querida, pra mim foi logo travesti.*

**Tabata:** *Eu assumi com dezesseis [gay], virei travestis de verdade com 19, ai com 19 anos já comecei a fazer programa.*

(Trecho da entrevista com Cristina, Judy e Tabata)

Em meio a esse debate, foi visualizado que a fase “gaysinha” é algo ainda imaturo em relação a ser travesti. Morar com os pais, está na escola, são etapas que ainda não são apropriadas para a realidade desse grupo de acordo com as participantes, já que a independência, o auto-sustento, as responsabilidades decorridas do assumir a identidade são fatores fundamentais para ser uma “travesti de verdade” conforme Tabata confere.

Raquetele, hoje com vinte e seis anos de idade, iniciou as suas transformações aos quinze anos de idade quando decidiu colocar silicone nas nádegas e deixou os seus cabelos crescerem. Ela aponta para as estranhezas geradas entre a sua identidade pessoal e os reflexos no campo das relações familiares e comunitários:

*“Meu pai, até meus quinze anos era ótimo ai depois dos quinze eu não tenho mais contato com ele, nunca mais eu o vi, tem um bom tempo. [...] A relação do pessoal na primeira vez foi um pouco estranha. Não era meu aquilo ali, tanto o meu silicone, minha bunda, meu cabelo crescendo essas coisas, mas depois ninguém mais ligou, me tratam como se fosse o [pausa porque ia falar o seu nome de batismo]... a Raquetele de antigamente.”* (Trecho da entrevista com Raquetele)

Embora a participante se refira especialmente aos vínculos sociais como forma de estranheza e adaptação deles com ela, a escola foi retratada como pouca diferenciação de comportamentos após assumir publicamente a sua identidade, mas ressalta que isso se deu com relação a seus(suas) amigos(as) mais próximos(as). A estes ela se recorda em especial de duas amigas e um amigo, ambos héteros, o que na dimensão de totalidade de indivíduos participantes da vida escolar torna-se um grupo social pequeno quando comparada ao todo.

Nesse tópico engloba variadas dimensões que apenas um estudo monográfico não daria consistência, mas deve ser lembrado algo fundamental retirado do período de pesquisa. O passar por mulher e o constituir feminino são duas categorias próximas e fundamentais das características presente na travestilidade, porém, são duas e não uma, logo, merece considerações.



De acordo com o grau de perfeição em que se processa materialmente o feminino, o grau de circulação e a permanência nos mais diversos contextos sociais, tornam-se uma variável que rubrica sobre a aparência, o físico, um caráter de mobilidade social.

Quanto mais “verdadeira” for o se passar por “mulher” menos há as possibilidades de ocorrer ações violentas a sua pessoa no cotidiano. Isso terá – para além das importâncias destinadas aos valores de reconhecimento no próprio grupo – uma forte influência na acessibilidade a outras fontes de convívio sem iniciais críticas ou ações ofensivas de caráter travestifóbico.

A travesti não é mulher e nem deseja ser, mas “parecer ser” a mais próxima possível desse ideal representativo. O mais legítimo possível oferece a ela uma condição de proteção a uma maior vulnerabilidade dentro da sociedade, por isso o “passar por mulher” pode ser concebida como uma tática de sobrevivência, onde a perfeição no “tornar-se feminino” é uma moeda de troca em meio a uma sociedade sustentada pela aparência, pela estética, mesmo que ilusório o que importa é aparentar ser.

Essa idéia permeou o estudo monográfico quando encontrei Rosa e Bruna que estudam na mesma escola. “Rosa é perfeita, linda!” [sic] me disse Alice, “[...] mas a Bruna é Bicha-Boi<sup>74</sup>.” [sic] continuou ao me apresentar as duas. Ser “perfeita” é então passar-se o melhor possível na conquista a um sucesso de materialização do feminino em um corpo masculino. Rosa frequenta todos seus ambientes (escola, bares, boates, transporte público), “namora com os meninos mais bonitos da escola” [sic], sem ninguém “percebe-la” [sic], ou seja, notar que é travesti. Já Bruna, por ainda não ser tão perfeita quanto sua amiga, mas gaba-se por ser ninfeta, ou seja, muito jovem entre as demais, “se monta” sem a família saber e também não vai a Escola da mesma forma que sua amiga Rosa, “passando mais por uma gay” [sic]<sup>75</sup>.

Remonto as explicações do personagem Agrado no filme “Tudo sobre a minha mãe” do diretor espanhol Pedro Almodóvar em que se revela ao público as formações para ser uma autentica senhora:

---

<sup>74</sup> Dentro do percebido, essa denominação se encaixa para as travestis que ainda apresentam características visíveis da sua constituição fisiológica de homem, sendo uma categoria depreciativa e provocativa de vexatórias entre o grupo, acusando-a de que suas transformações ainda não são perfeitas, boas.

<sup>75</sup> Duque (2009) irá referir-se a essas “montagens” fora do ambiente familiar como “montagens estratégicas”, cujo objetivo é não arriscar construir maiores conflitos nesse espaço que possa ameaçar seus vínculos ou suas permanências.

**Agrado:** *Me chamam Agrado, porque toda a minha vida sempre tento agradar aos outros. Além de agradável, sou muito **autêntica**. Vejam que corpo. Feito à perfeição. Olhos amendoados: 80 mil. Nariz: 200 mil. Um desperdício, porque numa briga fiquei assim [aponta para o nariz que encontra-se levemente deformado]. Sei que me dá personalidade, mas, se tivesse sabido, não teria mexido em nada. Continuando. Seios dois, porque não sou nenhum monstro. Setenta mil cada, mas já estão amortizados. Silicone...*

**Espectador:** *Onde?*

**Agrado:** *Lábios, testa, nas maçãs do rosto, quadris e bunda. O litro custa 100 mil. Calculem vocês, pois eu perdi a conta. Redução de mandíbula, 75 mil. Depilação completa a laser, porque a mulher também veio do macaco, tanto ou mais que o homem. Sessenta mil por sessão. Depende dos pêlos de cada um. Em geral duas a quatro sessões. Mas se você for uma diva flamenca, vai precisar de mais. Como eu estava dizendo, custa muito ser **autêntica, senhora**. E, nessas coisas, não se deve economizar, **porque se é mais autêntica quanto mais se parece com o que sonhou para si mesma**. (ALMODOVAR, “Tudo Sobre Minha Mãe”, Espanha, 1999)*

Dentro do autêntico como consolidação contrária ao ditame do natural, pois a autenticidade se fabrica e derruba o conceito de um natural eterno, muitas entrevistadas afirmaram a necessidade de autenticar os seus corpos dentro da racionalidade representativa do feminino.

Quando ocorre o afastamento ou as desvinculações aos vínculos familiares, a desistência da vida escolar, e um exercício do trabalho sexual estes se entrecruzam, trazendo pontos de assimilação que se correspondem proximamente. Nota-se na criação e desenvolvimento dos vínculos sociais uma nítida influência na trajetória de inserção de travestis no trabalho sexual.

De forma geral nota-se que tanto na família quanto na escola o que ocorre como um diferencial na aproximação ou afastamento nos círculo (des)integrado pelos sujeitos *trans* dar-se quando os valores submetidos naquele contexto, qualificam ou excluem a dimensão da identidade de travesti, há ou se ausenta a abertura ao diálogo acerca da diversidade na orientação sexual, assim como merece um destaque como o gênero é visto, assumido e aceito.

Ao falar sobre essas dimensões de pouca aceitação no âmbito social – o que já integra o próprio cenário da família e da escola – é pertinente lembrar as datas em que se declaram essas afirmações.

A participação na pesquisa de travestis que nasceram durante a década de 80 e realizaram suas primeiras transformações durante o final da década de 90 é um fator que deve ser rigidamente considerado<sup>76</sup>. Por mais que as taxas de fobias divulgadas por

---

<sup>76</sup> Essa idéia sobre a análise acerca da categoria “tempo” foi apresentada durante a palestra promovida pelo grupo de pesquisa *Alteridade e Violência: travestis e transexuais em situação de prostituição*

meios de comunicação LGBT são diariamente divulgadas, essa base de divulgação pode se dar devido a uma própria mudança de uma “cultura sexual” (Duque, 2009) em que mais sujeitos se reconhecem na sua identidade e assim se publicam.

Há uma mudança no cenário nacional em termos de representatividade da diversidade de sujeitos e não mais uma categoria universal que congrega as especificidades individuais<sup>77</sup>. Esse contexto importa ser dito quando analisamos as mudanças históricas e os fatos sociais percorrido até a atualidade o que, por mais que residam características históricas que emperram a cidadania efetiva da diversidade cada vez mais as gerações conseguem uma melhor liberdade que as anteriores onde essas mudanças irão refletir no trato de certas instituições como pode ser vistas em algumas famílias desde suas novas organizações até no respeito a um(a) membro da família ser LGBT.

Diferentemente do que ocorria frequentemente com a geração anterior, muitas travestis adolescentes não têm sido expulsas de casa por seus pais, apresentando uma realidade bastante diferente daquela descrita por Pelúcio (2007), em que as travestis, quando se “assumiam”, tinham o espaço doméstico da família, via de regra, insustentável. (DUQUE, 2009, p.79)

Família, escola e trabalho sexual, se entrecruzaram nos relatos das participantes como os principais cenários em suas vidas que se constituíram como reflexos durante as suas mudanças devendo merecer cada vez mais na literatura nacional um maior destaque de pesquisa que visualize com uma melhor sagacidade essa relação.

#### 4. 4.1.3. O corpo material: *entre a dinâmica da constituição pessoal e o trabalho sexual.*

O debate teórico sobre a categoria corpo já se encontra com uma maior caracterização dentro do capítulo dois quando foram apontadas as principais correntes de autores e autoras em que essa monografia sublinha como importantes para trazer uma reflexão alinhada a um pensamento crítico. Devido a essas contemplações as linhas que

---

sediada pela UCB ocorrida no dia 06/08/2009 possuindo como tema “O lugar da abjeção”. Esse seminário contou com a uma palestra guiada pelo pesquisador Pedro MacDowell. A partir das exposições deslumbradas na mesa as categorias sócio-históricas como a sexualidade, o gênero, a identidade, a cultura, a política, o sexo, entre outros, devem ser pensadas levando em consideração esse sentido.

<sup>77</sup> O próprio movimento político LGBT passou por profundas transformações entorno dos(as) seus integrantes. O início do movimento nos anos 60 foi meramente denominado homossexual e desde então se chegou à atual nomenclatura que vislumbra a diversidade do assunto que refere a sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero.

se seguem corresponderão às reflexões em que se repercutiu o espaço corpo no processo de aperfeiçoamento material da travestilidade e a influência do mercado sexual.

“Sempre fui assim”, “eu já nasci assim”, são corriqueiramente ouvidas ao longo do convívio com o grupo. O percorrer das etapas como “gaysinha” e após o “virar travesti” são momentos em que se passa por mudanças exteriores junto a um amadurecimento pessoal da sua identidade, que vai ao longo negando a inicial identificação com a figura da orientação sexual homossexual e torna a se identificar com o gênero feminino instaurando na dimensão da travesti.

Mesmo as esporádicas práticas sexuais com mulheres não as fazem abandonar essa identidade, assim, como em alguns casos, o relaciona-se afetivo-sexualmente com um homem nem sempre as colocam em outro patamar de entendimento sobre si fora do contexto da homossexualidade, pois, em determinadas ocasiões brincam entre si por denominações como “veado”, “bicha”, ou mesmo se auto-denominam dessa forma. Essa dinâmica revigora o caráter difundido por alguns(mas) autores(as) que pesquisam sobre a misticidade da temática em que a travestilidade se insere, onde divulgam que as travestis congregam as práticas existenciais do ambíguo, reivindicando esse local como próprio, pois, destituem do gênero suas base representacional genérica dado que jogam com o dual dos gêneros.

Tabata é uma travesti considerada como “belíssima”. Sua autenticidade como uma mulher negra chama a atenção porque além da perfeição estética, é uma das poucas que legitimam a sua origem afrodescendente em meio a uma cultura permeada pela beleza européia, se orgulhando e defendendo sua origem racial. Atualmente está com vinte anos de idade e há quatro anos exerce o trabalho sexual. Reside em Goiânia com a sua família, formada por sua mãe e duas irmãs, mas há cinco meses decidiu vir ao DF porque, conforme informa, em Goiânia os clientes já a conheciam, querendo ser “novidade” por aqui. Pretende ficar até o Natal quando, uma outra amiga, ambas irão para SP.

Relata sobre essa dimensão do feminino, e discrimina bem a noção da travestilidade como algo sem estar contido no binarismo do gênero, afirmando o quanto que seu sujeito cria polêmica dentro de uma sociedade binária: *“Porque a gente faz a sociedade mexer. Porque a gente faz a diferença na sociedade. Não a mulher, não o homem. A gente, em milhões de pessoas, a gente se destaca entendeu? Não a mulher ou o homem. A gente.”* O “a gente” é visivelmente aquele(a) que não é “a mulher”, nem “o homem”, sendo o “a gente” em trânsito a esses gêneros representacionais.

No mesmo campo da reivindicação de um espaço ambíguo, a visualidade aparece como um campo de afirmação da sua pessoa, remontando novamente a identidade como um dos principais mecanismos que interfere na aceitação e produção de si.

As transformações desempenham um corte na estrutura pessoal, pois, se si mantêm como uma auto-afirmação da sua “atenticidade”, na estrutura do incopiável, esta imparidade deve se materializar para existir.

*“Acho que você já nasce, entendeu, com aquilo do dom feminino. Porque eu poderia ser também um gay né? Mas assim, eu não tenho opção pra ser gay, entendeu. Aquele negócio dentro de mim pra mim, ‘ser gay’. Eu queria ter cabelo grande, eu queria ter peito, eu queria ser mulher. Eu só queria me sentir uma mulher. Eu via as outras meninas e dizia: ‘Querida ser daquele jeito’. Ai começou o negócio do silicone, do silicone, do silicone, ai eu já comecei a ter aquele interesse por silicone. E ai, a minha vontade foi sobre isso mesmo, querer virar mulher, como hoje eu me sinto, uma mulher.”*  
(Trecho da entrevista com Andréia)

**Pesquisador:** *E o que é ser travesti para você?*

**Raquele:** *É a figura feminina. É a gente gostar de parecer feminina, ter atitudes feminina, ter a vontade, como é que fala? É de se vestir como mulher, andar como mulher, falar como mulher, agir como mulher, essas coisas assim.*

(Trecho da entrevista com Raquele)

Como já mencionado, muitas dessas transformações ocorreram no período da adolescência, quando envolve o amadurecimento dos seus sentimentos sobre as percepções da sua sexualidade, orientação sexual, e gênero construindo suas identidades públicas.

Os aperfeiçoamentos dos comportamentos para o gênero identificado, uma vez que esses comportamentos foram divulgados como inatos desde a infância aperfeiçoando-se ao longo da trajetória particular; o assumir nomes sociais que as remetem ao plano pessoal do feminino; as experiências afetivas e sexuais com pessoas do mesmo sexo, afirmando a sua identificação como objeto de desejo, o homem; a convivência com outros sujeitos, que vislumbrem de iguais identidades ou desejos homoeróticos e heterossexuais, para o auxílio dessa socialização e o aprimoramento das suas identidades na aquisição de uma melhor representação de si, são alguns dos diversos componentes que podem ser englobados dentro da esfera do melhoramento transformacional ocorridas sem a presença da tecnologia disponível para a mudança material de seus corpos. Todos esses fatores se entrelaçam, formando as primeiras bases

de adequações ao desejado objeto final de ser feminino, sendo a mudança material outra etapa em todo o processo, porém, não a única.

As processualidades das transformações nas travestis ocorrem na interação do subjetivo – enquanto compreensão pessoal do gênero feminino e da sexualidade – para a divulgação externa desse plano interno. Todavia, elas fazem uso dos meios de informações disponíveis na sociedade para a fabricação substantiva da feminilidade. Se a dinâmica se faz na presença do interno (indivíduo) para o externo (sociedade), as travestis compreendem as informações externas da cultural a qual são inseridas para a formação do interno feminino que as representem no coletivo como femininas sem, no entanto, reivindicar o espaço da mulher, mas do feminino tradutor.

Quando revelada as primeiras transformações físicas das integrantes, estas colocaram o consumo do hormônio sintético feminino como uma técnica de mudanças físicas. É importante ressaltar que algumas afirmaram fazer uso dessa substância como outras preferiram trabalhar suas estéticas apenas utilizando o silicone.

Ainda não há dentro dos serviços de saúde do DF um atendimento para resguardar o processo de hormonização das travestis, tanto no atendimento dos serviços públicos quando em clínicas privadas. Talvez seja por esta abstinência no Estado em resguardar a esses sujeitos o seu processo de mudanças como um direito a cidadania que o consumo de hormônios ocorrem de forma clandestina, no conhecimento disponível pelo próprio grupo. Essa auto-hormonização foi percebida por diversos autores (BENEDETTI, 2005; DUQUE 2009, 2006; PELÚCIO, 2007; SILVA, 1993; OLIVEIRA, 2006) e trazida como problemática por Reis (2008) quando, em seu estudo com sujeitos transexuais com interface na saúde, aponta:

É necessário comentar que a trajetória destas pessoas no serviço de saúde parece tão dificultada que se abster do cuidado biomédico institucionalizado é considerado o caminho mais tranquilo. Assim, a auto-hormonização e a auto-medicação, recorrer as bombadeiras [...] para a implantação de próteses estéticas de silicone industrial, são práticas comuns de transexuais na busca por um corpo condizente com suas subjetividades. Esta clandestinidade é um problema ou se constitui como um problema principalmente porque, diante da ineficácia do atendimento pelas instituições executoras de serviços de saúde, estas pessoas são relegadas ao agravamento de suas condições de sofrimento e/ou morte. (REIS, 2008, p. 115)

Soma-se a este dado de auto-hormonização a facilidade com a qual a aquisição desses medicamentos se dá e o custo-benefício já que trazem os elementos concretos na produção material do gênero feminino em seus corpos. Todas relataram o

uso de hormônio para a modificação dos seus corpos, pois, “As formas e linhas quadradas, retas e angulosas do corpo do homem precisam ser modeladas para adquirir uma aparência redonda e roliça” (BENEDETTI, 2005, p.73). Os mais citados entre os vários utilizados foram: Ciclo 21; Perlutan, Androcur, Gestadinona e Microvlar.

Quanto mais novas forem para a ingestão de hormônios femininos, melhor poderá ser o resultado<sup>78</sup>, por isso, geralmente nas relações sociais entre as travestis, incluindo a relação estabelecida entre travestis mais novas e mais velhas<sup>79</sup>, uma das primeiras iniciações é a utilização de hormônio.

Andréia explica como o hormônio auxilia na inscrição do feminino no corpo:

*“O hormônio te deixa muito mais feminina porque, quando mais você toma, mais você fica feminina, entendeu? Ele **cai** pelo, **derruba** seus pelos, entendeu? Não deixa músculos crescer em você, você não fica muito... assim, seu corpo não vira com o formato de homem entendeu? Ele **quebra** os seus músculos todinhos. Quanto mais você vai tomando, mais você vai ficando mais feminina. **Dá alongamento** no cabelo, o cabelo começa a crescer, dá mais vida. Porque é hormônio feminino né?! Como o corpo da gente é um corpo masculino, ele vai quebrando a questão do hormônio masculino entendeu? Todinho. Quanto mais vai quebrando, quanto mais quantidade você vai tomando, mais feminina você vai ficando. E assim, para o começo de um travesti é muito bom! Se desde os 14, 15 anos se eu tivesse conhecido o hormônio e tivesse tomado ele desde os 14 anos, porque eu tomei ele desde os 16, 17 anos, não precisava ‘bombar’, porque ele ia aumentar tanto o meu corpo, esticar minha pele, entendeu, que ia transformar o meu corpo feminino que não precisava ‘bombar’ porque o corpo de silicone que eu tenho hoje, eu já poderia ter tido ele de hormônio, só no hormônio.” (Trecho da entrevista com Andréia, grifos meus).*

A participante apresenta o consumo de hormônio dentro de uma grande possibilidade de acessão a um feminino perfeito que “quebra” o corpo masculino. Este é evidenciado como um dos nítidos inimigos na transformação porque o corpo masculino é apenas objeto desejado em um outro sujeito do seu interesse, mas repudiado como elemento de constituinte de suas estéticas.

O silicone industrial e as próteses de silicone são postos dentro desse mesmo processo de modelamento do feminino no corpo masculino. Algumas das participantes

---

<sup>78</sup> Júnior (2006) também efetuou a mesma consideração junto as travestis de Londrina/SP afirmando: A ingestão de hormônios é uma resolução importante na vida de uma travesti, já que se trata de uma metamorfose irreversível. Geralmente essa prática é iniciada na fase inicial da puberdade, quando o corpo ainda não está totalmente desenvolvido. Quanto mais cedo, maior a eficiência do efeito hormonal na feminização dos traços. (Ibidem, p. 111). Benedetti (2005) também efetua as mesmas considerações.

<sup>79</sup> Esta relação fica conhecida pela expressão “filha de”, ou seja, geralmente travestis mais velhas que passam a tomar de conta de travestis mais novas, ensinando os “truques” (como viver na “rua”, quais hormônios utilizar, onde “bombar”), com isso, a travesti mais nova passa a ser “filha de” uma travesti mais velha que já é conhecida no espaço e pelo grupo.

já utilizaram estes procedimentos em suas constituições<sup>80</sup>, outras planejam utilizar, porém, ao contrário das práticas de “bombar”, querem juntar uma quantia para poder pagar as cirurgias plásticas em centros estéticos. Apontam para isso o medo e os receios justificados nas histórias de conhecidas, colegas ou então amigas que chegaram a óbito devido a aplicação de silicone industrial por “bombadeiras”.

Parece diacrônico que ao mesmo tempo em que se almeja chegar a um patamar de perfeição para a feminilidade esse, no mercado sexual, pode ser valorizado como desvalorizado, aliás, se deseja o perfeito feminino na travesti com o elemental do homem, ou seja, o pênis.

De acordo com Benedetti (2005) “o pênis é parte do instrumento de trabalho das travestis” e o consumo de hormônios para aquisição física do feminino pode vir a comprometer tanto a saúde da travesti como as características desse órgão sexual, tal como: diminuição do tamanho do pênis e testículos; e na produção do esperma (BENEDETTI, 2005, p.77). Nesse modo, o modelamento a partir da injeção de silicone nas variadas partes do corpo para chegar aos arredondamentos das formas masculinas torna-se uma opção que demonstra seus riscos, porém, muito viável entre o grupo como alternativa de obter as características desejadas e cometer pouca influência que possa acarretar prejuízos em seu órgão genital.

Raquele tem o seu corpo modelado por silicone industrial, só usando duas vezes o hormônio injetável Gestadinona. Ela aprecia os resultados do hormônio, mas não os utiliza e revela como foi o seu procedimento para “bombar” seu corpo:

*“É assim, o silicone é um óleo tipo é da grossura tipo de um mingau. Ai ela [a bombadeira] coloca, te anestesia, te prepara, ela marca nos lugares certos da sua bunda, aonde você vai ter que aplicar, onde você vai colocar, ai ela te anestesia com a anestesia pra, que é proibida pra gente, pro corpo, que é a anestesia de cavalo. Ela aplica aquilo dali porque a dor é muito forte e a anestesia tem que ser bastante forte também. Ai ela aplica e logo em seguida injeta o silicone, ai ele vai entrando, descolando, por isso que fica entre a pele e a carne. O silicone fica no meio. Ai injeta. Tampa todinho, todos os buracos e fica em repouso certo que é 7 dias, deitada, de perna pra... de perna pra cima [risos]... de bruços, deitada durante 7 dias sem fazer movimentos, sem andar muitos, sem deitar de lado, nem pra baixo. Ai esperou os 7 dias já, já pode sair por ai” (Trecho da entrevista com Raquele)*

A satisfação pessoal com as transformações foi alegada por todas as entrevistadas, surgindo algumas que desejam por mais e outras que se encontram

---

<sup>80</sup> Das entrevistadas que realizaram essas modificações as áreas trabalhadas foram: nádegas, seios e pernas (panturrilha e coxas).



contentes com os seus resultados. Deslumbra-se que o conciliamento entre o corpo com a identidade é um fator visível na travestilidade, porém, reconhecendo que este traduz como um instrumento dentro do trabalho exercido, como se encontra a construção material da identidade junto com as demandas do mercado sexual?

Essa questão justifica-se uma vez que a perfeição do feminino, junto com a permanência da virilidade masculina, deve ser considerada para obter maiores rendas, por isso, analisar como as entrevistadas dialogam com essas duas questões se constrói como importante.

Todas as participantes afirmaram que essa dimensão é dupla, havendo significativamente a moção pelo desejo pessoal de transformação, mas que essas são sentidas pelo mercado sexual, principalmente, pelos clientes, fazendo com que uma travesti belíssima tenha mais “sucesso na pista”, com isso, “batendo mais porta”.

Alice discute que esse processo de transformação, tanto com vista no mercado quanto com base nos desejos pessoais, é algo semelhante a organizar um apartamento próprio, onde a cada visita que repara nas decorações e efetua um elogio, a faz querer melhorar continuamente nessa reciprocidade:

*“Se você tá ganhando, você tem que investir. É igual quando você monta um apartamento, você não quer comprar uma decoração para ficar bonito seu apê? Ai você vê as vê as pessoas falarem: ‘Nossa! Que decoração linda!’ Então você quer procurar mais decoração pra ficar mais bonita ainda do que aquela que tá lá, então é isso, ‘casa de travesti’ e isso é bacana”*  
(Trecho da entrevista com Alice)

O corpo é notado como a “casa de travesti” pela entrevistada e que necessita ser cada vez mais decorado, aprimorando-se ao seu gosto e pelo gosto do outro.

Andréia confere essa análise de modo crítico. Afirma que se gasta muito para aperfeiçoar a “casa” da travesti, pois, os clientes solicitavam por isso, sendo algo um contraponto duplo, onde consta uma cobrança do mercado ao mesmo passo de um desejo particular:

*“Por causa dos dois. Por desejo meu, minha vontade minha mesmo de mudar e ficar feminina, e pelos clientes que também pedia. [Eles] Falava pra mim: Nossa! Você não tem peitinho, você não tem nada... Você é magrinha e tal... Ai eu perdia programa por causa disso, por não ter peito, por não ser muito feminina. Perdia muito programa. A partir do momento em que eu ficava mais feminina, mais feminina, eu passei a ganhar mais dinheiro.”* (Trecho da entrevista com Andréia)

Mais à frente, a entrevistada faz um corte de tempo, onde analisa o mercado atualmente em comparação ao seu período de adolescente, afirmando que os clientes respeitavam mais as transformações. Afirma que hoje os clientes demandam não mais pela perfeição com a qual a travesti se constrói, mas o objetivo retorna focalmente ao objeto pênis. Defende assim, que as transformações devem ser mais relacionadas aos desejos pessoais do que com o mercado, relatando que parecer perfeitamente com uma mulher, pode vir a ser uma perda de rendimentos e não um maior ganho, pois, muitos clientes entendem que quanto mais parecido com uma figura feminina, maior o processo hormonal se efetuou, com isso, aumentam as chances de se ter um pênis menor ou não ter ereção. Conforme a entrevistada, hoje “*está funcionando mais a ‘gay montada’*” porque a virilidade masculina encontra-se presente.

*“Hoje em dia não vale mais a pena. Você ter corpão, você ter peitão, hoje em dia as coisas mudou, principalmente diferente... hoje em dia até um homem de peruca vai ganhar na esquina. Só que na minha época, quando eu comecei, você tinha que ser feminina, entendeu? Eles cobravam de mim um corpão, uma bundona. E hoje em dia quanto mais você põe, você tem peitão, você fica mais bonita. Eles não ligam. [...] Hoje em dia tem muitas dessas meninas na rua que é novinha, não tem nada, ‘gayzinha’ e aí ganha até mais que a gente travesti, que tem corpo, que tem bunda, que somos mais afeminadas que elas, mas as mais masculinas ganham mais do que a gente. Uma põem peruca na esquina bate mais porta do que eu, do que todas que tem peitão, que tem bundona, e ganha mais do que a gente.”* (Trecho da entrevista com Andréia)

#### 4.4.1.4. *Nunca dê as costas para a “rua”.*

O espaço da rua devida foi informado e já se encontra anteriormente tratado no capítulo três precisando ser agora exposto as vulnerabilidades em que se dão as práticas do trabalho sexual na região conforme visa o objetivo monográfico.

Conforme apontado no conceito de vulnerabilidade apresentado no capítulo 1, esta só pode ser notada como uma categoria real quando avaliado seu cerne em outras expressões, portanto, extrapola a dimensão do valor econômico, e insere-se nas outras variações das macros dinâmicas que permeiam a realidade do sujeito, como, por exemplo, nas relações sociais.

Falar em vulnerabilidade, nessa perspectiva, não é dizer que o sujeito é passional, pelo contrário, é assinalar que os processos históricos em que se desenvolveram as concepções tradicionais sobre o corpo, o gênero, o sexo, a sexualidade, os deixou em uma situação de vulnerabilidade, pois, estes se encontram em

uma posição de enfrentamento a essas ordens. Assim, é nesse posicionamento que se desenvolve sua situação de um vulnerável combativo.

Em meio as argumentações ouvidas, aparecem como articulações dessa situação de vulnerabilidade relacional três componentes dessa esfera: 1. Mercado de trabalho; 2. Policiais; 3. e Clientes<sup>81</sup>.

Em que pesa o ordenamento sociocultural colocado como questão para a possibilidade de discussão dentro dessa perspectiva, onde os valores e as morais existentes se entrecruzam para fortalecer os muros dificilmente rompíveis para a destituição de paradigmas em que haja um alargamento de participação das travestis em outros espaços, inclusive, no próprio mercado de trabalho formal.

Alice, que já trabalhou como caixa do *Mc'Donald*, confere o “encaixamento” das travestis em profissões focais, como uma trabalhadora sexual ou em salão de beleza, denunciando essas estigmatizações que não as dão maiores alternativas de usufruírem outros contextos profissionais :

*“Não Douglas, não. Travesti ou é salão ou é rua. Eu nunca vi travesti trabalhar em shopping, na loja, a não ser que tenha, que trabalhe no shopping, mas dentro de um salão, que esteja centrado no shopping, aí isso eu já te falei... travesti ou é rua ou é salão.”* (Trecho da entrevista com Alice)

“A ‘rua’ vicia”. Essa expressão foi paulatinamente escutada ao decorrer das conversas sobre esse espaço. Muitas relataram que mesmo participando de outros cenários, sejam estes formais ou não, abandonar a “rua” seria algo difícil. Afirmaram essa dificuldade por meio dos vínculos de amizade realizados nessa dimensão ou por uma rápida aquisição de renda. Desta forma, as variações de afetos com esse contexto remetem-se a história de cada indivíduo com esse cenário. Tanto com relação aos gostos quanto aos desgostos com a “rua”. Utilizando dessa ótica, sente-se que a “rua” é um ser vivo, um ente em que as travestis criam afetos ou cólera.

Todas entraram no trabalho sexual ainda muito novas, como já ressaltado, no período da adolescência. Criaram seus vínculos sociais, arranjaram melhores amigas, maridos, sentem-se desejadas, criaram suas rendas, adquiriram suas independências, responsabilidade, viajaram, conheceram novos espaços, se reestruturaram

---

<sup>81</sup> Um quarto componente seria a própria articulação enquanto grupo, ou seja, os conflitos que permeiam o convívio entre as participantes, porém, essa foi pouco apontada durante as entrevistas e apenas relatada de forma superficial.

materialmente, e subjetivamente amadureceram, dentre as várias outras questões que o espaço da “rua” proporcionou.

Ter um gasto para “bombar” uma região do corpo, recorrer a cirurgias plásticas, comprar e consumir doses de hormônio feminino, ter acesso a bons cosméticos, boas maquiagens, vestir roupas a partir de tendências da moda, pagar seus aluguéis, suas diárias, entre outros elementos que poderiam ser citados, esse universo requer uma fonte para a aquisição de uma renda que possibilitem esses gastos.

Dadas as descrições sobre as realidades aqui trabalhadas em relação ao mercado de trabalho formal como meio de aquisição a uma semelhante renda, poucas seriam as chances de uma travesti ocupar algo do gênero. Tendo como base os dados contidos nas tabelas IV (Profissão da vítima) dos anexos I, II e III incorporados ao final da monografia, pode-se efetuar uma leitura que a presença desses sujeitos em outras profissões encontra-se baixa em relação aos demais.

Entre as entrevistadas, o trabalho sexual se confundia em descrições como *glamour*, portanto, o ser desejada e fazer sucesso na rua, e os riscos da profissão, que variavam desde a própria saúde física – muitas relacionaram o consumo de drogas ilícitas e as DSTs –, as com fundo emocional, e o alerta para as possibilidades de violência física em que o campo pode promover.

Em certo momento, pareceu que o fator da violência como vulnerabilidade seria a ação negativamente mais democrática, pois, atinge a todas que se encontram na prostituição, sem exceção:

*“Você corre todo o tipo de risco que eu já falei para você, você corre muito risco de vida, muito problema, muito sofrimento, é humilhação, você passa por tudo! Pode ser a travesti da mais bela à mais feia, falar que nunca passou por humilhação, que nunca sofreu nada, ela está mentindo porque você sofre e passa! Entendeu? Porque do jeito que tem pessoas boas tem pessoas ruim.”* (Trecho da entrevista com Andréia)

Um cenário objetivado que ressaltou essas descrições sobre as vulnerabilidades pessoais para a violência, emergiu na seleção do carro do cliente como um cenário do inesperado. O receio, o medo, o imprevisto, ganha nesse espaço a sua possibilidade de existência já que, “a partir do momento em que se entra no carro”, o imprevisto pode vir a acontecer caracterizando o terreno do inseguro.

Embora os clientes apareçam nessa dimensão entre o inseguro, às vezes como os objetos de desejo, em outras ocasiões, como sujeitos de desafetos, estes se encontram citados em escalas menores de violência com relação aos outros sujeitos. O que foi mais

mentionado como violência nesse contexto cercou a presença do não pagamento do programa como fator de desagravo. Porém, não há medo caso não haja um ambiente que assim o proporcione, ou de ações que conduzam a esse sentimento, por isso, ao averiguar mais afundo o não pagamento do programa, as entrevistadas descreveram consequentemente a expulsão agressiva da travesti, por exemplo, do carro do cliente, em que, às vezes, este ainda se encontrava em locomoção.

Quando questionada as participantes para denominar o regime relacional de vulnerabilidade, muitas apontam para a figura da polícia dentro dessa ordem, configurando este ator como uma insegurança ou, em melhores hipóteses, uma baixa segurança.

Na Rua da Alegria foram ouvidas histórias de policiais que, dada a pouca visibilidade da noite, aproveitavam seus cargos e esse período para exercer um papel coativo contra esse público. Esses casos variavam, desde arbitrariedades cometidas a partir de preconceito e discriminação, por isso, reverberavam em xingamentos direcionados ao grupo que se instalava no momento ou expressões ofensivas<sup>82</sup>; a violência física nas abordagens as travestis; pouco caso com outros sujeitos que ocupavam o local para mal-tratar essas trabalhadoras sexuais<sup>83</sup>; entre outros.

Em relação ao *Playtime*, as participantes não informaram ao certo se a presença de policiais naquele ambiente seria um fator positivo, uma vez que a sua obrigação seria guardar a segurança das participantes, ou somaria nas condições de vulnerabilidade já existentes.

Por fim, deve-se considerar que as vulnerabilidades se desenhavam como coadjuvantes no quadro das violências, sendo este cotidianamente vivenciado pelas integrantes no espaço de prostituição em Taguatinga visitados. Se as entrevistadas manipulam as suas corporeidades como forma de autonomia sobre si, há um sistema social em que desrespeita essa ação autônoma, as fazendo estar, em estados de relações, em um patamar de vulnerabilidade ocupando certos espaços sociais focais. Com isso, não se quer afirmar que o desempenho do trabalho sexual é uma ocupação deslegitimada de poder ou algo passional, mas traz o olhar para a dimensão do respeito

---

<sup>82</sup> Uma marcante ocorreu quando em uma viatura um agente exclamou “Vai jogar futebol, veado!”. Uma nítida presença da masculinidade desempregada passa a exercer uma cobrança de retorno a norma genérica para as travestis.

<sup>83</sup> Nessa situação sublinham-se alguns homens que em seus carros perturbam o ponto de prostituição exclamando xingamentos e atirando garrafas, pedras, latas de cervejas, ou mesmo combinando um suposto programa, mas, na realidade, era uma estratégia realizada para a ocorrência de uma violência física ou constrangimento. Durante a realização dessa monografia, presenciei as duas características citadas inicialmente, tornando a terceira, promovida a partir de relatos.

a autonomia, liberdade crucial e valor intrínseco da cidadania, em que a autonomia se dá na perspectiva da possibilidade de escolhas nos leques de opções ao sujeito.

## Capítulo 5

### 5. Notas (in)concluídas: *Qual cidadania?*

Ao decorrer da construção dos pensamentos que repercutiram na produção da monografia, voltar o olhar para a dimensão do intitulado como “fobias” aos sujeitos LGBTs foi de fundamental importância. Serviu para compreender como que os preconceitos e/ou discriminações rodeavam a dimensão do gênero, da sexualidade, da orientação afetiva-sexual não heterossexual, e foi escolhido o universo *trans* como uma problemática dessas questões. Essa escolha não elimina as outras dimensões perversas da fobia destinadas aos tantos outros indivíduos desse grupo diverso, que bradam para a efetiva realização da cidadania plural, em que a diversidade possa existir.

Para isso, a existência de sujeitos que não obedecem às lógicas de poder proferido pela heteronormatividade, denuncia as bases retóricas do patriarcalismo, do machismo, e das diversas conservas culturais que aprisionam as liberdades pessoais de existir e desafiam a consolidação de um bem-estar social em ordem macro.

A monografia assume que refletir nesse sistema é residir em um olhar altero-crítico, ou seja, efetuar o exercício de pensar no Outro não-Eu como não suporte da desigualdade, mas da presença da diversidade. É apontar para a existência da hierarquização das vulnerabilidades como patamar da diferença promotora de um ordenamento social negativo no Outro, onde os conceitos de classe social, profissão, gênero, orientação sexual, sexo, e dos mais diversos componentes tradutórios da identidade individual do sujeito são combinados como formando o Outro distante do Eu, que se desumaniza, isto é, não se reconhece a humanidade que dele(a) é de direito, pois, esse sistema social o(a) condenando a uma densa névoa que condena a invisibilidade as possibilidades de emergir o sujeito.

Quando Butler (2008) coloca que o abjeto é “aquele que virou merda”, pois, sua existência tornou-se o local do inabitável, em uma leitura dentro das concepções culturais heteronormativas, para mais que uma reflexão, com um profundo teor filosófico, sobre a existência do indivíduo que traz para si sua autonomia de remodelamento das lógicas que o recria, a autora exerce uma denuncia as próprias ordens sociais que reproduzem a não-cidadania. Respinga o seu pensamento para o papel do Estado Democrático de Direito, apontando diretamente para a urgência de repensar a moral cerceadora vigente e elevar o *status* da democracia, pois, se refletido

os valores instaurados em 1948, pela DUDH, onde este documento destina que “Todos os seres humanos nascem livres e iguais” (ONU, DUDH, Art.1º) minimamente questiona-se se a sociedade está preparada para viver democraticamente com a diversidade.

Se a resposta for negativa para a questão acima apontada, a democracia torna-se um conceito abstrato e ilusório. Porém, como conceito ideológico que preza por atos políticos de igualdade no existir, este deve movimentar cotidianamente as práticas e ações que substantivem essa filosofia política, desenvolvendo, ou mesmo construindo, uma democracia real que dê a diversidade fortes bases de se haver. Com isso, pela existência de ações que movimentam a sociedade, portanto, ações que também remodelam o Estado, este prezarão por combater a desigualdade, minimizando a ausência negativa do abjeto para a sublimação da (re)invenção do sujeito, uma vez que ser sujeito é o desemprego da passividade inexistencial ou uma existência genérica.

Em uma breve trajetória de como o Estado nacional se desenhou para uma atuação próxima a essa questão, assumi-se que a temática começou a integrar a agenda de política pública do Estado, a partir da epidemia da AIDS na década de 80, quando “foi criado o Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, do Ministério da Saúde, foi fator decisivo para a inclusão da homossexualidade na agenda do Estado brasileiro.” (DELLAS, 2005, p.22). Esse programa teve a sua atuação de modo focal, atendendo aos indivíduos(as) soropositivos(as) (DELLAS, 2005), não constando um trabalho público que salvaguardassem uma temática maior a qual preza o assunto.

Após essa iniciativa, a realidade brasileira irá gozar de outra articulação do governo federal, que venha a trabalhar com o assunto, somente em 1996, quando é lançada a primeira versão do PNDH. Esse documento abordará apenas um item que vislumbrou o trato com a temática do respeito com a homoafetividade integrado no eixo Proteção do Direito à Vida<sup>84</sup>. Traz em seu contexto a proteção à violência contra esse público, porém, de modo muito amplo, sem cair nas especificidades de que tipo de violência se trata e dos órgãos competentes para cumprir as premissas estabelecidas, por exemplo.

---

<sup>84</sup> Apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem terra e homossexuais. (BRASIL, Programa Nacional de Direitos Humanos, 1996, p.06)



Retornará no ano de 2002 com uma reavaliação do programa. Nesse documento, constaram dez itens destinados ao grupo GLTTB<sup>85</sup> a qual englobou ações nas áreas da educação, comunicação, segurança pública, justiça, saúde, entre outras ações de cunho informacional.

O programa Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004, entra no cenário nacional como forma de diálogo do governo federal com a sociedade civil organizada e pautou as reivindicações mais focais para as demandas do movimento LGBT solicitando ações para além das duas versões do PNDH. Por isso, articulou o Brasil Sem Homofobia como forma de trabalho das instâncias do federal, estadual, municipal e do DF dentro dos eixos de direito: à Saúde; à Educação; ao Trabalho; à Segurança; à Cultura; Além de permear propostas de políticas públicas para a juventude, mulheres e de combate ao racismo e a homofobia.

Cabe ressaltar que a reestruturação da SEDH, desde sua instalação em 1996, a Criação do conselho Nacional de Combate a Discriminação em 2001, e as transformações SEDH ocorridas pós 2003 – um destaque para esse fato foi a mudança do governo federal –, é de importante visualização para a ocorrência da construção de propostas que foram mais consoantes com as requisições do movimento social e que procuraram uma maior transformação social dentro das instituições sociais públicas (Justiça, Saúde, Educação, Previdência Social). Foi somente a partir do início desse século que se materializaram encaminhamentos mais efetivos de combate as fobias que essa temática provoca contra os ranços histórico-culturais que reproduzem um corpo patriarcal universal.

Um dos importantes resultados das pressões da sociedade civil brasileira foi o recente lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, em maio desse ano. Esse plano vem a somar forças com o programa Brasil Sem Homofobia e ambos visam influenciar os gestores públicos na formação de políticas, programas, ações, para a realidade dos cenários municipais, estaduais, distritais, e no âmbito federal, que promovam a existência de uma cultura da paz acerca da diversidade afetivo-sexual, de gênero.

---

<sup>85</sup> É interessante notar que o atual movimento LGBT passou por diversas mudanças desde o seu início nos anos 60. Na revolta do bar *Stonewall*, no dia 28 de julho de 1969, os EUA, o movimento denominou-se por movimento gay, dentro da atitude *gay power* de enfrentamento as constantes discriminações. Adentra os anos 70 como movimento homossexual. Nos anos 80 e 90 estabelece-se como GLS, o que predominou até o final do século XX e início do século XXI quando se coloca como GLBTT. Por uma questão de reconhecimento e amadurecimento político da sua trajetória também feminista, pois, o combate às opressões com relação ao gênero e por uma liberdade sexual provém dessa corrente, adota oficialmente seu nome como LGBT em âmbito nacional desde a I Conferência Nacional ocorrida no ano de 2008.

Não se pode deixar de ser notado que um desses imprescindíveis passos foi o fortalecimento de uma cultura participativa da sociedade civil organizada de influenciar as ações e decisões da vida do Estado. Desta forma, o plano de promoção de 2009, o Brasil Sem Homofobia de 2004, o PNDH de 1996 e 2002, tornam-se uma visualidade desse processo participativo.

Com este importante passo adiante, o Brasil cresce e amadurece mais um pouco como exemplo de **democracia participativa**, que não teme enfrentar os gigantescos obstáculos ainda presentes para se garantir avanços definitivos na área dos Direitos Humanos. [...] A atuação do Estado, especialmente por meio da formulação e implementação de políticas, interfere na vida das pessoas, ao determinar, reproduzir ou alterar as relações de gênero, raça e etnia e o exercício da sexualidade. O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT tem como compromisso e desafio interferir nas ações do Estado, de forma a promover a cidadania, com respeito às diversidades. (BRASIL, Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, 2009, 7 – 11, grifos meus)

A Carta Magna de 1988 reza “pela dignidade da pessoa humana” (BRASIL, Constituição Federal, 1988, Inciso III, Art. 1º) na construção da República Federativa do Brasil. Defende vorazmente a prevalência dos direitos humanos em seu artigo 4º, e coloca como inadmissível o tratamento desigual, resguardado pelo seu artigo 5º. Com isso, dá margens para acreditar que se pode recorrer a esse amparo protecionista nos casos de infração aos direitos que cercam a cidadania.

A geração de penalidades que concerne a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero são atualmente promovidos pela PL 122/2006 e, desde esse ano, pelo seu substituto – que acrescenta como passivo de penalidade as discriminações com base em origem, faixa-etária e pessoa com deficiência. Assim, evidencia que sem o resguardo do Estado para continuar a transformação em que alguns indivíduos já cometem na própria cultura, essas bases de mudança ficam comprometidas. O Estado deve atuar na proteção dos sujeitos que se encontram em situação relacional de vulnerabilidade, promovendo novas práticas dentro da sociedade.

A existência de sujeitos transgressores as normativas sexuais e de gênero já se revela como uma luta contra a corrente hegemônica e misógina, em que seus integrantes sofrem cotidianamente de significativas violências higienistas, uma vez que os fatos comprovam que a cada dois dias morre um homossexual.

A arte da manipulação dos símbolos sociais, realizadas por travestis, para aperfeiçoarem os seus corpos e si colocarem da forma como se percebem, rompe com as

regras, os valores, as normas dominantes que proíbem uma expansão do descobrimento das possibilidades corpóreas.

Dado um contexto de um sistema capitalista de reprodução aos padrões genéricos que formam o humano ideal, surge desse cenário um vasto campo de correlação de forças entre o indivíduo com a sociedade, a cultura, e com o próprio Estado. As transformações dentro dessas confluências de relações desencadearão na própria influencia da vinculação de uma cidadania real, da existência de um bem-estar social, que garanta um acesso a igualdade e a equidade do poder.

Contraditoriamente, nesse breve retrospecto exposto, pode-se sentir que o cenário brasileiro foi, e continua sendo, um palco de oposições com relação a essa temática. Nutre um plano de contrastes perante a realidade legal e a realidade nacional. Esta afirmação se justifica quando analisado que esse Estado, que se vangloria por si dizer laico, esteja tratando esse assunto através das tantas jurisprudências, na formação de políticas públicas e iniciativas que redescobrem o compromisso com o trabalho na dimensão do respeito a diversidade, mas, em sua outra ponta, há uma onda reacionária de grande aceitação, que preza pela ineficácia de respostas ao bom convívio com a diferença que esse assunto suscita.

Compete aqui lembrar uma importante questão que necessita ser recordada: sendo as travestis pessoas que vivenciam o gênero feminino em uma ordem de caráter pessoal, dando constantemente significações desta vivência em seus corpos através de um ordenamento não ditado pelo discurso do “natural fisiológico”, fazendo primeiro valer a sua própria subjetividade, por que tal ligação de transformação do corpo aparece constantemente em conexão com a inserção delas no comércio sexual como padrão de situação de vulnerabilidade?

Não se deve proceder com uma análise moral acerca das profissões, mas desconstruir esses julgamentos constituídos para a abertura de novos olhares sobre os agentes que se constituem nesse grande tecido multiforme. Não é pelo fato de serem trabalhadoras sexuais que as travestis devem ser somadas de discriminações, mas devem ser bravamente denunciados os ranços históricos, de caráter atuante, que conclamam a discriminação no universo das profissões. Por isso, objetivar a criação de estratégias de mudanças para a incorporação de sujeitos *trans* em outros meios do universo profissional, fazendo valer o jargão “ser travesti não é sinônimo de **ser** prostituta”, é algo a mais e que deve ser continuamente percebida e promovida através das diversas fontes de possibilidades para o incentivo de existência aos extrapolamentos da dimensão

de uma identidade genérica que encouleira a cidadania daqueles(as) que transgridem as normas de gênero.

Percebe-se no cenário do cerceamento social às práticas realizadas por sujeitos que utilizam os seus direitos aos seus próprios corpos, que é minimamente se deparar diante de uma questão complexa e perversa, retornado ao uso do termo dito inicialmente na monografia como uma (Homo/Lesbo/Bis/Trans) fobia que emerge nos esconderijos do próprio Estado, já que os “grandes avanços” divulgados, nada mais caracterizam como os deveres atrasados e incompletos dessa entidade que deveria concernir pelas providencias imediatas de prevenção aos índices perversos que a violência traz e que já acometeu sobre seus integrantes. Os subsídios para uma maior igualdade na diversidade já deveriam ter sido tomadas antes mesmo do primeiro homicídio por causa (Homo/Lesbo/Bis/Trans)fóbica.

As tentativas de se desenhar uma trajetória para a situação de prostituição das travestis em Taguatinga, que foram ao longo da monografia instauradas, requerem um estudo mais afundo, cada vez mais comprometido com uma acirrada crítica e agindo como denuncia as arbitrariedades sociais. Esse conjunto de visões deve formar o esboço de quadros que não mais estigmatizem este público, mas sim, promovam uma leitura que corresponda a uma visão de fortalecimento da cidadania – com o olhar nos direitos humanos, civis, e sociais – que deveria estar sendo concretizada, somada a promoção de políticas públicas e sociais, de forma efetiva e eficaz, que visualizem a proteção dos grupos que demandam emergencialmente por ações do Estado nacional. Sendo assim, esta instituição deve andar submerso aos valores contidos na filosofia dos direitos humanos, logo, regido pela prática avassaladora de concretizar a vida sendo vivida em dignidade na, e para, a diversidade.

### Referência Bibliográfica

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G.; SILVA, L.B. Juventudes e Sexualidade. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 428p.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *Cotidiano das escolas: entre violências*. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005. 404 p.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas*. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana - RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEEDF, 2009. 496 p.

ALMEIDA, L.M.P. Vulnerabilidade Social. Recife. 2006. [acessado no dia 02 de julho de 2009]. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/Vulnerabilidade%20Social.pdf>.

ANDRADE, T.M; RONZANI, T.M. Capítulo 3: A Estigmatização associada ao uso de substâncias como obstáculo à detecção, prevenção e tratamento. In. *O Uso de Substâncias Psicoativas no Brasil: epidemiologia, legislação, políticas públicas e fatores culturais: módulo 1 / coordenação do módulo Tarcisio Matos de Andrade*. – 3. ed. – Brasília : Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2009. 53p.

ANIS; Legislação e Jurisprudência LGBTTT. Associação Lésbica Feminista de Brasília Coturno de Vênus; KELLY, K. (Org.); CEZÁRIO, J; NAVARRO, M. Brasília: LetrasLivres. 2009. 320p.

AUAD, D. Os óculos que uso para olhar a realidade. In: *Educar Meninas e Meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006. p.19 – 23.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo: Fatos e Mitos*. Tradução de Sergio Milliet. – 4ª Ed. São Paulo: Difusão Européia de Livros. 1970. 309p.

BENEDETTI, M. *A batalha do corpo: breves reflexões sobre travestis e prostituição* [acessado em 28 de maio de 2009] Disponível em [www.ciudadaniasexual.org/boletin/b11/](http://www.ciudadaniasexual.org/boletin/b11/).

\_\_\_\_\_. *Toda Feita: O corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. 114p.

\_\_\_\_\_. (Trans)formação do corpo e feitura do gênero entre travestis de Porto Alegre, Brasil. In: CÁCERES, C.F. (Org). *Sexualidad, Estigma y Derechos Humanos: Deafios para el acceso a la salut em América Latina*. Lima: FASPA/UPCH, 2006. p. 145-166.

BENTO, B. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 256p.

BORDO, S. R. O Corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, A.M; BORDO, S.R. *Gênero, Corpo e Conhecimento*. Coleção Gênero. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos. 1997. p.19-41.

BOURDIEU, P. A Dominação Masculina. Tradução Maria Helena Kühner. – 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2002. 160p.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. – 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTLE, T. A cultura do travesti: sexualidade e baile de máscaras na Inglaterra do século XVIII. In: ROUSSEAU, G.S; PORTER, R. (Org); tradução de Talita M. Rodrigues. *Submundo do sexo no Iluminismo*. – Rio de Janeiro: Rocco, 1999. 351p.

DELLAS. Direitos humanos e contribuição à cidadania homossexual. Rio de Janeiro: Movimento DELLAS. 2005. 82p.

DINIZ, M. *Sesmaria e Posse de Terra: Política Fundiária Para Assegurar a Colonização Brasileira*. São Paulo. 2005. [acessado em 22 de junho de 2009]. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03>

DUQUE, T. *Montadas para toda a vida? O uso do silicone líquido na construção da identidade travesti*. Campinas: Trabalho de Conclusão de Curso. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2005. [acessado em 14 de setembro de 2009]. Disponível em <http://www.tiagoduque.com/>.

\_\_\_\_\_. *Novas travestilidades*: Notas preliminares de um estudo sociológico com travestis adolescentes. Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 2008. [acessado em 27 de julho de 2009]. Disponível em [http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST61/Tiago\\_Duque\\_61.pdf](http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST61/Tiago_Duque_61.pdf).

\_\_\_\_\_. *Montagens e desmontagens*: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência. São Carlos: Dissertação de mestrado UFSCar, 2009. 163 p.

FRANÇA, I.L. *Cercas e Pontes*: O Movimento GLBT e o Mercado GLS na cidade de São Paulo. São Paulo: Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2006. [acessado em 21 de agosto de 2009]. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-03092007-141155/>.

FOUCAULT, M. A ordem do discurso. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *História da Sexualidade*: A vontade do saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*; Organização e tradução de Roberto Machado. 15ª.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. 295p.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir*: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramalhete. 35.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 9 – 29, 117 – 161.

GONÇALVES, P.R. *As Cidades Satélites de Brasília*: Um Registro Histórico. Brasília. 2002. [acessado em 21 de julho de 2009]. Disponível em: [http://vsites.unb.br/ics/sol/itinerancias/bsb/historico/bsb\\_his\\_satelites.html](http://vsites.unb.br/ics/sol/itinerancias/bsb/historico/bsb_his_satelites.html).

JÚNIOR, C.H. Os processos formativos da corporeidade e o marxismo: aproximações pela problemática do trabalho. In. Revista Brasileira de Educação. V. 13. N. 37. Jan/Abr. 2008.

JUNIOR, J. C. A. *A Metamorfose Encarnada*: Travestimento em Londrina (1970 – 1980). Campinas: Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2006.

[acessado em 19 de agosto de 2009]. Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000376582>

KATZ, J.N. A invenção da heterossexualidade. Tradução Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. 272p.

LUNA, S. *Planejamento de Pesquisa: Uma Introdução*. Série Trilhas. São Paulo: EDUC, 2002. 102p.

MINAYO, M. (Org.) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. – 26º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p.

MOTT, L.; CERQUEIRA, M. *Matei Porque Odeio Gay*. Bahia: Editora Grupo Gay da Bahia, 2003.

NOLASCO, S. Um “Homem de Verdade”. In: Homens / Dário Caldas (org.). São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 1997. 13 – 29.

OLIVEIRA, F. *A Questão do Estado: vulnerabilidade social e carência de direitos*, **Cadernos ABONG**, São Paulo. 1995. [acesso em 15 de junho de 2009]. Disponível em <http://www.redepopsaude.com.br/Varal/PoliticaSocial/vulnerabilidade.pdf>.

PELÚCIO, L. M. S. Travestis, a (re)construção do feminino: gênero, corpo e sexualidade em um espaço ambíguo. In Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 8, volume 15(1): 123-154 (2004)

\_\_\_\_\_. *Nos Nervos, na Carne, na Pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de AIDS*. São Carlos: Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos. 313p. [acessado em 11 de outubro de 2009]. Disponível em [http://biblioteca.universia.net/html\\_bura/ficha/params/id/29144035.html](http://biblioteca.universia.net/html_bura/ficha/params/id/29144035.html).

\_\_\_\_\_. *Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travesti*. In Cadernos Pagu (25), julho-dezembro de 2005, pp.217-248.

\_\_\_\_\_. *Nos Nervos, na Carne, na Pele: uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids*. 2007.



PISCITELLI, A. Entre as “máfias” e a “ajuda”: a construção de conhecimento sobre o tráfico de pessoas. **Cadernos Pagu** [on line], Campinas, n. 31, Dec. 2008. [acessado em 24 de fevereiro de 2009] Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010483332008000200003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332008000200003&lng=en&nrm=iso)>.

REIS, I.M.L. *Entre a Universalidade e a Particularidade*: desafios para a consolidação do direito à saúde de transexuais. Brasília: Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 2008.

RODRIGUES, M.T. *Polícia e Prostituição Feminina em Brasília*: Um Estudo de Caso. Brasília: Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 2003.

SEDGWICK, E.K. Epistemologia do Armário. In. *Cadernos Pagu* (28). : (28), janeiro-junho de 2007:19-54. Tradução: Plínio Dentzien; Revisão: Richard Miskolci e Júlio Assis Simões. [acesso em 20 de maio de 2009] Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>.

SILVA, H.R.S. *Travestis*: Entre o Espelho e a Rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007. 231p.

SILVA, M; S. & BILA, F. P. *Travestis em Campos dos Goytacazes*: dois tempos, duas memórias. [acessado em 15 de julho de 2009] Disponível em [http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212934547\\_ARQUIVO\\_ArtigoTravestisANPHU.pdf](http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212934547_ARQUIVO_ArtigoTravestisANPHU.pdf)

SIMÕES, C. Curso de Direito do Serviço Social. – 3º Ed. Ver. E atual. São Paulo: Cortez, 2009.

SPRANDEL, M.A. *A Armadilha dos discursos*: a criminalização das migrações na legislação brasileira e internacional. 2007.

TEIXEIRA, F. B. “*L’Itália dei Divieti: entre o sonho de ser européia e o babado da prostituição*”. In **Cadernos Pagu** [on line]. 2008, n. 31, pp. 275 – 308. ISSN 0104-8333 [acesso em 17 de abril de 2009]. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a13.pdf>.

VALLADARES, Licia. *Os dez mandamentos da observação participante*. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 22, n. 63, Feb. 2007 . [acessado em 14 de julho de 2009] Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso).

## **Documentos**

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. [acessado em 15 de julho de 2009]. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm).

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 2008.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069/90.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília. 2009. 45p.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Direitos Humanos. 1996. 25p.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Direitos Humanos. 2002. 60p.

\_\_\_\_\_. Projeto de Lei 5003/2001 (PLC 122/2006) Substitutivo Adotado – CCJC [acessado em 19 de junho de 2009] Disponível em <http://www.abglt.org.br/port/projlei5003.html>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde, Portaria nº 1.707, de 18 de agosto de 2008.

Classificação internacional de transtornos mentais e de comportamento da classificação internacional de doenças – CID 10: Descrições Clínicas e Diretrizes Diagnósticas. Coord. Organização Mundial de Saúde. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

Lei Orgânica do Distrito Federal. Promulgada em 08 de junho de 1993. Brasília.

Manual diagnóstico e estatístico de desordens mentais – DSM IV. APA. [acessado em 10 de outubro de 2009]. Disponível em [http://regional.bvsalud.org/php/decsws.php?tree\\_id=L01.453.245.945.200&lang=pt](http://regional.bvsalud.org/php/decsws.php?tree_id=L01.453.245.945.200&lang=pt)

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. [acessado em 18 de maio de 2009]. Disponível em <http://www.comitepaz.org.br/download/Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf>.

### **Sites Consultados**

[www.abglt.com.br](http://www.abglt.com.br)

[www.gdf.df.gov.br](http://www.gdf.df.gov.br)

[www.ggb.com.br](http://www.ggb.com.br)

[www.taguatinga.df.gov.br](http://www.taguatinga.df.gov.br)

# ANEXOS

## ANEXO I

### ASSASSINATO DE HOMOSSEXUAIS NO BRASIL

FONTE: GGB.

**Tabela I – Homossexuais assassinados no Brasil: 1963 – 2002.**

ANO	TOTAL
1963 – 1969	30
1970 – 1979	41
1980 -1989	503
1990	134
1991	153
1992	83
1993	149
1994	97
1995	99
1996	126
1997	130
1998	116
1999	169
2000	130
2001	132
2002	126
<b>TOTAL</b>	<b>2218</b>

**Tabela II – Homossexuais assassinados por mês: 2002.**

<b>MÊS</b>	<b>GAY</b>	<b>TRAVESTI</b>	<b>LÉSBICA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>JANEIRO</b>	5	3	-	<b>8</b>
<b>FEVEREIRO</b>	8	1	-	<b>9</b>
<b>MARÇO</b>	7	3	1	<b>11</b>
<b>ABRIL</b>	8	3	-	<b>11</b>
<b>MAIO</b>	8	5	-	<b>13</b>
<b>JUNHO</b>	7	1	-	<b>8</b>
<b>JULHO</b>	12	3	-	<b>15</b>
<b>AGOSTO</b>	2	-	1	<b>3</b>
<b>SETEMBRO</b>	13	5	-	<b>18</b>
<b>OUTUBRO</b>	6	3	-	<b>9</b>
<b>NOVEMBRO</b>	5	4	-	<b>9</b>
<b>DEZEMBRO</b>	9	1	2	<b>12</b>
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>32</b>	<b>4</b>	<b>126</b>

**Tabela III – Idades dos Homossexuais assassinados – 2002**

<b>IDADE</b>	<b>GAY</b>	<b>TRAVESTI</b>	<b>LÉSBICA</b>	<b>TOTAL</b>
16 – 17	1	-	1	<b>2</b>
18 – 29	25	15	1	<b>41</b>
30 – 39	30	5	2	<b>37</b>
40 – 49	13	-	-	<b>13</b>
50 – 59	8	-	-	<b>8</b>
60 – 69	3	-	-	<b>3</b>
70 – 79	4	-	-	<b>4</b>
80 – 86	1	-	-	<b>1</b>
S/informação	5	12	-	<b>16</b>
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>32</b>	<b>4</b>	<b>126</b>

**Tabela IV – Profissão da vítima: 2002**

<b>Profissão das Vítimas</b>	<b>GAY</b>	<b>TRAVESTI</b>	<b>LÉSBICA</b>	<b>TOTAL</b>
1. Profissional do sexo	-	20	-	<b>20</b>
2. Cabeleireiro	14	2	-	<b>16</b>
3. Professor	9	-	-	<b>9</b>
4. Empresário	5	-	-	<b>5</b>
5. Cozinheiro	6	-	-	<b>6</b>
6. Advogado	3	-	-	<b>3</b>
7. Pai de Santo	3	-	-	<b>3</b>
8. Médico, psicólogo	3	-	-	<b>3</b>
9. Jornalista	2	-	-	<b>2</b>
10. Comerciante, vendedor	2	-	-	<b>2</b>
11. Enfermeiro	2	-	-	<b>2</b>
12. Estudante	2	-	1	<b>3</b>
13. Padre	2	-	-	<b>2</b>
14. Administrador	2	-	-	<b>2</b>
15. Pedreiro	1	-	-	<b>1</b>
16. Coreógrafo-Bailarino	1	-	-	<b>1</b>
17. Carvoeiro	1	-	-	<b>1</b>
18. Assessor	1	-	-	<b>1</b>
19. Artista Plástico	1	-	-	<b>1</b>
20. Vereador	1	-	-	<b>1</b>
21. Engenheiro	1	-	-	<b>1</b>
22. Químico	1	-	-	<b>1</b>
23. Vigilante	1	-	-	<b>1</b>
24. Produtor Cultural	1	-	-	<b>1</b>
S/ Informação	25	10	3	<b>38</b>
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>32</b>	<b>4</b>	<b>126</b>

**Tabela V – Local do Crime**

<b>Local</b>	<b>GAY</b>	<b>TRAVESTI</b>	<b>LÉSBICA</b>	<b>TOTAL</b>
Rua, praça	23	18	2	<b>43</b>
Residência	34	7	-	<b>41</b>
Terreno baldio, loteamento	5	2	-	<b>7</b>
Estrada	4	2	-	<b>6</b>
Matagal, canavial	6	-	-	<b>6</b>
Delegacia, cadeia	4	-	-	<b>4</b>
Carro	2	-	-	<b>2</b>
Terreno de Candomblé	2	-	-	<b>2</b>
Salão de beleza	2	-	-	<b>2</b>
Campo de futebol	-	-	1	<b>1</b>
Bar	-	-	1	<b>1</b>
S/ Informação	8	2	-	<b>10</b>
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>32</b>	<b>4</b>	<b>126</b>



## ANEXO II

### ASSASSINATO DE HOMOSSEXUAIS NO BRASIL

FONTE: GGB.

**Tabela I – Homossexuais assassinados no Brasil: 1963 – 2005**

ANO	TOTAL
1963 – 1969	<b>30</b>
1970 – 1979	<b>41</b>
1980 -1989	<b>503</b>
1990 – 1999	<b>1.256</b>
2000	<b>130</b>
2001	<b>132</b>
2002	<b>126</b>
2003	<b>125</b>
2004	<b>158</b>
2005	<b>81</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2582</b>

**Tabela II – Assassinatos de Homossexuais por mês: 2005**

MÊS	GAYS	TRAVESTIS	LÉSBICAS	TOTAL
<b>Janeiro</b>	4	3	-	<b>7</b>
<b>Fevereiro</b>	6	-	-	<b>6</b>
<b>Março</b>	4	-	-	<b>4</b>
<b>Abril</b>	7	1	-	<b>8</b>
<b>Maio</b>	7	2	-	<b>9</b>
<b>Junho</b>	3	2	-	<b>5</b>
<b>Julho</b>	4	3	-	<b>7</b>
<b>Agosto</b>	7	1	-	<b>8</b>
<b>Setembro</b>	6	1	1	<b>8</b>
<b>Outubro</b>	5	2	-	<b>7</b>
<b>Novembro</b>	3	2	-	<b>5</b>
<b>Dezembro</b>	-	2	-	<b>2</b>
<b>S/ informação</b>	-	5	-	<b>5</b>
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>24</b>	<b>1</b>	<b>81</b>

**Tabela III – Idade dos Homossexuais Assassinados: 2005**

<b>IDADE</b>	<b>GAY</b>	<b>TRAVESTI</b>	<b>LÉSBICA</b>	<b>TOTAL</b>
15-17	1	1	-	<b>2</b>
18-20	1	2	-	<b>3</b>
21-30	8	4	-	<b>12</b>
31-40	15	3	-	<b>18</b>
41-50	11	2	-	<b>13</b>
50-60	3	-	-	<b>3</b>
61-70	2	-	-	<b>2</b>
S/informação	18	9	1	<b>28</b>

**Tabela IV – Profissão das vítimas: 2005**

<b>Profissão das vítimas</b>	<b>GAY</b>	<b>TRAVESTI</b>	<b>LÉSBICA</b>	<b>TOTAL</b>
Cabeleireiro	4	2	-	<b>6</b>
Artista da noite	-	1	-	<b>1</b>
Profissional do sexo	-	15	-	<b>15</b>
Professor	5	-	-	<b>5</b>
Aeronáutico	2	-	-	<b>2</b>
Aux. Enfermagem	1	-	-	<b>1</b>
Vendedor	2	-	-	<b>2</b>
Aposentado	1	1	-	<b>2</b>
Militante / ativista	4	1	-	<b>5</b>
Diretor	2	-	-	<b>2</b>
Empresário	1	-	-	<b>1</b>
Advogado	1	-	-	<b>1</b>
Contador	1	-	-	<b>1</b>
Carnavalesco	1	-	-	<b>1</b>
Assessor	1	-	-	<b>1</b>
Serviço geral	2	1	-	<b>3</b>
Supermercado	1	-	-	<b>1</b>
Médico	2	-	-	<b>2</b>
Dançarino	1	-	-	<b>1</b>
Ex.funcionário Bob's	1	-	-	<b>1</b>
Padre	2	-	-	<b>2</b>
Estudante	1	-	-	<b>1</b>
Promotor de evento	1	-	-	<b>1</b>
Pedreiro	1	-	-	<b>1</b>
Industriário	1	-	-	<b>1</b>
Pai de santo	1	-	-	<b>1</b>
S/informação	16	3	1	<b>20</b>
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>24</b>	<b>1</b>	<b>81</b>

**Tabela V – Local do Crime: 2005**

<b>Local do crime</b>	<b>GAY</b>	<b>TRAVESTI</b>	<b>LÉSBICA</b>	<b>TOTAL</b>
Residência	26	2	-	<b>28</b>
Rua	2	5	-	<b>7</b>
Matagal	3	-	1	<b>4</b>
Quarto alugado	1	1	-	<b>2</b>
Campo de futebol	1	-	-	<b>1</b>
Motel	1	-	-	<b>1</b>
Praia	1	-	-	<b>1</b>
Casa construção / abandonada	1	1	-	<b>2</b>
Quadra de esporte	1	-	-	<b>1</b>
Cova rasa	1	-	-	<b>1</b>
Margens da estrada / BR	2	2	-	<b>4</b>
Saco de lixo	1	-	-	<b>1</b>
Canal	1	-	-	<b>1</b>
Praça	-	2	-	<b>2</b>
Salão	1	-	-	<b>1</b>
Carro	1	-	-	<b>1</b>
Hospital	1	-	-	<b>1</b>
S/informação	16	6	-	<b>22</b>
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>81</b>

### ANEXO III

#### ASSASSINATO DE HOMOSSEXUAIS NO BRASIL

FONTE: GGB

**Tabela I – Homossexuais assassinados no Brasil: 2000 – 2008.**

<b>ANO</b>	<b>TOTAL</b>
2000	<b>130</b>
2001	<b>132</b>
2002	<b>126</b>
2003	<b>125</b>
2004	<b>158</b>
2005	<b>81</b>
2006	<b>88</b>
2007	<b>122</b>
2008	<b>187</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1149</b>

**Tabela II – Assassinados de Homossexuais por mês: 2008**

<b>MÊS</b>	<b>GAY</b>	<b>TRAVESTI</b>	<b>LÉSBICA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>JANEIRO</b>	4	4	2	<b>10</b>
<b>FEVEREIRO</b>	8	10	-	<b>18</b>
<b>MARÇO</b>	13	6	-	<b>19</b>
<b>ABRIL</b>	11	5	1	<b>17</b>
<b>MAIO</b>	16	2	-	<b>18</b>
<b>JUNHO</b>	6	4	-	<b>10</b>
<b>JULHO</b>	16	4	1	<b>21</b>
<b>AGOSTO</b>	13	6	1	<b>20</b>
<b>SETEMBRO</b>	5	3	-	<b>8</b>
<b>OUTUBRO</b>	14	3	1	<b>18</b>
<b>NOVEMBRO</b>	6	6	-	<b>12</b>
<b>DEZEMBRO</b>	9	6	1	<b>16</b>
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>59</b>	<b>7</b>	<b>187</b>

**Tabela III – Idade dos Homossexuais Assassinados: 2008**

<b>IDADE</b>	<b>GAY</b>	<b>TRAVESTI</b>	<b>LÉSBICA</b>	<b>TOTAL</b>
14 – 17	5	2	-	<b>7</b>
18 – 29	31	15	2	<b>50</b>
30 – 39	30	9	2	<b>41</b>
40 – 49	28	6	-	<b>34</b>
50 – 59	8	-	-	<b>8</b>
60 – 69	4	-	-	<b>4</b>
S/informação	15	27	1	<b>43</b>
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>59</b>	<b>7</b>	<b>187</b>

**Tabela IV – Profissão da vítima: 2008**

<b>Profissão das Vítimas</b>	<b>GAY</b>	<b>TRAVESTI</b>	<b>LÉSBICA</b>	<b>TOTAL</b>
1. Profissional do Sexo	5	37	-	<b>42</b>
2. Professor	11	-	-	<b>11</b>
3. Cabeleireiro	9	1	-	<b>10</b>
4. Estudante	5	-	-	<b>5</b>
5. Vendedor	4	-	-	<b>4</b>
6. Comerciante	4	-	-	<b>4</b>
7. Advogado	3	-	-	<b>3</b>
8. Empresário	1	1	-	<b>2</b>
9. Aposentado	2	-	-	<b>2</b>
10. Administrador	2	-	-	<b>2</b>
11. Trabalhador Rural	2	-	-	<b>2</b>
12. Garçom	2	-	-	<b>2</b>
13. Agricultor	2	-	-	<b>2</b>
14. Engenheiro Agrônomo	1	-	-	<b>1</b>
15. Funcionário do Correio	1	-	-	<b>1</b>
16. Pedreiro	1	-	-	<b>1</b>
17. Servidor SEDUC	1	-	-	<b>1</b>
18. Engenheiro Civil	1	-	-	<b>1</b>
19. Fisioterapeuta	1	-	-	<b>1</b>
20. Jardineiro	1	-	-	<b>1</b>
21. Bioquímico	1	-	-	<b>1</b>
22. Líder Comunitário	1	-	-	<b>1</b>
23. Estilista	1	-	-	<b>1</b>
24. Soldado	1	-	-	<b>1</b>
25. Turista	1	-	-	<b>1</b>
26. Reciclador	1	-	-	<b>1</b>
27. Costureiro	1	-	-	<b>1</b>
28. Técnico de Telefonia	1	-	-	<b>1</b>
29. Cirurgião Plástico	1	-	-	<b>1</b>
30. Produtor de TV	1	-	-	<b>1</b>
31. Cozinheiro	-	1	-	<b>1</b>
32. Auxiliar de Serviço	1	-	-	<b>1</b>
33. Candidato a Vereador	1	-	-	<b>1</b>

**Tabela IV – Profissão da vítima: 2008 (continuação)**

<b>Profissão das Vítimas</b>	<b>GAY</b>	<b>TRAVESTI</b>	<b>LÉSBICA</b>	<b>TOTAL</b>
34. Pai de Santo	1	-	-	<b>1</b>
35. Funcionário Ta. de Contas	1	-	-	<b>1</b>
36. Gerente	1	-	-	<b>1</b>
37. Gari	1	-	-	<b>1</b>
38. Atendente de Lanchonete	1	-	-	<b>1</b>
39. Dentista	1	-	-	<b>1</b>
40. Funcionário da Klabin	1	-	-	<b>1</b>
41. Ex. Vereador	1	-	-	<b>1</b>
S/informações	42	19	7	<b>68</b>
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>59</b>	<b>7</b>	<b>187</b>



**Tabela V – Local do Crime**

<b>Local</b>	<b>GAY</b>	<b>TRAVESTI</b>	<b>LÉSBICA</b>	<b>TOTAL</b>
Rua	24	28	2	<b>54</b>
Residência	45	4	3	<b>52</b>
Terreno	6	1	-	<b>7</b>
Hospital	1	5	-	<b>6</b>
Parque	6	-	-	<b>6</b>
Paria/Orla	4	1	-	<b>5</b>
Carro	3	1	-	<b>4</b>
BR	1	2	-	<b>3</b>
Salão	1	1	-	<b>2</b>
Canavial	2	-	-	<b>2</b>
Plantação de Capim	1	-	1	<b>2</b>
Zona Rural	1	1	-	<b>2</b>
Estacionamento	-	1	-	<b>1</b>
Contendor de Lixo	-	1	-	<b>1</b>
Rodovia	1	-	-	<b>1</b>
Praça	-	1	-	<b>1</b>
Matagal	1	-	-	<b>1</b>
Sítio	1	-	-	<b>1</b>
Motel	1	-	-	<b>1</b>
Pátio	-	-	1	<b>1</b>
S/informações	22	12	-	<b>34</b>
<b>TOTAL</b>	<b>121</b>	<b>59</b>	<b>7</b>	<b>187</b>

## ANEXO IV

### Pesquisa Perfil das Transgêneros profissionais do sexo que trabalham em espaços públicos do Distrito Federal

**FONTE: ONG Estruturação 2005**

**Tabela I – Tabela de idade das entrevistadas.**

<b>IDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
15 – 20	21	32
20 – 25	18	26
25 – 30	17	24
30 – 35	12	17
35 – 40	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela II – Cidade onde as entrevistadas nasceram.**

<b>CIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Brasília	17	30
BambuÍ	1	1
Belém	5	8
Belo Horizonte	3	4
Capinzal	1	1
Catalão	1	1
Ceilândia	1	1
Cocalzinho	3	4
Fortaleza	1	1
Goiânia	6	10
Imperatriz	1	1
João Pessoa	1	1
Luziânia	1	1
Manaus	5	8
Palmares	1	1
Porto Velho	2	2
Salvador	1	1
São Bernardo	1	1
São Luiz	5	8
S. Sebastião do Pacé	1	1
Sobradinho	2	2
Taguatinga	4	6
Teresina	3	4
Uberaba	1	1
Valparaíso	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela III – Cidade de moradia das entrevistadas.**

<b>CIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Ceilândia	27	40
M Norte	1	1
P Sul	2	2
Paranoá	2	2
Plano Piloto	29	42
Sobradinho	1	1
Taguatinga	7	12
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela IV – Com quem as entrevistadas moram atualmente.**

<b>OPÇÕES</b>	<b>ENTREVISTADAS</b>	
	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Família biológica	8	11
Só irmãos	0	0
Outros parentes	0	0
Amigos	9	13
Sozinha	27	41
Companheiro(a)	8	11
Amigas transgêneros ou transexuais (até duas)	5	7
Amigas transgêneros ou transexuais (mais de duas)	12	17
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela V – Renda mensal nos últimos seis meses.**

<b>OPÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Até R\$ 1.000	14	22
De R\$ 1.001 até R\$ 2.000	30	43
De R\$ 2.001 até R\$ 3.000	8	11
Mais de R\$ 3.0001	17	24
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela VI – Como as entrevistadas definem em relação a cor.**

<b>OPÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Branca	23	34
Negra	10	14
Parda	24	34
Amarela	4	5
Outros	8	13
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela VII – Nível de instrução.**

<b>OPÇÕES</b>	<b>ENTREVISTADAS</b>	
	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Analfabeta	1	1
Ensino básico incompleto (1ª à 4ª série)	7	10
Ensino básico completo	6	8
Ensino fundamental incompleto (5ª à 8ª série)	15	22
Ensino fundamental completo	11	16
Ensino médio incompleto (1º ao 3º ano)	13	19
Ensino médio completo	16	24
Ensino superior incompleto	0	0
Ensino superior completo	0	0
Pós-Graduação/Mestrado/Doutorado	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela VIII – Referente aos estudos.**

<b>OPÇÕES</b>	<b>ENTREVISTADAS</b>	
	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Está estudando atualmente	4	5
Não está estudando, mas pretende voltar	33	49
Não está estudando e não pretende voltar	32	46
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela IX – Motivos por ter deixado de estudar** (Como é uma questão de múltipla escolha, conta-se os itens individualmente das 65 participantes que iniciaram seus estudos, porém, não concluíram).

<b>OPÇÃO</b>	<b>ENTREVISTADAS</b>	<b>%</b>
Necessidade de trabalhar	38/65	58
Medo de discriminação ou ter sofrido discriminação na escola	19/65	29
Não via necessidade de estudar	14/65	21
Não passou no vestibular	1/65	1
Não gostava de estudar	3/65	4
Outros	10/65	15
<b>TOTAL</b>	<b>65</b>	<b>100</b>

**Tabela X – Se as entrevistadas se prostituíram no exterior.**

<b>OPÇÕES</b>	<b>ENTREVISTADAS</b>	
	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Já se prostituiu	33	48
Nunca se prostituiu	36	52
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela XI – Se as entrevistadas têm intenção de sair da prostituição.**

<b>OPÇÕES</b>	<b>ENTREVISTADAS</b>	
	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Sim	50	72
Não	19	28
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela XII – Por que as entrevistadas QUEREM sair da prostituição (50 das 69 entrevistadas disseram que sim).**

OPÇÕES	ENTREVISTADAS	
	QUANTIDADE	%
Não gosto de me prostituir	5/50	10
Acho perigosa a prostituição	21/50	42
Por que não vejo futuro nisso	20/50	40
Outros	4/50	8
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

**Tabela XIII – Por que as entrevistadas NÃO querem sair da prostituição (19 das 69 disseram que não).**

OPÇÕES	ENTREVISTADAS	
	QUANTIDADE	%
Ganha mais dinheiro	9/19	47
Não sei fazer outra coisa	1/19	5
Me acostumei	4/19	21
Outros	5/19	27
<b>TOTAL</b>	<b>19</b>	<b>100</b>

**Tabela XIV – Quantas entrevistadas já sofreram alguma violência devido a sua sexualidade, no período de seis meses.**

OPÇÃO	ENTREVISTADAS	%
Violência Sexual	15/69	21
Violência Física	45/69	65
Violência Verbal	41/69	59
Outros	01/69	1
Não sofreu	08/69	14
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela XV – Por parte de quem as entrevistadas sofreram violência ou discriminações, no período de seis meses (População amostral de 61 entrevistadas que sofreram alguma violência ou discriminação).**

OPÇÕES	ENTREVISTADAS	
	QUANTIDADE	%
Família	2	4
Amigos	0	0
Vizinhos	0	0
Travestis, Transgêneros, Transexuais	6	11
Polícia	17	27
Clientes	11	18
Outros	25	40
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>100</b>

**Tabela XVI – Onde sofreram as violências ou discriminações.**

OPÇÕES	ENTREVISTADAS	
	QUANTIDADE	%
Na rua	28	45
Ônibus/metro	0	0
Estabelecimentos comerciais	0	0
Pontos de prostituição	21	34
Residência	2	4
Outros	10	17
<b>TOTAL</b>	<b>61</b>	<b>100</b>



**Tabela XVII – Quantos desses fatos as entrevistadas denunciaram à polícia.**

<b>OPÇÕES</b>	<b>ENTREVISTADAS</b>	
	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Todos	3	5
A maioria	4	7
Poucos	11	18
Nenhum	43	70
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>	<b>100</b>

**Tabela XVIII – Quantas entrevistadas acham importante sobre ter uma organização que lute por seus direitos.**

<b>OPÇÕES</b>	<b>ENTREVISTADAS</b>	
	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Acham importante	69	100
Não acham importante	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela XIX – Quantas entrevistadas está participando ou já participando ou já participou de alguma ONG que lute por seus direitos.**

<b>OPÇÕES</b>	<b>ENTREVISTADAS</b>	
	<b>QUANTIDADE</b>	<b>%</b>
Está participando	6	9
Não está participando	63	91
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela XX – Se as entrevistadas usaram ou tem usado alguma droga injetável nos últimos seis meses.**

OPÇÕES	ENTREVISTADAS	
	QUANTIDADE	%
Sim	3	5
Não	66	95
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela XXI – Das entrevistadas que usaram alguma droga injetável se elas usaram a mesma seringa com outras(os).**

OPÇÕES	ENTREVISTADAS	
	QUANTIDADE	%
Sim	0	0
Não	03	100
<b>TOTAL</b>	<b>03</b>	<b>100</b>

**Tabela XXII – Se as entrevistadas nos últimos seis meses usou alguma das drogas a seguir** (Como é uma questão de múltipla escolha, conta-se os itens individualmente):

OPÇÕES	ENTREVISTADAS	
	QUANTIDADE	%
Maconha	37/69	53
Cocaína	36/69	52
Crack	13/69	18
Merla	15/69	22
Heroína	3/69	4
Álcool	52/69	75
Cigarro	41/69	59
Tranquilizante	5/69	7
Ecstasy	4/69	5
Inalantes	14/69	20
Outras	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**Tabela XXIII – Se as entrevistadas fizeram algum programa sob efeito de drogas nos últimos seis meses.**

OPÇÕES	ENTREVISTADAS	
	QUANTIDADE	%
Nenhuma vez	30	44
De 1 a 3 vezes	12	17
Mais de 3 vezes	27	39
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>	<b>100</b>

**ANEXO V**  
**Roteiro de entrevista semi-estruturada**

**Dados Pessoais**

Nome:

Idade:

Cor: ( ) Branca ( ) Negra ( ) Parda ( ) Amarela

Local de nascimento:

Cidade Satélite em que reside:

Estado Civil:

**Educação Escolar**

Qual é sua escolaridade?

Você cursou até que série?

Onde você estudou:

- Ensino Fundamental:
  - ( ) todo em escola pública ( ) parte em escola pública
  - ( ) todo em escola particular ( ) parte em escola particular
- Ensino médio
  - ( ) todo em escola pública ( ) parte em escola pública
  - ( ) todo em escola particular ( ) parte em escola particular

Se em escola particular:

- ( ) com bolsa ( ) sem bolsa

Localidade da Escola:

- ( ) urbana ( ) rural

Ano que parou de estudar ou concluiu os Estudos?

Você pensa em voltar a estudar ou dá continuidade aos seus estudos?

Como você relataria a sua trajetória escolar, ou seja, os relacionamentos desenvolvidos com os(as) colegas, professores(as), outros(as) funcionários(as)?

Havia uma maior interação com algum grupo específico de colegas, amigos(as), professores(as) que fosse LGBT?

## **Família**

Você mora com quem?

Se mora com amigos(as), companheiro(as), antes de morar com os presente membros, você morava com a sua família?

Na infância ou na adolescência, sua família era constituída por quem?

Como era/é a relação com a sua família?

## **Social e Pessoal**

Como você poderia descrever a sua infância, adolescência?

Houve alguma mudança visível nas relações com sua família, amigos(as), vizinhos, após o início das suas mudanças materiais no seu corpo? Se sim, quais você relataria?

## **Corpo**

O que é ser travesti ou transexual para você?

Como você constrói este ser feminino?

Com que idade você começou a fazer as primeiras transformações no seu corpo? Porque?

De que tipo foram essas transformações?

Onde que ocorreram as mudanças? Ou seja, foi através de amigas que fizeram ou foi em clínicas, centros estéticos, não necessariamente necessita você informar o nome.

Você pensa em participar do processo transexualizador, ou seja, na cirurgia de transgenitalização?

Você saberia me informar se desde que você entrou na prostituição você mudou mais o seu corpo? Ou seja, fez mais investidas materiais nele? Por qual motivo?

Você poderia me dizer se você acha que é devido a uma influência do mercado de trabalho ou é por um desejo pessoal? Ou seja, ao colocar mais peito, por exemplo, foi por vontade sua de adequação do seu corpo ao seu gênero ou você pensou na relação de lucrar mais com essa mudança?

## **Drogas**

Você faz ou já fez uso de algum tipo de drogas, por exemplo, álcool, cigarro, maconha, heroína, cocaína, etc? Se sim, quais? E com que frequência?

Você já fez algum programa sobre efeito de algum tipo de droga?

## **Mercado de Trabalho e Prostituição**

Desde que idade você desempenha o trabalho sexual?

Como você entrou e teve conhecimento sobre a prostituição?

Você trabalha em quais tipos de locais?

O que você acha do trabalho sexual na sua vida?

Na sua visão, você acha a prostituição perigosa? Que riscos traz à você?

Você pode me informar mais ou menos quanto você recebe por mês?

Há diferença de preço no serviço para cada cliente ou você cobra sempre o mesmo valor?

Você sairia ou planeja sair da prostituição? Se sim, por quê? Se não, por quê?

Você antes já desempenhou outros tipos de trabalhos, serviços? Se sim, por quanto tempo? Você gostava?

Você já tentou procurar outros empregos? Quais tipos? Isto foi *antes*, *durante* ou *depois* das transformações no seu corpo?

Você já se prostituiu em quais locais aqui no DF?

Há diferença de ganhos financeiros em cada local?

Por que em Taguatinga?

Você pretende sair do Brasil para desempenhar este trabalho? Se sim, por quê?

## **Violência**

Você já sofreu de algum tipo de violência?

Onde foi?

Você saberia me informar se sofreu mais violência *antes*, *durante* ou *depois* das transformações materiais que você fez? Ou você acha que é o mesmo nível?

Você saberia me dizer quem você mais sofre esses atos?

Você conhece alguma outra travesti ou transexual que sofreu de alguma ação transfóbica?

## **ANEXO VI**

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Ciências Humanas – IH  
Departamento de Serviço Social – SER  
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**

Eu, \_\_\_\_\_, autorizo o uso das informações por mim fornecidas durante a entrevista, para a elaboração do trabalho monográfico do discente Douglas Aparecido da Silva Gomes, graduando do curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB assim como a utilização da minha imagem caso vista a necessidade.

Declaro estar ciente acerca do objeto da pesquisa e de que as informações por mim prestadas não serão utilizadas de forma direta, fazendo referência ao meu nome ou de qualquer outra forma que possibilite a identificação da informação à minha pessoa.

Declaro, também, ter ciência da possibilidade de desistir da minha participação na pesquisa a qualquer momento, inclusive durante a entrevista, sem que haja prejuízo a qualquer uma das partes envolvidas.

Brasília,        de                      de 2009.

---

Assinatura do(a) entrevistado(a).

---

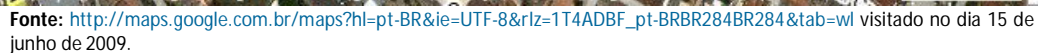
DOUGLAS APARECIDO DA SILVA GOMES

**ANEXO VII****FONTE: SEDUMA****Tabela I – Lista das R.As do DF**

<b>R.A</b>	<b>CIDADE</b>
<b>RA I</b>	Brasília
<b>RA II</b>	Gama
<b>RA III</b>	Taguatinga
<b>RA IV</b>	Brazlândia
<b>RA V</b>	Sobradinho
<b>RA VI</b>	Planaltina
<b>RA VII</b>	Paranoá
<b>RA VIII</b>	Núcleo Bandeirante
<b>RA IX</b>	Ceilândia
<b>RA X</b>	Guará
<b>RA XI</b>	Cruzeiro
<b>RA XII</b>	Samambaia
<b>RA XIII</b>	Santa Maria
<b>RA XIV</b>	São Sebastião
<b>RA XV</b>	Recanto das Emas
<b>RA XVI</b>	Lago Sul
<b>RA XVII</b>	Riacho Fundo
<b>RA XVIII</b>	Lago Norte
<b>RA XIX</b>	Candangolândia
<b>RA XX</b>	Águas Claras
<b>RA XXI</b>	Riacho Fundo II
<b>RA XXII</b>	Sudoeste e Octogonal
<b>RA XXIII</b>	Varjão
<b>RA XXIV</b>	Park Way
<b>RA XXV</b>	SCIA - Setor Complementar de Indústrias e Abastecimento
<b>RA XXVI</b>	Sobradinho II
<b>RA XXVII</b>	Jardim Botânico
<b>RA XXVIII</b>	Itapoã
<b>RA XXIX</b>	SIA - Setor de Indústrias e Abastecimento
<b>RA XXX</b>	Vicente Pires
<b>TOTAL</b>	<b>30</b>



## Taguatinga Sul – Rua da Alegria



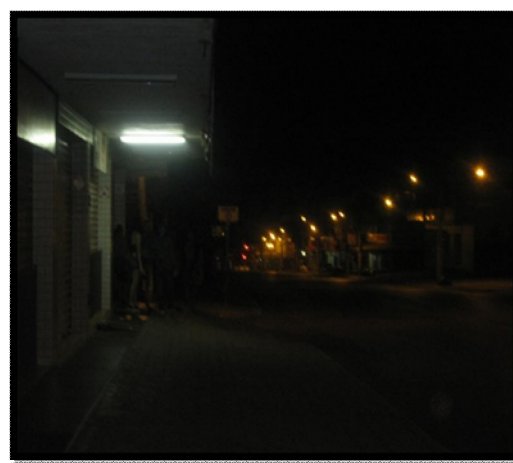
**Legendas:**

- 

**Fonte:** [http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4ADBf\\_pt-BRBR284BR284&tab=wl](http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4ADBf_pt-BRBR284BR284&tab=wl) visitado no dia 15 de junho de 2009.

## Fotos

### Área de prostituição de travestis na Rua da Alegria



**Fonte:** Trabalhos de campo nos dias 17, 18 e 19 de setembro de 2009. Arquivo pessoal do pesquisador.

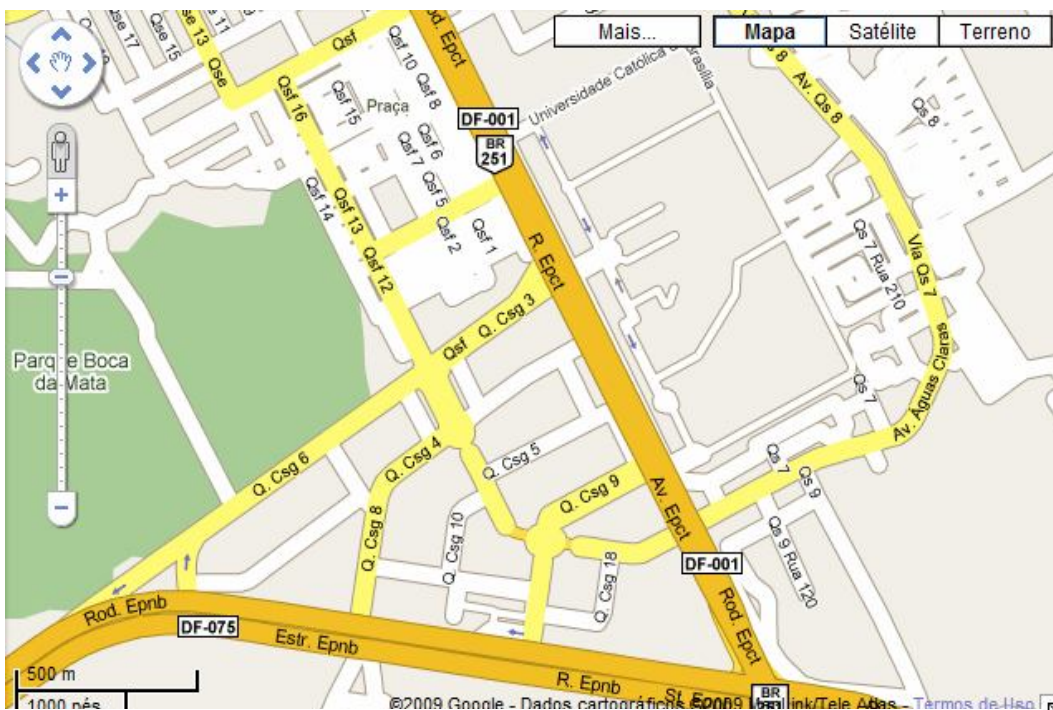


Taguatinga Sul – *Playtime*

**Fonte:** [http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4ADBF\\_pt-BRBR284BR284&tab=wl](http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4ADBF_pt-BRBR284BR284&tab=wl) visitado no dia 23 de junho de 2009.

**Legendas:**

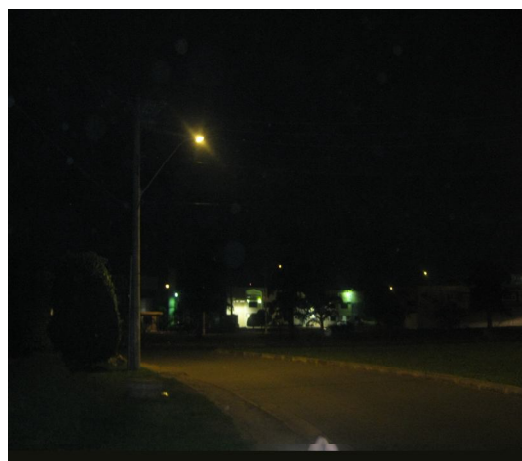
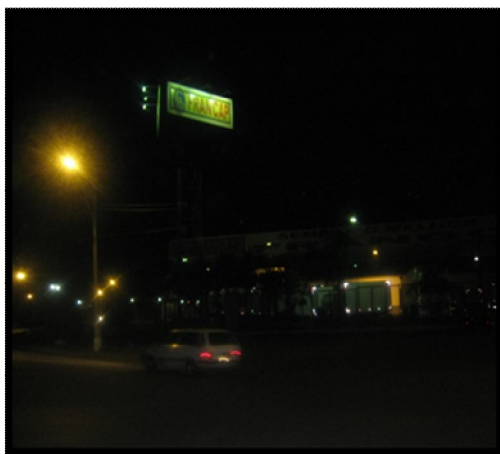
- Retorno da via Francap.  
■ Proximidade do motel Playtime.  
■ Proximidades do Flash Motel.



Fonte: [http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4ADBF\\_pt-BRBR284BR284&tab=wl](http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4ADBF_pt-BRBR284BR284&tab=wl) visitado no dia 23 de junho de 2009.

## Fotos

### Área de trabalho sexual de travestis no *Playtime*



**Fonte:** Trabalho de campo nos dias 21, 22 e 26 de novembro de 2009. Arquivo pessoal do pesquisador.